

Revista
IniciaCom

Revista Brasileira de Iniciação Científica
em Comunicação Social

VOL. 14, Nº 1 (2025) - 33ª Edição



Revista
IniciaCom

Revista brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social

São Paulo, v. 14, n. 1, jan./mar. 2025 (e-ISSN: 1980-3494)



A TRIGÉSIMA TERCEIRA

Jhonnatan Oliveira
Izani Mustafá

É com satisfação que anunciamos nossa chegada à trigésima terceira edição da Iniciacom, uma publicação da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e que tem como principal público os estudantes de cursos da área de Comunicação Social, bem como os pesquisadores da área recém-formados. Apontar a quem estamos dedicados em receber e fomentar os debates logo de saída é importante porque não é possível pensar em ciência ou área do conhecimento sem, antes, construir uma base de autores que abraçam o pensamento crítico e o sentido da construção contínua para as dinâmicas comunicacionais. É aí que a Iniciacom está demarcada. Os autores que compõem nossas edições são especialmente graduandos, que produziram suas pesquisas enquanto estavam aprendendo sobre o funcionamento da engrenagem de uma investigação científica.

A riqueza e a diversidade dos trabalhos apresentados aqui nesta publicação aumentam a nossa responsabilidade porque estamos envolvendo quem está aprendendo, contudo, que já se enxerga como pesquisador(a). Em nosso fluxo de trabalho o recebimento de materiais é contínuo. Sim, acontece durante o ano inteiro. E as publicações são divulgadas trimestralmente.

Como a primeira do ano de 2025, esta edição de março marca também o início do sétimo ano ininterrupto de publicações após o retorno de nossas atividades. São imbricações entre temas emergentes, mas que conversam com autores clássicos do campo da Comunicação. Uma interlocução que, inclusive, fortalece os diálogos entre a comunidade acadêmica e a sociedade. No total são oito trabalhos, com dezoito autores(as) de diversas instituições de ensino e regiões do Brasil.

Os artigos tratam sequencialmente sobre: Jornalismo, Reflexões Cinematográficas, Gênero, representatividade negra e publicidade, além de esfera pública no ambiente digital e resistências nos conflitos ambientais. Ou seja, de uma forma ou de outra, são temas que passam pela pauta contemporânea na Comunicação.



O primeiro trabalho tem como título “Apontamentos sobre o legado intelectual de José Saramago, a partir de seis entrevistas jornalísticas”, com autoria de Louise Soraya Chacon Silva e Maria do Socorro Furtado Veloso, as quais partem de um projeto de pesquisa anterior. Neste artigo, de modo mais recortado e a partir de seis entrevistas, elas discutem o que se entende pelo “pensamento social” de José Saramago, escritor que utilizou das suas entrevistas jornalísticas como um espaço de socialização de seus ideais. Para tanto, as autoras se basearam em pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo de natureza qualitativa. Um dos pilares para o resultado ser alcançado é a visão sobre essas entrevistas como fortes fontes de pesquisa. Esforço que não deixa de ser a união entre jornalismo e memória.

O segundo trabalho disposto nesta edição também é de autoria de duas pesquisadoras, Heloisa Gamero Marques e Angela Maria Zamin, e é intitulado “Jornalismo internacional sob uma perspectiva decolonial: reflexões a partir do acontecimento Mahsa Amini na FSP”. Por meio de conceitos como orientalismo, jornalismo internacional, direitos humanos e decolonialidade, a investigação tem como objetivo a busca pela compreensão dos sentidos acionados e/ou produzidos na construção do caso Amini pelo jornalismo brasileiro. Portanto, elas partiram de análises empíricas sobre a cobertura jornalística do primeiro mês sobre o assassinato da jovem Mahsa Amini no Irã e feita pelo jornal *Folha de São Paulo*. A partir da análise de conteúdo – de 18 textos jornalísticos informativos - se observou um jornalismo de repasse, o qual transmitiu estereótipos sobre o Irã e imprimindo-o como um território sinônimo de “não civilizado”. Ainda, foi apagado o histórico de luta por direitos e as trajetórias de vida de mulheres islâmicas iranianas.

Abrindo o segundo eixo de nosso dossiê, apresentamos o trabalho “Reflexões cinematográficas sobre o impeachment de Dilma Rousseff e a representação feminina”. A autoria é da Maria Eduarda Dierka Prado e Carolina Fernandes da Silva Mandaji. As autoras investigam as representações de gênero nos documentários “Democracia em Vertigem” e “Alvorada”, ambos tratam sobre a destituição da ex-presidente de Dilma Rousseff, em 2016. Os documentários, dirigidos por Petra Costa, Anna Muylaert e Lô Politi, foram o material audiovisual recortado para o estudo. Desse modo, as autoras abordam as convenções do documentário contemporâneo e tentam compreender os modos como as cineastas narram os eventos políticos decorrentes do



Impeachment. Para além de apresentar o olhar do documentário como algo que não é uma simples documentação, mas sim uma forma de moldar narrativas políticas, o trabalho oferece uma visão sobre as complexidades e desafios sobre ser mulher no cenário político brasileiro.

Em uma esfera de debate semelhante sobre gênero e o feminino, Victoria Saldanha Silva e Thamyres Souza apresentam o artigo “O "ser mulher" em programas telejornalísticos da Rede Clube”. O pano de fundo de construção de representações sociais aqui é ativado sob a lente do telejornalismo. De forma mais específica, os veiculados no dia oito de março de 2023. Esse recorte foi estudado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além da análise de conteúdo. Portanto, o artigo analisou as representações sociais em torno do que é pulverizado na mídia sobre o como a mulher é apresentada. Segundo as autoras, os resultados apontam para um ser que é violentado, sensível, mas também alguém forte e ativista.

Na sequência e ainda na esfera de comunicação e representação, o artigo “A representação do negro no espaço público na publicidade capixaba” promove uma análise sobre a negritude por meio da publicidade, isso, tomando como base campanhas premiadas no Festival Colibri 2023. Com autoria de Vinicus Araujo de Freitas e Livia Silva de Souza, é utilizada a semiótica greimasiana para examinar em níveis discursivo, narrativo e fundamental. Dessa maneira, o estudo se debruça sobre o questionamento: “de que forma o negro é representado em seus rituais de consumo no espaço público capixaba por meio da publicidade?”. Sabendo que a publicidade também possui o papel de construir significados e identidades culturais, os pesquisadores partem do contexto capixaba para elucidar como se dão as relações entre o espaço público, representações em campanhas publicitárias e suas dinâmicas socioeconômicas específicas.

O trabalho “Covid-19 no Brasil: um estudo sobre a polarização política e a empatia em tempos de crise”, cuja autoria é da Ana Kelli Fonseca, busca explorar o modo como a pandemia de Covid-19 alterou o que ela chama de “fragilidades sociais e institucionais” no Brasil. Em especial, o texto destaca a polarização política e sua relação com o exercício da empatia e simpatia. A autora escolheu dividir seu trabalho em três momentos. São eles, “(1) as guerras culturais e a polarização política; (2) a pandemia no Brasil, as estratégias do governo Bolsonaro e a empatia identificativa; e, por fim, (3) os distanciamentos invisíveis e a desumanização”.



Ressalta-se, aqui, que logo em suas considerações iniciais a autora utiliza a obra “Ensaio sobre a Cegueira” do escritor José Saramago – foco de outra pesquisa que abre esta edição da revista - para elucidar pontos de sua argumentação misturando a obra ficcional e os elementos observáveis da realidade de fragilidade social agravados pela pandemia de Covid-19.

O penúltimo trabalho, “Explorações Teóricas e Empíricas das Noções de Públicos, Esfera Pública e Contrapúblicos no Contexto Digital”, foi elaborado pelas autoras Larissa Alboreda Gandolla e Dayana Melo. O artigo visa explorar as dinâmicas sociais a partir das noções de públicos, esfera pública e, especialmente, contrapúblicos no contexto atual. O recorte empírico de pesquisa diz respeito à esfera de tecnologias digitais, ou seja, as plataformas digitais de entretenimento. A pesquisa partiu da união do método bibliográfico - com caráter exploratório e qualitativo – e dos direcionamentos da etnografia digital. Os passos metodológicos da pesquisa permitiram o mapeamento de três grupos caracterizados como contrapúblicos. A internet, em especial no contexto das plataformas digitais, revelou-se um espaço de novas dinâmicas, relações e arranjos sociais.

O artigo que encerra nossa trigésima terceira edição é de um conjunto de autores tem como título “Vulnerabilidades e resistências dos públicos em conflitos socioambientais: um caso de implantação de empreendimento hidrelétrico”. Foi escrito por Fernanda Nascimento Ribeiro, Ana Clara Nunes Cardoso, Giovanna Ramalho Ribeiro, Marcio Simeone Henriques e Daniel Reis Silva. O objetivo principal do trabalho é compreender as dinâmicas comunicacionais em processos de conflito socioambiental. De forma mais específica, o estudo se debruça sobre o caso da implementação da Usina Hidrelétrica (UHE) Aimorés, em Minas Gerais. A pesquisa tem como marcos temporais o período entre os anos de 2021-2024 e metodologicamente utiliza estudo de caso para se aprofundar nas identificações de públicos, atores sociais e os acontecimentos relevantes que conformam as dinâmicas comunicacionais, como vigilâncias e denúncias por atores da sociedade civil. Em resumo, nota-se o poder - de ordem comunicacional - que decorre de acontecimentos socioambientais afeta a forma dos atores se mobilizar e resistir para superar as vulnerabilidades envolvidas.



Por fim, agradecemos a todos os nossos autore(as) e comunidade acadêmica que aprecia esta e demais edições da IniciaCom. Um dos nossos pilares no periódico é o de fomentar a Pesquisa em Comunicação desde a Graduação e estar atento ao que está se discutindo. Nesse sentido, é com felicidade que observamos não somente debates emergentes no campo sobre gênero e disputas de poder sobre a mulher, mas, também, a grande maioria de autoras como contribuintes desta edição. Ressaltamos que juntas formam um grupo de quinze autoras, em contraste com três autores. Claro, não estamos tratando de números aqui, mas nos chama a atenção o quantitativo expressivo de mulheres pesquisadoras que se dedicam a investigar diversas dinâmicas no campo da Comunicação no Brasil, inclusive, sobre as trajetórias de vida de outras mulheres.

Por último, mas não menos importante, estendemos a gratidão à nossa equipe editorial da revista e ao nosso time de avaliadores voluntários, os quais atuam de várias partes do Brasil e do mundo. Desejamos uma excelente leitura e continuidade no processo de construção de conhecimento para todos.



EXPEDIENTE

Editores

Silvio Simon (Univille)

Flávio Santana (UnB)

Comissão Editorial

Silvio Simon (Univille): Editor

Flávio Santana (UnB): Editor

Izani Mustafá (UFMA): Editora Assistente

Jhonnatan Oliveira (UFMA): Assistente editorial

Lorena Caoly (UFRN): Assistente editorial

Jussara Alves (UFMA): Assistente editorial

Conselho Editorial Científico

O conselho é composto pelos coordenadores e vice-coordenadores das Divisões Temáticas do Intercom Júnior e pelas representantes das diretorias científica e editorial da Intercom:

Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF)

Nara Lya Cabral Scabin (UAM)

Genio Nascimento (UAM)

Mayra Fernanda Ferreira (Unesp)

Jemima Bispo (UFJF)

Diogo Rógora Kawano (IFSULDEMINAS)

Mariana Ayres (CELSA/UFF)

Roseane Andrelo (Unesp)

Mariana Carareto (UFG)

Andrei Maurey (PUC-Rio)

Luan Correia Cunha Santos (UFAC)

Luana Ellen de Sales Inocêncio (UFF)

João Paulo Hergesel (PUC-Campinas)

Vinicius Ferreira Ribeiro Cordão (UFRJ)

Gêsa Karla Maia Cavalcanti (UFRN)

Sergio dos Santos Clemente Junior (USP)

Letícia Segurado Côrtes (UFG)

Paula de Souza Paes (UFPB)

Ana Paula Goulart de Andrade (UFF)



Contato Principal

INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2.050 - Conjunto 36 – Bela Vista – 01318-002 – São Paulo
– SP – Brasil
Fone: (11) 91628-5225 / www.portalintercom.org.br

Secretaria Editorial

Maria do Carmo Barbosa e Genio Nascimento
Fone: (11) 3596-4747 / secretaria@intercom.org.br / secretaria.intercom@gmail.com



ARTIGOS



Apontamentos sobre o legado intelectual de José Saramago, a partir de seis entrevistas jornalísticas

Notes on the intellectual legacy of José Saramago, based on six journalistic interviews

Louise Soraya Chacon Silva¹
Maria do Socorro Furtado Veloso²

Resumo: Este estudo visa iluminar o legado de ideias do escritor português José Saramago, a partir de seis entrevistas jornalísticas concedidas pelo autor de *Memorial do convento* e publicadas na forma de livro. O referencial teórico tem base em Jacoby (1990), Lage (2001), Rêgo (2013) e outros. A metodologia inclui análise qualitativa (Minayo, 1994). A pesquisa evidencia o modo como as entrevistas podem ser espaços de debate e preservação de memórias.

Palavras-chave: Entrevista jornalística; Memória; Intelectual público; José Saramago.

Abstract: This article seeks to shed light on the legacy of ideas of the Portuguese writer José Saramago (1922-2010), based on six journalistic interviews given by the author of *Baltasar and Blimunda* and published in book format. The theoretical background is based on Jacoby (1990), Lage (2001), Rêgo (2013), and others. The methodology includes qualitative analysis (Minayo, 1994). It was found that José Saramago used the interviews as spaces for debate.

Keywords: Journalistic interview; Memory; Public intellectual; José Saramago.

¹ Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e bolsista Pibic/CNPq. E-mail: louisechacon26@gmail.com

² Orientadora do trabalho. Docente associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do projeto de pesquisa “O pensamento social de José Saramago: Considerações a partir de oito entrevistas publicadas em livros”. E-mail: socorroveloso@uol.com.br



Introdução

Único autor de língua portuguesa agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, o escritor José Saramago (1922-2010) frequentemente expressou inquietações relacionadas às injustiças sociais que afligem a humanidade. Quinze anos após sua morte, ele segue mobilizando a atenção de leitores e pesquisadores de todos os continentes, face a um legado formado não só por um vigoroso conjunto de romances, peças de teatro, poesias, contos e crônicas, mas também por sua reconhecida trajetória intelectual.

O autor de *Memorial do convento* (1982) está inscrito na história contemporânea como uma relevante voz do debate público que se fez ouvir em torno de questões relacionadas aos direitos humanos, à justiça social, à participação democrática. Como escritor, tradutor, dramaturgo, crítico literário, cronista e jornalista, o português José Saramago foi um atuante intelectual público, na acepção empregada por Jacoby (1990, p. 249): “um espírito incorrigivelmente independente que não responde a ninguém”, uma pessoa comprometida “com um mundo público e uma linguagem pública”. O papel de intelectual público, que Saramago desempenhou junto à dimensão do romancista, está presente em artigos, ensaios, conferências, debates e entrevistas.

Parte dessas entrevistas foi concedida a jornalistas e está reunida em seis livros disponíveis em língua portuguesa, editados em Portugal e/ou no Brasil. É sobre este material que nos propomos a debruçar, na pesquisa de iniciação científica ora em andamento e do qual extraímos dados preliminares apresentados neste artigo. Nessas entrevistas estão presentes o escritor, o pensador e o militante comunista, todas facetas de um mesmo personagem que se notabilizou pela relevância não só da obra premiada com o Nobel, em 1998, mas também pela dimensão de seu pensamento social.

Entendemos por “pensamento social” o significativo conjunto de ideias e inquietações que José Saramago expressou ao longo de sua trajetória, enquanto escritor, intelectual e ativista, e que comportam as mais variadas temáticas, além da própria literatura que produziu e daquela que consumiu como forma de conhecimento do mundo.

Os livros analisados foram publicados entre os anos de 1996 e 2018. São eles, em ordem cronológica: *José Saramago: aproximação a um retrato*, de Armando Baptista-Bastos (1934-



2017), publicado em 1996; *José Saramago: o amor possível*, de Juan Arias, lançado em 2003; *Uma longa viagem com José Saramago*, de Joao Céu e Silva, de 2008; *A última entrevista de José Saramago*, de José Rodrigues dos Santos, e *Conversas com Saramago*, de José Carlos Vasconcelos, ambos lançados no ano da morte do escritor – 2010; e *Por Saramago*, de Anabela Mota Ribeiro, lançado em 2018, quando se completaram vinte anos da atribuição do Nobel ao entrevistado. À exceção de Arias, que é espanhol, os demais jornalistas são de origem portuguesa.

1. O pensamento social de José Saramago

Esta pesquisa está vinculada ao projeto intitulado “O pensamento social de José Saramago: Considerações a partir de oito entrevistas publicadas em livros”. Seu intuito é a investigação, por meio de leitura integral e análise de conteúdo de natureza qualitativa, de oito obras que veiculam grandes entrevistas concedidas pelo escritor. Tratam-se de livros editados em Portugal e/ou no Brasil, e que são assinados por uma autora e sete autores empenhados em desvelar os meandros do pensamento de Saramago, manifesto não só em seus escritos ficcionais e não ficcionais, mas também em suas intervenções públicas.

Esta é uma característica em comum identificada na leitura inicial de oito obras, com resultados que dependeram das intenções do projeto editorial ou mesmo da possibilidade que cada autor teve de conviver com o escritor nobelado por horas, dias ou mesmo semanas. Entre os autores estão jornalistas, ensaístas, pesquisadores e professores – alguns, muitas vezes dedicados a mais de uma dessas tarefas. Das oito obras iniciais, selecionamos as seis listadas para este artigo.

O objetivo central é iluminar o que entendemos por “pensamento social” de Saramago: o significativo conjunto de ideias e inquietações que o escritor expressou ao longo de sua trajetória, enquanto escritor, intelectual e ativista de lutas contra injustiças sociais, e que comportam as mais variadas temáticas, além da própria literatura que produziu e daquela que consumiu como forma de conhecimento do mundo.

Nossa intenção é identificar a recorrência dessas ideias e das argumentações que as lastreiam nas obras analisadas, considerando que Saramago certamente compreendia essas



instâncias como oportunidades de ampliar os espaços de interlocução e por conseguinte, de circulação e preservação de sua voz constante e sempre crítica, bem como das memórias dos tempos vividos.

2. Metodologia

Este estudo se constitui como pesquisa de natureza qualitativa, com base em levantamento bibliográfico, valendo-se de amostras de caráter intencional. A pesquisa qualitativa foi escolhida devido à natureza do seu objeto, pois, como observa Minayo (1994, p. 21-22), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A pertinência da opção metodológica é corroborada por Silveira e Córdova (2009, pg.32), para os quais os pesquisadores que recorrem à análise qualitativa buscam “explicar o porquê das coisas, (...) mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”.

Nas seis entrevistas foi identificado um amplo conjunto de temáticas recorrentes nas declarações do autor de *Ensaio sobre a cegueira* (1995), das quais selecionamos previamente cinco, que vão ao encontro do problema de pesquisa: democracia e autoritarismo; militância comunista e combate ao capitalismo; as religiões e suas contradições; efeitos da globalização; acontecimentos no campo da geopolítica. A recorrência, portanto, foi um dos critérios de definição das categorias; as inquietações de Saramago em questões relacionadas a injustiças sociais também motivaram as escolhas.

Ao longo da leitura ativa das entrevistas analisadas, buscamos identificar e destacar esse conjunto de ideias. Com a identificação das recorrências no material analisado e sua classificação em categorias, pretendemos discutir a hipótese de que as entrevistas analisadas colaboram para a preservação da voz pública de José Saramago.

A pesquisa de iniciação científica ora em curso tem, entre seus objetivos, estabelecer relações entre jornalismo e memória; daí a opção por trabalhar apenas com entrevistas



concedidas pelo escritor a jornalistas, o que entendemos como amostras intencionais. Nesse tipo de investigação, os elementos “são selecionados conforme critérios que derivam do problema de pesquisa, das características do universo observado e das condições e métodos de observação e análise” (Fragoso *et al.*, 2011, p. 78).

Para submeter os dados selecionados à análise qualitativa, tomamos como suporte teórico um referencial que nos permitisse compreender as características da entrevista jornalística em profundidade (Lage, 2001; Medina, 2000); o “lugar de memória” do jornalismo (Rego, 2013); bem como o pensamento social que Saramago construiu enquanto intelectual público – conceito-chave que emprestaremos de Jacoby (1990) e Said (2005) -, ou como menciona Oliveira Neto (2020), enquanto um atuante “homem de ideias”.

Nas seis obras analisadas, avaliamos que o método empregado pelos jornalistas autores foi o da chamada “entrevista em profundidade”. Lage (2001, p. 75) explica que o objetivo desta modalidade de entrevista “não é um tema particular ou um acontecimento específico, mas a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida”.

A esta noção podemos acrescentar as “entrevistas dialogais” (Lage, 2001, p. 77), nas quais o autor vê a “excelência” do procedimento jornalístico: “(...) entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões colocadas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados”.

É uma perspectiva que vai ao encontro do que Medina (2000, p. 7) identifica como “virtudes dialógicas” da entrevista jornalística. Este diálogo materializa-se por meio da humanização do contato: quando a técnica é superada pela intimidade, realiza-se o “diálogo possível”.

A ideia da entrevista-diálogo é construída por Medina a partir de Morin (1973). Para este teórico, o “diálogo é mais que uma conversação mundana. É uma busca em comum. O entrevistador e o entrevistado colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema” (Morin, 1973, p.129). Partimos do pressuposto de que as entrevistas jornalísticas aqui estudadas são caracterizadas como diálogos



possíveis, uma vez que se nota uma busca comum, de entrevistado e entrevistadores, por ampliar os espaços de interlocução e, por conseguinte, de preservação e circulação de uma voz relevante.

Essas entrevistas também atuam na construção de uma memória coletiva, para a qual são inconteste as contribuições de um escritor que não só testemunhou, mas também refletiu e escreveu sobre as profundas transformações de seu tempo. Para Rêgo (2013 *apud* Veloso *et al.*, 2019, p. 107), o “lugar de memória do jornalismo é fator constituinte e importante da memória coletiva e da memória histórica, visto que suas imagens, mensagens, informações e notícias influem diretamente no imaginário simbólico coletivo e constituem fonte para as pesquisas históricas”.

Para a análise das entrevistas selecionadas, consideramos que José Saramago as concedeu no papel não só de escritor, mas também de ativo intelectual público, condição que assume a partir dos anos 1960, enquanto ainda trabalhava como crítico literário, e depois nos anos 1970, como jornalista e diretor de jornal, na cidade de Lisboa. A essas dimensões acrescente-se a militância no Partido Comunista Português (PCP), ao qual se filiou em 1969. O pensamento social do escritor se consolidou à medida que seus romances alcançavam um número crescente de leitores, em Portugal e no exterior.

O legado de ideias de Saramago contempla a noção segundo a qual o intelectual público tem “um comprometimento não simplesmente com um domínio profissional ou privado, mas com um mundo público – e uma linguagem pública” (Jacoby, 1990, p. 248-249). Contribuindo para esta percepção, Said afirma que o intelectual visa encontrar espaços para enfrentar a autoridade e o poder em nome dos princípios de equidade e justiça. Não se trata, portanto, de um “pacificador ou criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico” (Said, 2005, p. 35).

3. Análises das Entrevistas Jornalísticas

Investigador da obra de José Saramago, Oliveira Neto (2020) afirma que, apesar de o escritor ter defendido em inúmeras ocasiões que a literatura não tem o poder de conduzir as sociedades a mudanças, o conjunto de sua obra, bem como sua atuação enquanto sujeito



político, apontam para o contrário. Para o pesquisador, a literatura de Saramago está filiada diretamente a seus posicionamentos sobre o mundo e, tomando por base o trabalho de Jean Paul Sartre, reflete sobre o que entende como “engajamento saramaguiano”.

Para Oliveira Neto (2020), “o engajamento saramaguiano reside, primeiro, na sua atitude enquanto homem de ideias, pela posição ativa frente às mais diferentes questões sócio-históricas, e segundo, no seu ato de escrita, trazendo à discussão, por meio da narrativa, aquilo que diz respeito a este seu tempo”. Baseando-se nesta perspectiva, o estudo busca identificar, nas entrevistas jornalísticas concedidas por Saramago e publicadas em livros, o “homem de ideias” que se posiciona diante de temas sociais, políticos e históricos.

Apresentamos, a seguir, uma análise preliminar das entrevistas selecionadas, buscando registrar a recorrência do pensamento do escritor.

3.1 Aproximação a Um Retrato, de Armando Baptista-Bastos (1996)

Nesta obra, José Saramago fala de seus posicionamentos enquanto militante comunista. Aqui responde, por exemplo, sobre a visão de si mesmo enquanto homem de partido e escritor, ressaltando que, cronologicamente, tornou-se escritor primeiro, mas reconhecendo a importância e influência da militância em suas obras.

Eu prefiro dizer que sou uma pessoa que é, ao mesmo tempo, comunista e escritor. E que, se é preciso meter aqui uma ordem, então a ordem teria de ser necessariamente cronológica. Comecei a escrever aos 25 anos. O meu primeiro livro saiu nessa altura, quando eu ainda não era comunista, portanto, parece-me que comecei por ser escritor. Mas também é certo que os meus livros mais importantes vieram quando eu já era, formalmente, militantemente, um comunista (Bastos, 1996, p. 43).

É importante mencionar que os posicionamentos de Saramago, segundo o próprio autor, guardam vínculo com suas origens no proletariado rural português – ele nasceu na aldeia de Azinhaga, região do Ribatejo, e ainda menino se mudou com a família para Lisboa. Mantém vínculo, também, com sua experiência no proletariado industrial, visto que trabalhou como serralheiro mecânico antes de se tornar escritor.



No diálogo com Baptista-Bastos, José Saramago fala sobre o Partido Comunista Português, e aponta a característica que mais desaprovava na agremiação: a de não acompanhar as transformações sociais.

O PCP teve dificuldades, e de certa forma continua a tê-las, em entender e em assimilar as transformações por que todo mundo está a passar e em tornar-se, de modo activo, sem renunciar a nada do que é a sua herança (...) Esse continua a ser o pecado do partido, e julgo que isso tem muito a ver com a falta de reflexão teórica (Bastos, 1996, p. 46).

A atitude crítica ao próprio partido permite associar Saramago à acepção de intelectual público proposta por Jacoby (1990, p. 249): “um espírito incorrigivelmente independente que não responde a ninguém”.

Outra visão recorrente nas entrevistas concedidas por Saramago é a de sua insatisfação com os rumos da democracia. Para o escritor, faltaria ao regime a verdadeira participação popular. Na entrevista a Baptista-Bastos, Saramago reforça a defesa de um sistema democrático que seja, de fato, participativo.

(...) quando nos dizem que é uma grande coisa termos a democracia, pois claro que é uma grande coisa, mas é o mínimo, porque é a partir daí que se começa a acrescentar o que verdadeiramente falta, que é a capacidade interventiva do cidadão em todas as circunstâncias da vida pública (...) Por isso, a liberdade de imprensa, a liberdade de organização política é o mínimo que podemos ter, porque é a partir daí que começa a riqueza espiritual e cívica do cidadão autêntico (Bastos, 1996, p. 50 - 51).

Nesta entrevista, Saramago também tece críticas às religiões, particularmente ao cristianismo. Na visão do escritor, que se apresentava como ateu, “Deus não está noutra sítio senão no cérebro humano” (Bastos, 1996, p. 53). Para além da condição ateu, contudo, Saramago aponta que

(...) não existe ninguém que não tenha Deus. O único ser que não teria Deus seria aquele que tivesse nascido numa sociedade onde, desde sempre, qualquer sentido de transcendência fosse desconhecido (...) Por isso, eu, às vezes, digo que, no plano da mentalidade, sou um cristão, e não posso ser outra coisa” (Bastos, 1996, p. 52).



3.2 O Amor Possível, de Juan Arias (2003)

Militante comunista até o final do vida, e frequentemente crítico ao próprio partido, José Saramago foi movido pela crença de que seria possível superar o capitalismo, como se nota neste trecho da entrevista a Juan Arias, que traz uma recorrência de seu posicionamento partidário: “Imaginar que o capitalismo é definitivo seria acreditar que algo é definitivo. Pode ser definitivo no espaço; implantou-se durante muitas gerações e está aí, mas o Império romano também foi longo e acabou desmoronando” (Arias, 2003, p. 90). Para José Saramago, ser socialista é um “estado de espírito” (Arias, 2003, p. 87).

Outra reflexão presente é a insatisfação com a democracia participativa, tema já abordado com Baptista-Bastos na entrevista publicada em 1996, e que se repete nesta conversa com Arias.

Não vivemos numa democracia. Isso pode parecer uma provocação da minha parte, mas não é, salvo que se entenda por democracia a possibilidade de votar, e que depois um partido governe, que haja um Parlamento e um presidente da República ou coisa que o valha. Se a isso se chama democracia, pois muito bem, que o seja (Arias, 2003, p. 84).

Na visão do escritor, a democracia não seria um sistema suficientemente participativo. Ele defendia um modo de governo no qual a participação popular operasse além do voto:

Alguns dirão: mas nós estamos participando, votamos. Não é verdade, pois no exato momento em que a pessoa introduz o seu voto na urna abdica da sua responsabilidade, porque delega a sua responsabilidade política a outros senhores que, a partir daí, farão o que bem entenderem. A única alternativa é a participação (Arias, 2003, p. 86).

Este conjunto de ideias comporta críticas também à globalização das culturas – para Saramago, prejudicial às diferenças. No trecho a seguir, ele indaga sobre a dinâmica da globalização.

Ao reduzir todas as diferenças à unidade, impõe-se o problema de que unidade é essa a que estamos reduzindo as diferenças de todos? A primeira hipótese



seria que, de uma forma pacífica, consensual, com todo o mundo de acordo, começaríamos a viver um processo de fusão das culturas sem conflitos, sem nenhum drama, e ao cabo de algumas gerações teríamos uma uniformidade, uma única cultura para todo o mundo. Isso é possível?” (Arias, 2003, p. 114).

O escritor complementa, argumentando que a globalização seria, na verdade, uma ocidentalização das culturas, e cita a América do Norte neste contexto:

É uma falácia falar de uma globalização em que todas as culturas se misturariam, dando lugar a uma situação multicultural. O que está a acontecer agora é um achatamento das culturas pequenas por uma cultura imperialista, que é a ocidental, sobretudo a norte-americana (Arias, 2003, p. 114).

Nesta discussão, Saramago acrescenta, ainda, um questionamento a respeito do nacionalismo:

(...) quando essas culturas se sentem ameaçadas e resistem a ser liquidadas, exterminadas, os outros, os que estão a tentar ocidentalizar ou globalizar ou americanizar o mundo, protestam porque não deve haver nacionalismos. Mas aqui há duas medidas: talvez, em todo o mundo, não haja país mais nacionalista que os Estados Unidos. Então, como ficamos? O nacionalismo do pobre, do pequeno, é condenado e o nacionalismo do grande é louvável? (Arias, 2003, p. 115).

É sob essa ótica que o escritor complementa sua visão sobre nacionalismo:

No fundo, o nacionalismo é apenas aquilo a que podemos chamar sentido de pertencimento. Eu pertença a algo (...). Acho que não devemos esquecer que os nacionalismos podem tornar-se agressivos, e temos muitos exemplos disso na história antiga ou recente, mas não me parece que o eixo do debate sobre o nacionalismo deva ser esse (Arias, 2003, p. 118).

Mais à frente no diálogo, Saramago cita novamente os Estados Unidos, sempre em tom crítico: “O mal é que as pretensões dos Estados Unidos não são só econômicas. A globalização foi o primeiro passo; o segundo passo, aquele que está em curso, é a militarização do globo pelas Forças Armadas norte-americanas” (Arias, 2003, p. 147).

Outra temática recorrente nas entrevistas analisadas, “as religiões e suas contradições” também aparece na entrevista concedida a Juan Arias. Saramago chama atenção para o fato de



que muitas das guerras que já aconteceram e ainda muitas da atualidade são de natureza religiosa, afirmando que: “Se começarmos a pensar nisso, veremos que as religiões dificilmente unem a humanidade, ao contrário, no mais das vezes a dividem” (Arias, 2003, p. 101).

Ao longo de sua trajetória como escritor, algumas obras de José Saramago foram alvo de críticas da Igreja Católica, como *Evangelho segundo Jesus Cristo* (1992) e *Caim* (2009). Sob esse contexto, em determinado momento da entrevista com Arias, ainda na temática das religiões, Saramago fala do papel contestador da literatura, e desse compromisso presente em sua própria obra:

A obra literária, tal como a concebo, a obra artística em geral, tem de trazer em si, ainda que de forma implícita, uma contestação, pois, do contrário, viveríamos a glosar infinitamente, até nos transformarmos numa espécie de mecanismo inconsciente com o qual se consegue dizer sempre sim a tudo” (Arias, 2003, p. 42).

Mais uma ideia retomada nesta entrevista diz respeito à influência que a religião tem em pessoas nascidas em uma sociedade onde há a ideia de Deus, temática já abordada com Baptista-Bastos. Saramago argumenta:

Não posso dizer em sã consciência que sou ateu, ninguém pode dizê-lo, porque o autêntico ateu seria alguém que vivesse numa sociedade na qual nunca tivesse existido a ideia de Deus, uma ideia de transcendência e, portanto, nem sequer a palavra ateu existiria nesse idioma. Sem Deus, não poderia existir a palavra ateu, nem a palavra ateísmo (Arias, 2003, p. 97).

Anteriormente, o escritor havia falado sobre a capacidade do cérebro humano de criar Deus. Nesta entrevista com Arias, ele explora novamente essa ideia, explicitando a razão pela qual as sociedades precisariam perpetuar suas crenças:

E eu me pergunto: e se Deus não existir? Imagine o que isso poderia significar. De imediato, no mundo da cristandade, significaria que Jesus não é Deus, e então toda a nossa cultura, toda a chamada civilização cristã se apoiaria sobre o nada ou sobre uma mentira. E acontece que a capacidade que o cérebro humano tem de criar construções magníficas, no caso concreto do cristianismo, cairia por terra (Arias, 2003, p. 99).



3.3 Uma Longa Viagem com José Saramago, de João Céu e Silva (2008)

A visão de Saramago acerca da democracia é uma temática recorrente nas duas entrevistas até aqui analisadas. No diálogo com João Céu e Silva, publicado em 2008, o escritor reforça sua insatisfação com este regime político, tal como o conhecemos. Aqui, José Saramago acrescenta, também, uma crítica ao neoliberalismo:

Pode [o neoliberalismo] adaptar-se, tornar-se um pouco mais social, porque também precisa de consumidores (...) porque se as condenar [as pessoas] à miséria, não lhes pode vender nada. O que há é uma falta total da discussão de ideias! (...) Considera-se a democracia uma espécie de paradigma, que está aí e acabou-se. E vamos seguindo com um regime absolutamente hipócrita, a chamar democracia a uma situação em que os cidadãos não têm outro papel senão o de votar (Silva, 2008, p. 88).

Ele retoma o debate sobre a militância comunista, associando-a a um estado de espírito já comentado com Arias, quando afirma: “Não é o comunismo que é um estado de espírito, ser-se comunista é que é um estado de espírito” (Silva, 2008, p. 89). Nesta entrevista, as críticas de Saramago ao capitalismo continuam:

Como é que havemos de distribuir a riqueza que é gerada no mundo de uma forma desigual? Não quero propor que seja equitativa – porque não sou tonto, mas por que é que a economia funciona desta maneira transvazando riqueza do pobre para o rico? Repito, não é por acaso que não se discute a Democracia como se ela fosse uma coisa paradigmática (Silva, 2008, p. 124 - 125).

No que diz respeito à globalização, Saramago também retoma este tema discutido anteriormente com Arias, ao citar que “a globalização econômica é inimiga dos direitos humanos” (Silva, 2008, p. 153).

A questão das religiões e suas contradições também aparece na entrevista com Céu e Silva. Saramago vai comentar, por exemplo, sobre sua contrariedade em relação à Igreja Católica: “É uma das marcas, digamos, da minha vida e da minha personalidade. A questão é que a Igreja Católica, é a essa que nos referimos, confundiu-se muitas vezes – demasiadas vezes – com uma associação de criminosos (...)” (Silva, 2008, p. 255). Ele questiona, ainda, métodos e dogmas da instituição, como o conceito do pecado:



Inventar o pecado foi uma manobra absolutamente genial porque se eu faço qualquer coisa, a Igreja aparece a dizer que isso é pecado (...) Tudo isso é um mecanismo de repressão e, ao mesmo tempo, uma fábrica que produz uma ideologia que nos mantém atados (Silva, 2008, p. 256).

Para Saramago, “a Igreja conformou à sua maneira a vida de cada um de nós e tem uma obsessão moldadora para formar as pessoas à sua imagem e semelhança” (Silva, 2008, p. 39).

3.4 A Última Entrevista de José Saramago, de José Rodrigues dos Santos (2010)

Nesta conversa, mais curta que as demais até aqui analisadas, um assunto que ganha destaque, dentre as temáticas estudadas, é novamente o das religiões. Em determinado momento, Saramago comenta sobre a Bíblia:

No Novo Testamento aquilo que Jesus faz, pela sua ação e pela sua pregação, no fundo é inventar outro Deus, é colocar sobre o Deus do Gênesis ou do Pentateuco outro Deus. Durante o tempo real e o tempo literário, nunca Deus no Antigo Testamento se mostra compassivo (Santos, 2010, p. 45).

Percebe-se que a visão de Saramago a respeito das religiões, em especial o cristianismo, segue os mesmos rumos das entrevistas anteriores: o escritor se mostra crítico às suas contradições. Em outro momento da entrevista, José Saramago rejeita a comparação sugerida pelo entrevistador, José Rodrigues dos Santos, entre o comunismo e a religião, defendendo não haver qualquer tipo de semelhança: “Há aí uma grande diferença: é que a Igreja não fez outra coisa senão contradizer a realidade, e o comunismo pretendeu, e falhou, mudar a realidade, transformá-la” (Santos, 2010, p. 48).

3.5 Conversas com Saramago, de José Carlos Vasconcelos (2010)

Este livro possui a particularidade de conter uma coletânea de entrevistas concedidas por José Saramago ao jornalista José Carlos Vasconcelos, editor do Jornal de Letras (JL), periódico português dedicado à literatura. Foram veiculadas no JL entre 1989 e 2006, mas para este estudo levamos em consideração o ano de publicação da referida obra – lançada logo após a morte do escritor, que ocorreu em junho de 2010.



A relação de José Saramago com a militância comunista e o combate ao capitalismo tem sido recorrente nas entrevistas analisadas. Assim como no diálogo com Baptista-Bastos, aqui o escritor também fala de sua relação com o Partido Comunista Português (PCP). Em certo trecho, por exemplo, Saramago afirma que não se preocupa com possíveis julgamentos do PCP acerca de sua obra.

O que acontece é que a minha relação com o partido é muito mais saudável do que isso. Eu não considero que o meu partido (...) seja competente em matéria literária e, em geral, artística. Por muito respeito que tenha, e tenho, pelos meus camaradas, não os julgo realmente tão competentes a ponto de me poderem dizer o que se faz, como se faz e se o que fiz está bem feito ou mal feito. Prefiro que gostem daquilo que faço, mas se porventura acontecer não gostarem, paciência! (Vasconcelos, 2010, p. 27).

Ainda neste livro, em entrevista de 2003, José Saramago critica a aproximação de Portugal com os Estados Unidos. Suas críticas ao país norte-americano são recorrentes nas entrevistas concedidas. Ele manifesta, em certo trecho: “gostaria, ao menos, é que Portugal não se agachar diante dos EUA, não manifestasse uma subserviência, que nos envergonha” (Vasconcelos, 2010, p. 78). Ainda no campo da geopolítica, um pouco mais à frente, Saramago critica também o estado de Israel, afirmando que esse seria “a cabeça de ponte dos EUA no Médio Oriente” (Vasconcelos, 2010, p. 82).

Ele continua a condenar as atitudes dos Estados Unidos no campo da geopolítica, ao afirmar que:

No momento em que se fala de ocupar, de colonizar, o Iraque, e que o petróleo irá para os países que tiverem colaborado com os EUA nessa ocupação, como é possível alguém pensar que se o Iraque não fosse o segundo produtor mundial de petróleo, os EUA estariam tão interessados em derrubar um ditador, que o é, como Sadam Hussein? (Vasconcelos, 2010, p. 83).

3.6 Por Saramago, de Anabela Mota Ribeiro (2018)

Trata-se de uma entrevista com maior enfoque na linguagem literária de José Saramago e, portanto, não há grande recorrência das temáticas aqui estudadas. Porém, a questão das religiões também emerge aqui. Em certo momento, Saramago relembra de um comentário que



fez, incômodo ao Vaticano: “No outro dia estava na Itália e disse, com grande escândalo no Vaticano, que achou que era uma provocação infame, mais uma da minha parte, que o mundo seria mais pacífico se fôssemos todos ateus” (Ribeiro, 2018, p. 36).

Outra temática presente é o da militância comunista. A exemplo da conversa com Juan Arias, Saramago afirmou a Anabela Mota Ribeiro que o comunismo é um estado de espírito. Aqui, ele retoma e defende essa mesma ideia: “o comunismo é um estado de espírito. Dois camaradas atacaram isto, em nome do materialismo dialético. Não entenderam” (Ribeiro, 2018, p. 36).

Ao final da leitura e análise do material, observamos que as ideias do José Saramago têm recorrências em volume desigual, no caso das temáticas analisadas. No entanto, entendemos que as seis entrevistas jornalísticas permitem ampliar os espaços pelos quais a voz de José Saramago se fez presente. São obras que contribuem para preservar o conjunto de ideias expressas pelo escritor, constituindo-se como um “lugar de memória” (Rego, 2013), ao mesmo tempo que reiteram sua atuação enquanto intelectual público, iluminando algumas das causas que o mobilizaram ao longo da vida.

A análise das seis entrevistas também nos permite ir ao encontro do que afirmam Jacoby (1990) e Said (2005) acerca do intelectual público enquanto uma figura que desafia a autoridade e o poder em nome da equidade e da justiça, respondendo apenas a um “mundo público” (Jacoby, 1990). Isso porque Saramago, nessas conversas com jornalistas, expressa de forma consistente suas inquietações a respeito das injustiças sociais, políticas, econômicas e religiosas.

Notamos, ainda, o posicionamento ativo de Saramago frente às questões sócio-históricas que Oliveira Neto (2020) aponta, ao caracterizar o escritor português enquanto um “homem de ideias”. A atualidade do pensamento de José Saramago pode ser notada nas graves crises humanitárias enfrentadas por populações de todos os continentes nesses dias, o que inclui a guerra em curso entre Ucrânia e Rússia; a destruição da Faixa de Gaza; os conflitos no Sudão; a situação dos refugiados na Europa, e o crescente poder econômico e influência política dos conglomerados de tecnologia, entre tantos exemplos possíveis de serem listados.

Considerações finais



Os resultados deste estudo demonstram que José Saramago soube utilizar-se das entrevistas jornalísticas como espaços de debate, como fez na literatura, principalmente para denunciar os abusos das elites de poder e suas incoerências em diferentes aspectos da realidade social. Ao reiteradamente defender posicionamentos que acreditava responder a seus ideais, o escritor ampliou a difusão de seu pensamento, posicionando-se enquanto intelectual público livre e comprometido com a luta contra as injustiças.

As seis entrevistas jornalísticas também nos permitiram refletir sobre o lugar de memória do jornalismo, uma vez que nutrem o imaginário simbólico coletivo com pensamento social de José Saramago. Ao servirem de espaço para o registro, preservação e difusão das posições do escritor acerca de questões relevantes, nas esferas da democracia, capitalismo, militância comunista e religiões, as entrevistas podem incentivar, entre seus leitores, novas reflexões sobre tais temáticas.

O estudo resultou em proveitosa experiência de análise de entrevistas jornalísticas em profundidade, tendo em perspectiva a figura de um dos mais relevantes nomes da história da literatura. Sendo assim, consideramos que alcançou os objetivos propostos, dada a importância dos conteúdos analisados na preservação do pensamento social de José Saramago, enquanto escritor e intelectual público.

Esperamos que este trabalho contribua para pesquisas que relacionem jornalismo e memória, assim como para novas investigações acerca do extenso legado de ideias deixado pelo autor de *Ensaio sobre a lucidez* (2004).

Referências

- ARIAS, Juan. **José Saramago**: o amor possível. Rio de Janeiro: Manati, 2003.
- BASTOS, Armando B. **José Saramago**: aproximação a um retrato. Lisboa: Sociedade Portuguesa dos Autores/Publicações Dom Quixote, 1996.
- FRAGOSO, Suely. *et al.* **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**: a cultura americana na era da academia. São Paulo: Trajetória Cultural; Edusp, 1990.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.



- MEDINA, Cremilda de A. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2000.
- MINAYO, Cecilia *et al.* (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORIN, Edgar. A entrevista nas ciências sociais, no rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham A. et al. **Linguagem da cultura de massa**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- OLIVEIRA NETO, Pedro F. **Literatura e engajamento em José Saramago**. Revista Signo, n. 45, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3yWts4E>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- RÊGO, Ana R. O jornalismo cultural na revista O Cruzeiro. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto, MG: UFOP, mai-jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3yXz1jc>. Acesso em 27 ago. 2024.
- RIBEIRO, Anabela Mota. **Por Saramago**. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2018.
- SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SANTOS, José Rodrigues dos. **A última entrevista de José Saramago**. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.
- SILVA, João C. **Uma longa viagem com José Saramago**. Lisboa: Porto, 2008.
- SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade II: A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- VASCONCELOS, José C. **Conversas com Saramago: os livros, a escrita, a política, o país, a vida**. Lisboa: Jornal de Letras e Ideias, 2010.
- VELOSO, Maria do Socorro F. *et al.* **Jornalismo, literatura e memória nas páginas de Blimunda**. Revista de Estudos Saramaguianos, n. 10, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/470Dka7>. Acesso em: 27 ago. 2024.



**Jornalismo internacional sob uma perspectiva decolonial:
reflexões a partir do acontecimento Mahsa Amini na FSP¹**

**International Journalism from a Decolonial Perspective:
reflections on the Mahsa Amini Event in FSP**

Heloisa Gamero Marques²

Angela Maria Zamin³

Resumo: Com base nos conceitos de Orientalismo (Said, 2003), e decolonialidade (Ferdinand, 2022) e no direito internacional dos direitos humanos, o artigo analisa como o jornalismo ocidental estigmatiza e animaliza países orientais. O estudo analisa a cobertura do assassinato da iraniana Mahsa Amini pelo jornal *Folha de São Paulo*, usando Análise de Conteúdo como metodologia.

Palavras-chave: Jornalismo internacional; Oriente; Decolonialidade; Análise de Conteúdo; Cobertura jornalística.

Abstract: Based on the concepts of Orientalism (Said, 2003), decoloniality (Ferdinand, 2022), and international human rights law, the article analyzes how Western journalism stigmatizes and dehumanizes Eastern countries. The study analyzes the coverage of Iranian woman Mahsa Amini's assassination by the newspaper *Folha de São Paulo*, using Content Analysis as its methodology.

Keywords: International Journalism; East; Decoloniality; Content Analysis; Journalistic coverage.

¹ Artigo apresentado no 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul - Frederico Westphalen/RS – ocorrido entre os dias 13 e 15/06/2024.

² Estudante do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Email: heloisa.gamero@acad.ufsm.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Email: angela.zamin@ufsm.br



Introdução

A morte de Mahsa Amini, em setembro de 2022, após ser detida pela Polícia da Moralidade no Irã, gerou protestos pelos direitos das mulheres e repercussão internacional, marcando a forma como temas femininos, religiosos, sociais e políticos iranianos foram abordados pelo jornalismo – ponto de partida desta pesquisa.

Parte-se da hipótese de que, apesar dos esforços jornalísticos em retratar questões distantes, tanto geográfica quanto culturalmente, ainda pode prevalecer a reprodução da imagem reducionista (Said, 2003) de que países do Oriente Médio são, em sua maioria, violentos, fundamentalistas religiosos, terroristas e não desenvolvidos. Portanto, a pesquisa tem como tema o papel do Jornalismo Internacional (JI) na reafirmação de preconceitos acerca de países fora do Centro-Ocidente, a partir da utilização de estigmas durante a construção de acontecimentos jornalísticos, nesse caso, o assassinato de Amini.

A importância do tema é equivalente ao peso da atividade jornalística internacional na diplomacia mundial e à grande influência do JI na forma de sociabilidade e nos modos de ver o mundo das sociedades (Fernandes, 2012). Identificando as possíveis marcações preconceituosas da cobertura e demonstrando os benefícios de uma abordagem jornalística não orientalista (Said, 2003), decolonial e histórica, é possível contribuir para uma desconstrução da cobertura moderna e para o desenvolvimento de estudos acadêmicos.

O objetivo geral é compreender os sentidos acionados e/ou produzidos na construção do caso Amini pelo jornalismo brasileiro, se corroboram com a hipótese de uma conduta orientalista, e, para isso, foi utilizado como objeto empírico o primeiro mês de cobertura, quando o texto possui mais novidades, do jornal impresso de referência (Zamin, 2014) *Folha de S. Paulo (FSP)* sobre a morte da jovem e os seus desdobramentos. O período escolhido compreende entre 17 de setembro e 17 de outubro de 2022, os conteúdos foram coletados do acervo da *FSP* e localizadas por meio da palavra-chave Mahsa Amini. Ao todo são 18 textos jornalísticos informativos, publicados nas editorias Mundo e Cotidiano.

A metodologia foi baseada na Análise de Conteúdo, um método quantitativo que abre as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social (Moraes, 1999). Dados acerca de fontes, assinaturas, assuntos mencionados – que foram organizados em categorias –,



e palavras-chave foram levantados a partir de tabelas. Ao fim, foi possível mensurar se a cobertura demonstrou elementos orientalistas, e organizar uma reflexão sobre as problemáticas encontradas.

A pesquisa fundamenta-se nos estudos de Edward Said (2003) sobre o orientalismo, nas perspectivas da Decolonialidade (Ferdinand, 2022), nas noções de Jornalismo Internacional (Araujo, 2013) e nos Direitos Humanos (Liesen, 2020), o que permite uma leitura crítica dos textos jornalísticos analisados, orienta a metodologia aplicada e contribui para discutir a abordagem da editoria internacional ao tratar de temas orientais.

1. Jornalismo internacional e direitos humanos

A editoria internacional lida, essencialmente, com o distante (Aguar, 2008), sendo comum que jornalistas relatem fatos que não vivenciam e que envolvem atores com os quais eles e o público – muitas vezes desinformado ou sem acesso a contextos culturais adequados – não compartilham similaridades. O Jornalismo Internacional (JI) recorre a enviados especiais, correspondentes, stringers e, principalmente, a veículos de referência estrangeiros, majoritariamente ocidentais, como *The New York Times* e *The Washington Post*, que influenciam fortemente a base da redação brasileira. Também são amplamente utilizadas agências de notícias sediadas na Europa ou nos EUA, como a *Reuters* e a *Agence France-Presse*, que distribuem informações globais a veículos com cobertura geográfica mais limitada.

Compreender a construção da notícia internacional no Brasil exige reconhecer a participação do jornalismo na formação de identidades, e atribuição de sentidos ao real (Fernandes, 2012). É essencial reconhecer a responsabilidade do JI na construção de imagens sobre países e etnias, uma vez que o noticiário influencia as percepções do público e suas leituras de mundo, somadas às vivências individuais (Motta, 2013). Ao recorrer a conteúdos de veículos ocidentais, essa editoria pode reproduzir narrativas carregadas de interesses geopolíticos e preconceitos, o que resulta em representações exóticas e limitadoras que inferiorizam os países orientais (Aguar, 2008). Essas visões, por sua vez, podem ser absorvidas e reproduzidas pelas redações brasileiras.



Embora uma das principais funções do jornalismo seja garantir o direito à informação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), há falhas quando notícias reafirmam estigmas e estereótipos. O direito de informar, de ser informado e de acessar conteúdos profundos é comprometido quando materiais são disseminados sem revisão histórica e checagem, perpetuando falas violentas e concepções simplistas (Raddatz; Nasi, 2017; Liesen, 2020).

Quando não há a compreensão de fenômenos sociais que, para acontecer, exigem contextualização histórica, social, econômica, ecológica (Ijuim, 2019), o jornalismo torna-se um meio hegemônico que repercute estereótipos, indo na contramão do fortalecimento dos direitos humanos. “Os estereótipos mantêm segura a posição ocupada por aqueles que querem permanecer como o estrato hegemônico. São instrumentos de desumanização e despersonalização de pessoas para as quais não se quer conceder reconhecimento e direitos” (Liesen, 2020, p. 27).

As falsas associações presentes na cobertura internacional sobre o Irã – onde Mahsa Amini foi assassinada – geralmente vinculam o islã xiita ao terrorismo, o *hijab* à opressão feminina, e retratam o país, apesar de sua população jovem, por meio de conflitos armados e líderes autoritários idosos. Economicamente, o Irã é reduzido a uma nação subdesenvolvida e pobre, mesmo sendo rico em petróleo (Carranca; Camargos, 2010). Essas representações distorcidas podem impactar a diplomacia global, destacando a necessidade de os jornalistas internacionais compreenderem o contexto histórico e os direitos humanos.

Pontuando a conexão do jornalismo internacional e as noções de direitos humanos, torna-se necessário compreender o funcionamento da mídia orientalista, propagadoras dos estereótipos e estigmas citados, presentes nos principais jornais de referência.

2. O Ocidente na história do Outro

A história do Oriente é marcada pela separação entre o Mesmo e o Outro, uma construção política de centenas de anos. Por Mesmo e Outro, entende-se:



Chamamos “Mesmo” às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, euforizadas pela mídia e homólogas à valorização média de seus públicos. Chamamos “Outro” às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, frente às quais a mídia estabelece distâncias relativas, calculadas, homólogas ao afastamento que seus públicos mantêm. Frente ao Outro é preciso resguardar-se, qualificando-o como exótico [...], é preciso ocultá-lo do holofote, deixá-lo nas margens; assim, ele pode ser assimilado, admitido ou segregado [...]. (Aidar; Bairon, 2007, p. 252-3).

Inicia-se nas Cruzadas, quando a “missão civilizatória” começou a justificar a dominação de territórios. E então, o discurso que promovia a separação entre “bárbaros” e “civilizados”, assim como o movimento anti-árabe, se fortaleceu no período imperialista, sendo pulverizados pelas atividades de propaganda (Castro, 2007, p. 25). E, “Ao fim da Guerra Fria, a América necessitava de um medo imaginário para servir como ameaça; e talvez isso explique o recente ressurgimento do imaginário anti islâmico”⁴ (Vitkus, 1999, p. 226 [tradução minha]).

Ao longo da história, ideais orientalistas foram consolidados na Europa e nos EUA, com o jornalismo desempenhando um papel crucial em sua disseminação. A desqualificação do Oriente como ferramenta política persiste até hoje, reforçada pela mídia orientalista. Essas formações ideológicas estão ligadas a classes e relações de poder (colonial, imperial, político e simbólico), disseminando discursos hegemônicos (Araujo, 2013).

O Orientalismo é “um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia” (Said, 2003, p. 15), é o uso de instituições, vocabulários e imagísticas em forma de discurso que deformaram os povos orientais. Há uma fronteira fixa entre “nós” ocidentais e “outros” orientais, construída em cima da desqualificação do “outro” a partir de estereótipos e preconceitos (Said, 1996, p. 82 apud Castro, 2007).

A “geografia imaginativa” é utilizada para diminuir a variedade de etnias, religiões e linguagens, que reduzem e que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente” ou “Islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que, na realidade, são muito diferentes, e que na visão ocidental devem ser combatidos.

⁴ “With the end of the Cold War, America needed a new ideological bogeyman to serve as an alleged external threat; and perhaps this explains the recent resurgence of anti-Islamic imagery” (Vitkus, 1999, p. 226).



O jornalismo tem responsabilidade direta ao reforçar narrativas que desumanizam o mundo árabe e muçulmano, utilizando termos, imagens e temas que alimentam estereótipos negativos. Ao servir como instrumento de poder, a mídia contribui para a construção de um “inimigo desconhecido”, no qual o rótulo de “terrorista” funciona como ferramenta para mobilizar e enfiar a população, especialmente em contextos de crise (Said, 2003). As representações do Oriente são frequentemente reduzidas ao exotismo, à violência, à selvageria e à imoralidade (Castro, 2007). Soma-se a isso o uso recorrente de conteúdos de jornais de referência ocidentais, prática que leva o jornalismo brasileiro a reproduzir o orientalismo euro-estadunidense.

O holofote midiático é apontado para questões humanitárias, afinal a concepção é de que precisam ser salvos de sua própria ignorância. Matérias como a Crise do Petróleo (1973), a Guerra Civil do Líbano (1975-1990) e a Revolução Islâmica no Irã (1979), a guerra Irã-Iraque (1980-1990), e nos territórios palestinos sob ocupação israelense são alguns dos exemplos mais notórios (Castro, 2007). Desde os ataques do Hamas contra Israel em 7 de outubro de 2023, e agora o bombardeio direto entre Israel e Irã, o conflito Israel-Hamas/Gaza-Hezbollah/Líbano-Houthis/Iêmen tem se destacado na cobertura internacional, deixando em segundo plano a Guerra Rússia-Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022.

A cobertura jornalística brasileira sobre o Irã e o Oriente frequentemente cai em estereótipos bélicos e reducionistas, reforçando dicotomias simplistas entre Oriente e Ocidente. Essa abordagem desumanizante exige uma reorientação ética no jornalismo, com contextualização histórica, enfoque nos direitos humanos e perspectiva decolonial.

3. Por um jornalismo decolonial

A colonialidade refere-se à expansão do colonialismo europeu e à ascensão dos EUA como potência, conduzindo o mundo à adoção de uma perspectiva eurocêntrica e à naturalização da dominação entre europeus e não-europeus. “Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados” (Quijano, 2005, p. 118).



As expedições de saque às Américas, África e Ásia, iniciadas por volta de 1492 (Ferdinand, 2022), promoveram genocídios de povos originários, fauna e flora, visando o enriquecimento da Coroa e apagando quem habitava essas terras. Nesse contexto, surge o altericídio, o mais eficaz instrumento de dominação social (Quijano, 2005).

O altericídio é “a recusa da possibilidade de habitar a Terra na presença de um outro, diferente por aparência, pertencimento ou crença” (Ferdinand, 2022, p. 50). A colonização negou a alteridade, promovendo a “mesmificação”, redução ao Mesmo, e desvalorizando culturas e intelectos para garantir a imposição europeia (Ferdinand, 2022).

Há uma construção ideológica de que o Outro (colonizado) é atrasado, selvagem, primitivo (Penna, 2014) e necessita do “desenvolvimento” – a falácia desenvolvimentista que promove o padrão euro-estadunidense. A colonialidade na modernidade opera avidamente na opressão epistemológica, decidindo quais são os conhecimentos e a ciência válidos; ao colonizador cabe a representação humana e aos colonizados a situação desumanizada e dessubjetivada (Lugones, 2020).

A lógica de desumanização e subordinação do colonizado resulta na “colonização do ser” ou “colonização cognitiva” (Freire; Guimarães, 2005). A opressão e desqualificação das sociedades colonizadas, criam uma atração pelos padrões de vida do opressor, levando os oprimidos a considerarem sua cultura original inferior e a se “autodesvalidarem”. O oprimido, assim, internaliza características do opressor durante o processo de educação e socialização (Penna, 2014). O orientalismo se manifesta na mídia brasileira por meio dessa colonização cognitiva, que deslegitima conhecimentos de países como o Irã, que também foi colonizado, e poderia ser considerado como Mesmo.

A decolonialidade emerge de estudos que questionam a hegemonia euro-americana e o sistema de poder estabelecido pelos empreendimentos coloniais, resistindo às suas atualizações históricas por meio de saberes e lógicas alternativas. O sujeito subalternizado, de acordo com a decolonialidade, deve se afirmar como ator político, pensador e ativista, valorizando conhecimentos e amplificando vozes silenciadas e invisibilizadas (Lima *et al.*, 2023).

O jornalismo desempenha um papel essencial no sucesso decolonial, pois, sendo uma construção social – e a sociedade foi construída perante a hegemonia euro-estadunidense –, reflete e reproduz a hegemonia das potências ocidentais. A imprensa brasileira foi impactada



pelos moldes europeus e estadunidenses, que priorizam um jornalismo objetivo, herança da visão cientificista europeia de distanciamento entre observador e objeto (Ijuim, 2023).

A partir desse pensamento, é necessário ressaltar a frase de Motta (2008, p. 155): “quem narra tem sempre um propósito ao narrar: nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a narrativa jornalística”. Ao prezar pela objetividade, pela “neutralidade”, o jornalista vai ao encontro da hegemonia ocidental, que não deixa de ser uma forma de subjetividade, e difunde-se uma certa visão de mundo (Melo da Silva; Souza Aguiar, 2023).

Proponho, baseada em Freire e em autores decoloniais, uma saída decolonial para o jornalismo por meio da exposição da lógica de dominação colonial, do deslocamento do lugar de fala, criando novos lugares de fala a partir dos quais seja possível questionar as formas de enquadramento eurocêntrico de interpretação do mundo, e da valorização do conhecimento do Outro estrangeiro, superando a hierarquia entre os centros produtores e receptores de conhecimento (Penna, 2014). Nesse sentido, consultar persas ou curdos para a cobertura sobre o assassinato de Mahsa Amin, procurar mulheres muçulmanas, privilegiar conhecimentos do Oriente, do Outro, seriam alguns exemplos para a produção de uma nova frente de jornalismo mais democratizante, histórico, e inclusivo.

Os impactos práticos do jornalismo decolonial são: a) prioridade em trazer grupos silenciados na cobertura; b) valorização de saberes fora da hegemonia euro-estadunidense, conferindo independência epistemológica; c) novas formas de abordar regiões e temas, fugindo de estigmas; d) redefinição da agenda jornalística, celebrando notícias fora do nicho sensacionalista; e) menos imposição de uma visão externa sobre os acontecimentos e mais diálogo com os atores da história (Penna, 2014).

4. Procedimento metodológico

A Análise de Conteúdo foi escolhida como metodologia pela possibilidade de também abordar o contexto histórico do material, de forma a compreender a multiplicidade de narrativas e interpretações que os textos acionam no leitor. Por este motivo, a análise é feita em nível latente, procuro capturar sentidos implícitos e ultrapasso o nível manifesto, articulo o texto com o contexto psicossocial e cultural (Moraes, 1999). No período de 17 de setembro a 17 de outubro



de 2022 foram selecionados 18 conteúdos informativos a partir da palavra-chave Mahsa Amini no acervo da *FSP*.

As etapas desenvolvidas foram a) coleta das matérias impressas no acervo on-line da *Folha de São Paulo*; b) separação dos assuntos mencionados, identificação das fontes apresentadas, de palavras-chave (ou seja, palavras de grande destaque e repetidas em cada matéria) e das autorias; c) classificação dos assuntos mencionados em categorias de conteúdo geral, sendo válido apenas a menção do assunto, não sendo necessário um aprofundamento.

As categorias de conteúdo geral foram articuladas a fim de organizar o que foi encontrado, ou não, na cobertura. São elas: Questão Religiosa, Política Interna, Política Externa, Feminismo Islâmico, Violência, Sanções Econômicas, Economia, Estados Unidos, Europa, Curdistão, Afeganistão, Talibã, Iraque, Israel, Paquistão, História e Direitos Humanos.

Por fim, organizo nas considerações finais uma reflexão acerca dos dados encontrados.

5. Resultados

Quanto às fontes, ao todo são 130 identificadas nos 18 textos. Cinquenta fontes são genéricas, ou seja, não trazem nenhuma especificação ou possibilidade de confirmar a informação relatada; geralmente são apresentadas no plural: policiais, autoridades, especialistas. Nove mulheres foram identificadas como fontes, quatro delas estrangeiras, sem origem iraniana ou brasileira; 21 homens foram acionados, seis deles estrangeiros. Das 130 fontes, 32 são externas ao Brasil e ao Irã. Vale ressaltar, contudo, que não foi possível determinar a origem geográfica de parte das fontes, justamente por serem genéricas.

Quanto à categoria das fontes, 27 são jornalísticas, ou seja, meios-fonte, como canais de comunicação, especialmente os de referência, agências, sites de notícias, etc. Cinco destas fontes são externas ao Brasil e ao Irã. Ao todo, 40 fontes são institucionais e organizacionais governamentais, 24 destas são genéricas (policiais, autoridades, iranianas, etc.). Trinta fontes são institucionais e organizacionais não governamentais, 11 destas são genéricas. Apenas 18 fontes são individuais, sendo nove delas genéricas (como parentes de Mahsa Amini). Há apenas dois especialistas na cobertura identificados por nome e cargo. As demais fontes são



documentais ou não convencionais (postagens em redes sociais de pessoas comuns ou de autoridades políticas).

As categorias de conteúdo, nomeadas a partir de princípios específicos, indicados a seguir, são utilizadas para classificar os assuntos mencionados em cada reportagem ou nota. Observa-se a categoria geral Violência em todos os 18 textos informativos analisados, com descrição explícita e detalhada de casos violentos no Irã. Apenas uma reportagem possui as categorias Direitos Humanos e História. Nesta, a FSP aciona princípios dos Direitos Humanos e elementos da história do Irã para explicar o assassinato de Mahsa Amini. Aqui não foi considerada a menção a ONGs, pois esse dado já se encontra em “fontes institucionais e organizacionais não governamentais”. Duas reportagens estão na categoria Sanções Econômicas, que reúne os conteúdos que mencionam as proibições econômicas sofridas pelos iranianos e feitas por potências econômicas, como os Estados Unidos, enquanto quatro textos apresentam a categoria geral Economia em que só retrata déficit econômico no país.

Todos os 18 textos abordam a situação atual das mulheres no país, entretanto nenhum o faz sob o enfoque da categoria Feminismo Islâmico. Questão Religiosa, atribuída aos textos que acionam a religião muçulmana ou qualquer elemento religioso, está presente em todos os 18 conteúdos. Catorze dos 18 textos possuem a categoria geral Europa, que agrupa toda citação de origem europeia, sejam pessoas, outros países, cidades, acontecimentos históricos e até mesmo canais de comunicação provenientes do continente, que são utilizados para relatar o assassinato de Amini.

Oito conteúdos têm a categoria geral Estados Unidos que engloba todos textos que acionam o país ou cidades, pessoas, acontecimentos históricos e canais de comunicação de origem estadunidense. Um texto possui a categoria Talibã, que é relacionada à menção do grupo político-militar. Dois conteúdos estão na categoria Iraque, utilizada para aglutinar os que mencionam o país ou regiões, canais, acontecimentos históricos ou pessoas de origem iraquiana. A categoria Israel, que abrange a menção pela FSP do país, ou pessoas, regiões, canais ou acontecimentos históricos israelenses, alcança dois dos 18 textos informativos estudados. Oito texto possuem a categoria Curdistão: três Afeganistão e um texto apresenta a categoria Paquistão.



Catorze matérias possuem a categoria Política Externa, pois acionam o relacionamento internacional do Irã ou de pessoas iranianas com outros países, ou de pessoas estrangeiras no quesito social, político, militar ou econômico. Todos os textos analisados possuem a categoria geral Política Interna, isso se deve ao fato de todos acionarem atores políticos e/ou religiosos, o sistema político iraniano ou qualquer outra organização social-política que interfere na vida da população iraniana, a maioria sem aprofundamento, há apenas a menção ao assunto.

Por fim, referente às assinaturas, 13 dos 18 textos foram creditados a agências externas ao Brasil e ao Irã, sendo elas *AFP* e *Reuters*. Apenas um texto possui a localização de assinatura em um território iraniano, nesse caso, Teerã, capital do Irã, enquanto isso, dois possuem localização europeia e uma estadunidense.

Considerações finais

A análise revelou uma ausência significativa de pluralidade de vozes, indicando que o jornal não buscou fontes testemunhais ou especializadas que vivenciam ou estudam o fato noticiado. Isso reflete a manutenção da “história única”, conceito ligado à lógica colonial que, sobretudo com a globalização, privilegiou a difusão da perspectiva do colonizador em detrimento de outras (Adichie, 2019). Essa prática compromete a dignidade dos sujeitos retratados, dificulta o reconhecimento da humanidade compartilhada e reforça diferenças em vez de semelhanças. Assim, garantir a pluralidade de vozes é fundamental para empoderar e humanizar grupos silenciados sob a ótica eurocêntrica.

A prevalência de acontecimentos violentos na editoria Mundo, da *Folha de S. Paulo*, e a maneira limitadora que a abordagem sobre o assassinato de Mahsa Amini, comparando e abordando frequentemente os EUA e a Europa, comprova a intenção imperialista de tornar o Irã sinônimo de “não civilizado”. O jornal brasileiro reduziu e generalizou o relato do assassinato de Mahsa Amini, apagando o histórico de luta por direitos dos persas, a complexidade da religião islâmica e as histórias singulares de mulheres islâmicas iranianas. Atribuo a não presença da categoria geral Feminismo Islâmico ao reducionismo aplicado na cobertura, a *FSP* priorizou a “geografia imaginativa” (Said, 1996, p. 82 *apud* Castro, 2007).



O que presenciamos nessa cobertura é um jornalismo de repasse, principalmente um sistema de empréstimo envolvendo grandes agências de notícias. A informação se inicia em canais de comunicação de origem europeia e/ou estadunidense e alcança os jornais brasileiros sem muitas modificações. Treze dos 18 textos informativos analisados são assinados e/ou creditados por/a agências estrangeiras, aproximadamente 72% do mês analisado é dominado pela AFP e *Reuters*. O dado revela-se preocupante ao entender que a interpretação do assassinato de Mahsa Amini chega ao leitor da *Folha* com inclinações político-ideológicas do Norte global, que pouco refletem a realidade tanto do país noticiado quanto a brasileira.

A grande quantidade de fontes genéricas e temas repetidos pode estar relacionado a esse repasse de informações. Cinquenta fontes entraram nessa categoria, um número muito alto levando em consideração que a notícia é sobre um assassinato. Isso dificulta a checagem das informações transmitidas. Por exemplo, durante o estudo tive dificuldades em identificar quem ou o que era fonte, e era a minha pesquisa; um leitor comum talvez não se interessasse em procurar tão a fundo e descobrir diferentes facetas da informação.

Outro resultado importante da pesquisa é a pouca presença de mulheres, ainda menos de mulheres muçulmanas. Ao todo nove mulheres são fontes, um número irrisório em uma cobertura que se julga defensora dos direitos femininos. Um exemplo importante aparece na reportagem que traz o primo de Amini parafraseando uma fala da mãe de Amini, ou seja, o jornal preferiu utilizar uma fala masculina, não a declaração da mulher iraniana. Para que a agenda feminina seja atendida é necessário que sejam ouvidas diretamente e, nesse contexto, procurar compreender a religião que lhes aproxima ainda mais de suas demandas, dando visibilidade às intersecções e conferindo legitimidade à cobertura jornalística.

Levando em consideração a quantidade de assinaturas estrangeiras, o pouco aprofundamento da questão religiosa, feminina e de política interna, apenas com citações de elementos do islã e líderes ditatoriais, é possível dizer que a cobertura foi uma leitura do Ocidente acerca do assassinato no Irã. Dessa forma, observa-se uma diminuição de todos os aspectos socioculturais e religiosos iranianos a fim de inserir o país na interpretação ocidental de violentos, não desenvolvidos e inferiores.

Destaco então a importância da reconfiguração das práticas jornalísticas, ao ampliar vozes e temas do Oriente, de forma que ofereça brechas potentes contra o sistema-mundo



européu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal e contra a história única (Grosfoguel, 2008). Inicialmente, reconhecendo a subjetividade do trabalho jornalístico, buscando conhecimento acerca do que se pauta, seja no aspecto cultural, religioso ou social, utilizando os recursos digitais, contatando estudiosos, fontes testemunhais e apostando na historicidade durante a cobertura. A partir disso, caminhar para um estudo político rigoroso, sendo indispensável as noções de Direitos Humanos.

Justamente pela influência orientalista, a pesquisa teve algumas limitações como a identificação e quantidade das fontes. Foi perceptível o uso de palavras no plural para produzir a falsa sensação de mais pessoas confirmando a informação. O contato com notícias difundidas pelo próprio Irã também foi difícil, visto que o país enfrenta um regime ditatorial.

Finalmente, para estudos futuros, destaca-se a importância de investigar o impacto das fontes genéricas no jornalismo, especialmente diante dos avanços tecnológicos e da disseminação de notícias falsas cada vez mais sofisticadas. Em um cenário de inteligência artificial e excesso de informações, torna-se essencial indicar com clareza a origem dos dados divulgados. Além disso, é relevante refletir sobre o uso de fontes não convencionais. Ao se utilizar das redes sociais para a coleta de “declarações oficiais” o resultado pode ser tanto insignificante quanto catastrófico.

Referências

- ARAUJO, Luiz. **Paisagens obsessivas**: o discurso orientalista nas revistas semanais de informação brasileiras. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- AGUIAR, Pedro. Por uma história do jornalismo internacional no Brasil. Congresso Nacional de História da Mídia, **Anais**. Niterói, RJ: Rede Alfredo de Carvalho; UFF, 2008.
- AIDAR, José Luiz Prado; BAIRON, Sérgio. A Construção do Outro na Mídia Semanal. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (orgs.) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- CARRANCA, Adriana; CAMARGOS. **O Irã sob o Chador**: duas brasileiras no país dos aiatolás. São Paulo: Globo, 2010.
- CASTRO, Isabelle Christine Somma de. **Orientalismo na imprensa brasileira**. A representação de árabes e muçulmanos nos jornais 'Folha de São Paulo' e 'O Estado de São Paulo' antes e depois de 11



de setembro de 2001. 2007. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabe) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERNANDES, Vivian O. N. O jornalismo internacional e a estrutura radiofônica na contra-hegemonia. **Revista Alterjor**, São Paulo, ano 3, v.1, n. 5, jan.-jun. 2012.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Diálogos sobre o vivido: diálogos entre Sérgio Guimarães e Paulo Freire. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 23, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze *et al.* **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018. p. 57-77.

LIESEN, Maurício. **Comunicação e direitos humanos: elementos para um jornalismo responsável**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

LIMA, V. M. A. *et al.* Fertilizar os estudos de jornalismo a partir da decolonialidade. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/22076>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MELO DA SILVA, D. K.; SOUZA AGUIAR, C. E. Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21894>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise da narrativa jornalística. *In*: LAGO, C.; BENETTI, C. (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**. v. 8, n. 2, 2014.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RADDATZ, Vera L. S.; NASI, Lara. Jornalismo como campo mediador dos direitos humanos. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, p. 79, 2017.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VITKUS, Daniel J. Early Modern Orientalism: Representations of Islam in Sixteenth and Seventeenth Century Europe. *In*: BLANKS, D.; FRASSETTO, M. (ed.) **Western Views of Islam in Medieval and Early Modern Europe**. New York: St. Martin's Press, p. 207-230, 1999.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2014.



Reflexões cinematográficas sobre o Impeachment de Dilma Rousseff e a representação feminina

Cinematic reflections on the Impeachment of Dilma Rousseff and female representation

Maria Eduarda Dierka Prado¹
Carolina Fernandes da Silva Mandaji²

Resumo: Este estudo busca investigar a representação de gênero nos documentários “Democracia em Vertigem” e “Alvorada”, que retratam o impeachment de Dilma Rousseff e seus desdobramentos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise fílmica fundamentada nos estudos sobre documentário e cinematografia, além de examinar a representação feminina no contexto, conforme proposto por teóricos como Nichols (2005) e Mulvey (1983). A metodologia envolve a análise das escolhas narrativas, estilísticas e estéticas feitas pelas diretoras, com foco em como estas desafiam ou reforçam estereótipos de gênero. Os resultados revelam que ambas as obras oferecem uma representação multifacetada e crítica das mulheres na política brasileira, destacando as nuances e desafios enfrentados por figuras femininas em um ambiente marcado por raízes históricas.

Palavras-chave: Audiovisual; Dilma Rousseff; documentários; impeachment; representação feminina.

Abstract: This study aims to investigate the representation of gender in the documentaries "Democracia em Vertigem" and "Alvorada", which portray the impeachment of Dilma Rousseff and its aftermath. The research adopts a qualitative approach, using film analysis based on studies of documentary and cinematography, as well as examining the representation of women in the context, as proposed by theorists such as Nichols (2005) and Mulvey (1983). The methodology involves analyzing the narrative, stylistic, and aesthetic choices made by the directors, focusing on how these challenge or reinforce gender stereotypes. The results reveal that both works offer a multifaceted and critical representation of women in Brazilian politics, highlighting the nuances and challenges faced by female figures in an environment marked by historical roots.

Keywords: Audiovisual; Dilma Rousseff; documentaries; impeachment; female representation.

¹ Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Comunicação Organizacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: mariaprado@alunos.utfpr.edu.br

² Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Organizacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: cfernandes@professores.utfpr.edu.br



Introdução

O impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, representou um marco controverso na história do Brasil, baseado em acusações de crime de responsabilidade fiscal, o processo gerou intensa polarização política e jurídica, cujas repercussões ainda ecoam nos debates contemporâneos. Como a primeira mulher a ocupar a presidência do país, Dilma enfrentou desafios que foram exacerbados pelas questões de gênero, com a mídia e seus opositores frequentemente recorrendo a estereótipos enraizados para tratar sua figura pública.

Nesse contexto, os documentários “Democracia em Vertigem” (2019), dirigido por Ana Petra Andrade Costa, e “Alvorada” dirigido por Ana Luiza Machado da Silva Muylaert OMC e Lô Politi lançado em 2021, surgem como narrativas audiovisuais que, além de documentar os acontecimentos, refletem cinematograficamente a participação das mulheres na política.

Adotando a abordagem crítica de Nichols (2005) e Melo (2002) sobre documentário como uma visão singular de mundo, a análise concentra-se nas escolhas estilísticas, narrativas e visuais das diretoras. Assim, a pesquisa aborda as convenções do documentário contemporâneo, enfatizando a importância da perspectiva de gênero na produção audiovisual. Além disso, examina-se o papel das diretoras na desconstrução de estereótipos, à luz das teorias de Mulvey (1983) e Kamita (2017) sobre a representação feminina no cinema.

A problemática central do estudo reside na análise de como as representações de gênero e as escolhas cinematográficas desafiam ou reforçam estereótipos. Assim, busca-se compreender o impacto dessas obras na reflexão sobre a presença das mulheres na política e a desconstrução de hierarquias de poder. Justifica-se a pesquisa pela importância do cinema na construção da memória histórica e na desconstrução de estruturas patriarcais.

Os principais objetivos incluem explorar as estratégias narrativas das diretoras e analisar como suas escolhas influenciam a percepção da ex-presidente e de outras mulheres no cenário. A metodologia, por sua vez, é qualitativa, com análise fílmica baseada nos autores mencionados. Dessa forma, este estudo contribui para a compreensão do cinema como ferramenta de análise social e política, desafiando estigmas de gênero e promovendo narrativas mais inclusivas.



O impeachment sob o viés documental

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) buscou dar continuidade à política econômica de Luiz Inácio Lula da Silva, mas enfrentou desafios como a crise econômica global, inflação e contradições entre estímulo ao consumo e necessidade de superávit fiscal (Corsi, 2016). A tentativa de flexibilizar a ortodoxia econômica acabou cedendo a pressões do setor financeiro, levando a medidas de austeridade que não impediram a recessão, a desindustrialização e o aumento do desemprego, resultando em crescente insatisfação política.

Esse cenário de crise econômica e perda de popularidade criou um ambiente propício para a intensificação das críticas à gestão de Dilma e para a articulação política que culminaria em seu impeachment. O afastamento da presidente teve como principal fundamento as chamadas "pedaladas fiscais", uma manobra financeira que consistia no adiamento de repasses de recursos a bancos públicos para maquiagem a real situação das contas do governo. O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou a prática ilegal, fornecendo uma base jurídica para as acusações de crime de responsabilidade fiscal e intensificando as pressões políticas pelo impeachment (Becker *et al.*, 2017).

O processo teve início oficialmente em dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, autorizou a abertura do pedido de impeachment após denúncia apresentada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal (Rodrigues, 2018). A tramitação do processo foi marcada por forte polarização política e acirramento das disputas partidárias, com debates sobre a legalidade da ação e seus reais interesses. Enquanto os defensores do impeachment argumentavam que a punição era legítima diante das irregularidades fiscais, críticos apontavam que a destituição foi motivada por razões políticas, questionando sua validade e caracterizando o episódio como um golpe institucional (Martuscelli, 2020).

A votação na Câmara dos Deputados, que aprovou a admissibilidade do processo, foi marcada por discursos inflamados e manifestações populares em todo o país, tanto a favor quanto contra o afastamento. No Senado Federal, o julgamento final ocorreu em agosto de 2016, resultando na destituição definitiva de Dilma Rousseff e na posse de Michel Temer, até então vice-presidente (Becker *et al.*, 2017).



Diante desse cenário, os documentários, “Democracia em Vertigem” e “Alvorada”, emergiram como obras que adotam abordagens distintas para analisar e documentar os bastidores desse momento histórico. Ambos exploram os eventos sob um cenário político semelhante, mas cada um com sua própria narrativa e estilo cinematográfico.

Nichols (2005) descreve o documentário como uma representação da realidade a partir de uma perspectiva singular, destacando a “voz” do documentário como o meio pelo qual o ponto de vista se manifesta. O documentarista emprega técnicas específicas, como escolhas de planos, considerações estéticas de enquadramento, iluminação e montagem, conforme discutido por Melo (2002). Ao mesmo tempo, busca manter uma relação de proximidade com a realidade, aderindo a um conjunto de convenções como o registro *in loco*³ e a não intervenção direta nos acontecimentos (Melo, 2002).

Contudo, o documentário não é um formato homogêneo e pode adotar diferentes abordagens conforme o objetivo do cineasta. Segundo Nichols (2010), algumas das principais vertentes incluem o estilo observativo, que busca capturar a realidade de forma imparcial, o participativo, em que o cineasta interage com os sujeitos, o reflexivo, que questiona o próprio processo de representação, o poético, que privilegia a subjetividade, o performativo, que enfatiza a experiência pessoal do cineasta, e o expositivo, que se baseia em uma narração objetiva e informativa. Cada uma dessas abordagens estabelece uma relação particular com a realidade representada.

Assim, os documentários investigados transcendem a mera documentação dos fatos, empenhando-se em entender as nuances e complexidades deste contexto do cenário político brasileiro. Isso ocorre porque a política está intrinsecamente ligada à visibilidade, à representação, e as obras cinematográficas, ao desvelarem as camadas do político, desafiam as fronteiras do visível e do dizível.

Como destacado por Penafaria (1999), a escolha do ponto de vista é uma decisão estética que implica em escolhas fotográficas e narrativas, cada uma representando uma manifestação de opinião do documentarista, quer ele esteja consciente disso ou não. Nesse sentido, a análise dos documentários adentra o terreno das escolhas criativas e das manifestações de opinião

³ O termo ‘registro *in loco*’ refere-se a prática de registrar informações diretamente no local dos acontecimentos (localização espaço-temporal), proporcionando uma abordagem mais autêntica e contextualizada.



presentes na construção cinematográfica, reconhecendo o cinema como uma fonte de conhecimento histórico (Riquelme, 2011).

A representação da realidade no cinema evoca memórias complexas para o espectador, e os documentários desempenham um papel crucial na reflexão sobre eventos políticos e sociais. Eles possuem uma responsabilidade significativa na formação da opinião pública, dada a sua função social e poder de visibilidade que possuem. Portanto, eles não apenas evidenciam eventos políticos, mas também moldam a percepção pública sobre esses eventos, influenciando ativamente a construção da memória histórica.

Ao abordar a cinematografia e sua relação com eventos políticos e sociais, é crucial reconhecer a importância de considerar a perspectiva de gênero. A visão de gênero no cinema, que analisa como os filmes constroem e reforçam normas de masculinidade e feminilidade, foi amplamente desenvolvida por autoras como Mulvey e Kamita. Mulvey (1983), com seu conceito de “*male gaze*”, mostrou como o cinema tradicionalmente posiciona as mulheres como objeto de desejo e subordinação ao olhar masculino. Kamita (2017), por sua vez, explora como o cinema brasileiro, em particular, reflete e reforça essas relações.

Nesse contexto, *Democracia em Vertigem* e *Alvorada* desafiam a construção de uma narrativa pejorativa sobre Dilma Rousseff, evidenciando não apenas questões políticas, mas também como essa abordagem perpetua uma lógica de hegemonia masculina que permeia o ambiente midiático. Essas obras revelam um panorama complexo da representação de Dilma no contexto do impeachment e pós.

Ao explorar a linguagem visual, narrativa e escolhas estilísticas, os documentários destacam as pressões enfrentadas por Dilma e os estereótipos presentes na sociedade brasileira. As cineastas desempenham um papel fundamental na desconstrução desses estereótipos e na promoção de uma representação mais inclusiva das mulheres na política.

A análise dessas produções permite examinar a representação feminina no cenário político contemporâneo, fomentando um debate mais amplo sobre diversidade e equidade de gênero, além de fortalecer a participação das mulheres na esfera pública.



A representação feminina no cinema⁴

Para Badiou (2005), o cinema é a visitação de uma ideia que permanece enquanto passa. Diante disso, falar sobre um filme é mostrar como ele convoca ou chama para uma ideia, sempre mantendo o caráter de incompletude, movimento e passagem que são característicos do cinema. Essa compreensão ressalta a capacidade do cinema de transmitir e convocar reflexões sobre questões políticas, sociais e de gênero, revelando as complexidades e as dinâmicas em constante mudança do mundo que retrata.

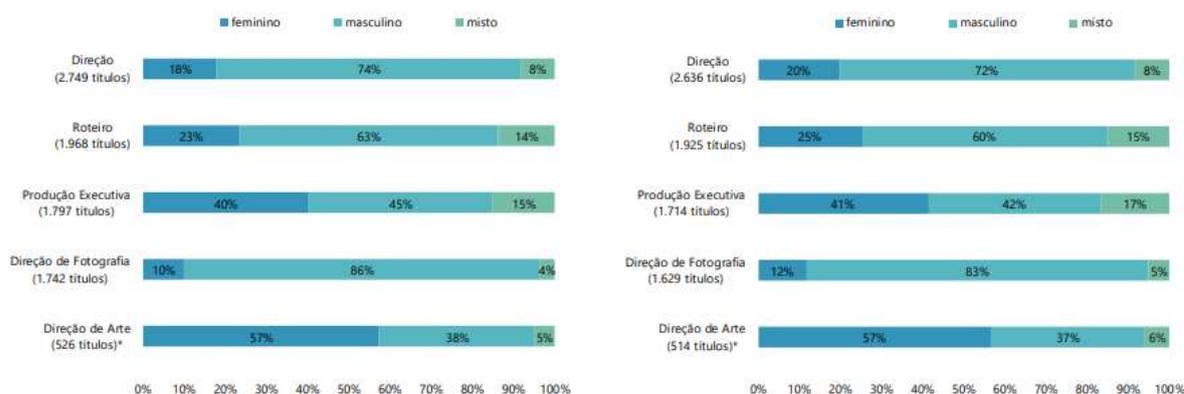
Embora não pareça, uma vez que o cânone do cinema costuma ser formado exclusivamente por homens, dezenas de mulheres entraram na direção de filmes entre os anos 1960 e 1970 no Brasil. A produção de muitas dessas cineastas, em especial a documentária, tratava de temáticas diretamente ligadas ao interesse das mulheres, como trabalho, filhos, aborto, inserção na política, construção de papéis sociais (Holanda, 2015, p. 341).

No entanto, apesar dessa contribuição, a presença feminina no cânone cinematográfico muitas vezes foi negligenciada. Essa lacuna revela uma ausência de reconhecimento, destacando como as estruturas patriarcais continuaram a moldar a percepção predominante do universo cinematográfico. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 2013, as mulheres representam 51,4% da população brasileira. Entretanto, quando observamos o mercado de trabalho, a presença feminina se mostra limitada. Em 2007, as mulheres ocupavam 40,8% das vagas do mercado formal, e em 2016 representavam 44%, demonstrando um leve aumento durante o período. No campo audiovisual, um estudo da Ancine revelou que as mulheres ocupam apenas 40% dos cargos no setor, recebendo em média 13% menos que os homens em 2015. Além disso, em 2016, apenas 20,3% dos filmes lançados no Brasil foram dirigidos por mulheres, indicando uma disparidade significativa (Noronha, 2017).

⁴ Embora este artigo se concentre na representação feminina no audiovisual, é importante reconhecer que o recorte de gênero aqui utilizado não leva em consideração a interseção com a raça.



Gráfico 1 e 2. Percentuais de Gênero (CPBs emitidos em 2017 e 2018)



Fonte: Ancine (Participação feminina na produção audiovisual brasileira, 2018)⁵

As disparidades de gênero, como apontado por Noronha (2017), vão além do âmbito cinematográfico, estendendo-se por diversas esferas da sociedade. De acordo com uma reportagem do jornal O Globo (2017), a presença feminina em cargos de liderança ainda é limitada, representando apenas 37% das empresas, uma proporção que diminuiu para 21,7% no setor público. Essa discrepância se reflete também na taxa de desemprego, que atinge 11,7% das mulheres, comparada a 9,6% entre os homens. Além disso, a média salarial das mulheres equivale a apenas 76% dos salários dos homens, caindo para 68% nos cargos de chefia. A situação se agrava ainda mais para as mulheres negras, que enfrentam uma disparidade salarial de aproximadamente 40% em relação aos homens brancos.

Por outro lado, ao direcionarmos nossa atenção para a realidade cinematográfica brasileira, Tedesco (2016), em um dos seus estudos, revela que apenas 4% dos longas brasileiros de ficção lançados entre 1984 e 2014 foram fotografados por mulheres. Esta pesquisa evidencia uma significativa sub-representação no campo de direção de fotografia, ressaltando como a escassez de profissionais femininas contribuiu para a invisibilidade das mulheres nesse meio. Essa ausência não apenas limita as oportunidades de expressão artística para as mulheres, mas também perpetua estereótipos de gênero e visões limitadas nas narrativas cinematográficas.

À luz das reflexões de Noronha (2017), a constatação dos discursos e significados hegemônicos sobre gênero e raça na sociedade revela uma estrutura que organiza as pessoas

⁵ Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oaca/publicacoes/arquivos.pdf/participacao_feminina_na_producao_audiovisual_brasileira_2018_0.pdf.



em uma divisão de trabalho. Recentemente, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) divulgou dois boletins detalhando o perfil racial e de gênero nos filmes brasileiros de maior público lançados entre 1995 e 2016, com foco nas funções de direção, roteiro e elenco principal.

Ao examinarmos a participação na direção ao longo das décadas, podemos observar padrões distintos que revelam uma persistente disparidade de gênero na indústria cinematográfica, especialmente na representatividade das mulheres. Desde a década de 1970 até os anos mais recentes, como 2016, há uma evolução perceptível, mas a escassez de mulheres nas funções técnicas do cinema contribui para a perpetuação de estereótipos e desigualdades, limitando tanto as oportunidades quanto a visibilidade das mulheres na indústria.

A análise da representatividade racial e de gênero na indústria cinematográfica, particularmente nas áreas de direção, roteiro e elenco principal, revela nuances significativas ao longo das décadas. Na direção de filmes, por exemplo, observamos uma quase ausência de mulheres brancas nos anos 1970, que foi gradualmente substituída por um modesto aumento, atingindo apenas 10% na década de 2010-2016. Apesar desse crescimento da presença feminina ao longo do tempo, a predominância masculina permanece marcante, com 90% dos diretores ainda sendo homens.

Em síntese, esses dados refletem as transformações observadas nas últimas décadas no audiovisual. Embora tenhamos testemunhado avanços na representação das mulheres em papéis-chave, como direção, roteiro e elenco principal, é importante reconhecer que ainda existem disparidades significativas, especialmente para mulheres pertencentes a minorias étnicas. Isso evidencia a persistência da inequidade de gênero e raça dentro desse contexto.

É importante ressaltar que as representações de gênero no cinema não são estáticas, mas sim fluidas e suscetíveis a mudanças ao longo do tempo. No entanto, é evidente que, historicamente, o cinema tem sido dominado por um olhar masculino, refletindo e perpetuando as hierarquias de gênero preexistentes na sociedade. Como resultado, as mulheres muitas vezes foram retratadas de maneira estereotipada ou objetificada, com suas vozes e perspectivas relegadas a um segundo plano.

O olhar feminino: gênero, cinema e desigualdade



A representação do gênero audiovisual é um reflexo intrínseco de dinâmicas culturais profundamente enraizadas na sociedade. Como observador por Mulvey (1983), a mulher muitas vezes é inserida na cultura patriarcal como um significante para o outro masculino, mantida por uma ordem simbólica na qual os homens vivem suas fantasias e obsessões através do comando linguístico, impondo-as à imagem silenciosa da mulher, relegando-a ser portadora de significado, não criadora.

O cinema exerce um papel fundamental na construção das percepções sobre identidade, poder e relações interpessoais, especialmente no que diz respeito ao gênero. Segundo Kaplan (1995), as representações audiovisuais não são meros reflexos neutros da sociedade, mas sim construções que influenciam a forma como o público enxerga e interpreta o mundo. O domínio comercial dos grandes estúdios de Hollywood, que alcança um vasto público, faz com que seus filmes se tornem referências culturais e comportamentais, impactando significativamente a sociedade. Dessa forma, o cinema pode tanto reforçar estereótipos e normas sociais estabelecidas quanto desafiar estruturas de poder e hierarquias existentes, contribuindo para mudanças na forma como o gênero e as dinâmicas sociais são percebidos.

Nesse sentido, Kamita (2017) enfatiza que a representação feminina nas diversas linguagens audiovisuais oscila entre presença e ausência. O olhar masculino muitas vezes retrata a mulher como objeto, enquanto sua capacidade de criar sentido é frequentemente esmaecida. Ao analisar a posição da mulher atrás das câmeras, Kamita (2017) destaca a intenção de imprimir uma nova ótica à representação de homens e mulheres, buscando uma construção cinematográfica que fuja aos parâmetros de uma sociedade tradicional.

As cineastas, portanto, se propõem a estabelecer uma construção que desafie os discursos hegemônicos, optando por um “contracinema”⁶ fundamentado em linhas teóricas que respaldam panoramas inovadores sobre as relações de gênero. Essa abordagem não apenas desconstrói as narrativas dominantes, mas também oferece espaço para a expressão de identidades e experiências muitas vezes marginalizadas pelo cinema *mainstream*. Assim, ao

⁶ O “contracinema”, abordagem cinematográfica discutida a partir da década de 1960, visa subverter as convenções estéticas e narrativas do cinema *mainstream* (produção comercial dominante/consumo de massa), desafiando as estruturas de poder e ideologias dominantes. Ele busca criar novas formas de representação, muitas vezes engajadas politicamente, dando voz a experiências marginalizadas.



colocar mulheres no comando da criação cinematográfica, abre-se caminho para a multiplicidade de experiências e pontos de vista presentes na sociedade contemporânea.

Kaplan (1995), por sua vez, discute como a natureza construída das imagens cinematográficas, especialmente nas narrativas hollywoodianas, onde a representação feminina é muitas vezes encoberta pelo “realismo” aparente. Destaca-se, então, a relevância de desmascarar essas imagens para revelar como funcionam os significados subjacentes aos códigos. Ao desvendar as camadas de significado por trás das representações femininas, podemos lançar luz sobre as dinâmicas de poder e as ideologias subjacentes que influenciam a forma como as mulheres são retratadas e percebidas nas telas.

Ao analisarmos os documentários *Democracia em Vertigem* e *Alvorada*, percebe-se a intenção de desafiar estereótipos de gênero e ampliar a compreensão sobre a presença feminina na política brasileira. *Democracia em Vertigem*, de Petra Costa, evidencia o papel das mulheres, especialmente Dilma Rousseff, não apenas como ocupantes de cargos de liderança, mas também explorando suas trajetórias, desafios e estratégias políticas. A abordagem do documentário vai além da representação simbólica, mostrando as vivências dessas figuras em meio aos tumultos políticos.

Já *Alvorada* adota uma cinematografia intimista, focando o cotidiano no Palácio da Alvorada durante o segundo mandato de Dilma. O documentário analisa a representação do poder feminino e a visibilidade das mulheres na política por meio de entrevistas e diálogos que influenciam a percepção do público. A ênfase na rotina e na humanização da ex-presidente contribui para uma abordagem empática e realista, destacando a complexidade da atuação política feminina.

Ao adentrar os bastidores do poder, ambos os documentários apresentam mulheres em diferentes posições, desafiando a ideia de um poder monolítico e mostrando a diversidade de identidades femininas na política. Mais do que figuras institucionais, essas mulheres são agentes ativas na construção e nos desdobramentos dos acontecimentos políticos. Dessa forma, as obras ampliam a percepção sobre a presença feminina na política, promovendo uma visão mais profunda e humanizada de suas experiências e desafios.

As mulheres na política brasileira



Desde a conquista do direito ao voto em 1932, a presença das mulheres na política brasileira tem se expandido, mas o progresso continua em ritmo lento e marcado por barreiras históricas e culturais, que se refletem na sub-representação feminina nas esferas de poder. Por mais de um século, o cenário político brasileiro foi dominado por homens, e foi somente em 2011, com a eleição de Dilma, que o país testemunhou a ascensão de sua primeira mulher à presidência.

Embora sua eleição tenha sido um marco. Durante seu mandato, enfrentou críticas frequentemente direcionadas a sua figura de forma sexista. Apesar da eleição representar um marco, as barreiras estruturais ainda limitam a participação das mulheres na política brasileira, com sua representação reduzida mesmo com políticas afirmativas.

A realidade é que a política brasileira ainda é um ambiente hostil para as mulheres. A violência política de gênero, por exemplo, é um problema que vai desde ataques verbais e simbólicos até casos extremos, como o assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018. Embora a Lei 14.192, sancionada em 2021, tenha sido um avanço no combate à violência política de gênero, na prática, a legislação muitas vezes não é aplicada de forma eficaz.

Nos últimos anos, medidas adicionais foram introduzidas para tentar equilibrar as oportunidades políticas. A Emenda Constitucional 117, por exemplo, tornou obrigatório a destinação de 30% dos recursos do fundo partidário para campanhas femininas. Além disso, a legislação que garante maior visibilidade para candidaturas de mulheres na propaganda eleitoral busca corrigir a desigualdade de gênero na política.

O movimento por uma maior participação feminina na política também deve incluir a interseccionalidade, reconhecendo as múltiplas camadas de opressão que afetam mulheres negras, indígenas e da comunidade LGBT. Gabriela Rollemberg, cofundadora do movimento ‘Quero Você Eleita’, ressalta a importância de apoiar candidaturas diversas para que as políticas públicas sejam mais inclusivas e representem de fato as necessidades de toda a população.⁷

Sendo assim, a presença das mulheres na política brasileira tem avançado, mas a superação das barreiras estruturais e culturais ainda é um desafio significativo. Embora a eleição

⁷ Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica



de Dilma tenha representado um marco histórico, a persistente sub-representação feminina, a violência política e as limitações financeiras e partidárias continuam a dificultar esse avanço.

Diante desse cenário, a análise de documentários como *Democracia em Vertigem* e *Alvorada* se torna crucial para entender as dinâmicas de gênero e poder no contexto político brasileiro. Ao humanizar figuras como Dilma Rousseff e explorar as complexidades de suas trajetórias, esses filmes oferecem uma panorama valioso sobre os desafios que as mulheres enfrentam para conquistar e manter poder, contribuindo para a reflexão crítica sobre a necessidade de transformação das estruturas políticas e culturais do país.

Petra Costa e a vertigem democrática

“*Democracia em Vertigem*”, lançado em 2019 e dirigido por Petra Costa, é uma obra cinematográfica singular que oferece uma abordagem íntima sobre os eventos políticos que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff. Ao entrelaçar eventos públicos com suas experiências pessoais, a diretora proporciona uma visão única, destacando a marca autoral do documentário. Como observado por Melo (2002, p. 23,), “a marca característica do documentário é seu caráter autoral, definido como uma construção singular da realidade, um ponto de vista particular do documentarista em relação ao que é retratado”.

Costa tece uma narrativa subjetiva, oferecendo sua visão sobre o que percebe como uma erosão da democracia no país. Este mergulho na narrativa pessoal de Dilma não se limita apenas a explorar o processo político do impeachment, mas também proporciona uma perspectiva crítica sobre como a misoginia permeou esse acontecimento histórico, destacando os desafios enfrentados por mulheres em posições de poder e as complexidades das relações de gênero na política brasileira.

A visão autoral de Petra Costa se destaca ao explorar a narrativa pessoal de Dilma Rousseff, indo além dos fatos políticos para abordar as complexidades e nuances da experiência feminina na política. Essa abordagem ressoa com a ideia de Penafaria (1999) sobre o documentário como um “argumento encontrado”, evidenciando que, à medida que os diálogos não são previamente escritos e muitas vezes imprevisíveis, a construção da narrativa se dá de forma mais orgânica e autêntica.



Nichols (2005), por sua vez, enfatiza que o modo participativo ressalta a interação entre o cineasta e o tema. Para o autor, a filmagem acontece em entrevistas ou outra forma de interação mais direta. Com frequência, ela uni-se às imagens de arquivo para examinar questões históricas. Esse modo de produção cinematográfica promove uma abordagem mais envolvente e colaborativa, permitindo uma exploração mais profunda das questões históricas e contemporâneas através do diálogo direto com os participantes e o uso de material de arquivo para enriquecer o contexto narrativo.

Petra Costa frequentemente adota uma proximidade íntima com as figuras centrais, especialmente com Dilma, utilizando *close-ups* que capturam suas expressões faciais e emoções, como momentos de reflexão e apreensão durante o impeachment. Nos momentos de tensão política, como nas manifestações de rua, o filme recorre a planos gerais, oferecendo uma visão ampla da movimentação das massas e da grandiosidade dos protestos. A câmera, por outro lado, se move de forma fluida e instável, com ângulos amplos e mudanças frequentes de perspectiva, criando uma sensação de desorientação e caos. Isso coloca o espectador imerso na agitação das ruas, intensificando a sensação de conflito e incerteza, ao mesmo tempo em que reforça a escala e a magnitude do conflito social, evidenciando a força e a intensidade dos protestos. Esse contraste com a intimidade das cenas com os protagonistas acentua ainda mais a divisão entre o espaço pessoal e o coletivo, aprofundando a experiência do espectador.

A iluminação também é um elemento crucial para intensificar a atmosfera. Nos momentos de maior aflição, como as discussões no Palácio do Planalto, a iluminação tende a ser mais sombria e dramática, criando uma sensação de urgência e apreensão. Esse uso de luz e sombra intensifica a ideia de incerteza e crise, além de contrastar com as sequências mais calmas, onde a luz natural e a iluminação mais suave transmitem um senso de tranquilidade ou nostalgia, especialmente em cenas de recordação.

Ademais, durante os momentos de manifestações populares e confrontos, as cores são mais saturadas, com tons quentes e vibrantes que transmitem a energia dos protestos. Por outro lado, em cenas mais introspectivas ou de reflexão, a paleta de cores tende a ser mais fria, com tons de azul e cinza, sugerindo uma atmosfera de distanciamento e melancolia, evocando a solidão e a introspecção da ex-presidente, por exemplo.



Além disso, o uso de material de arquivo, com imagens históricas e fragmentos de discursos e eventos políticos, não apenas complementa as entrevistas, mas também serve como um elo entre o passado e o presente. As imagens de arquivo são integradas de forma a enriquecer o contexto e fazer com que o espectador se sinta imerso no ambiente político da época, ao mesmo tempo em que a montagem cuidadosa de cenas atuais estabelece uma conexão direta com os eventos em curso.

Nesse caso, o cineasta assume uma postura mais presente na construção da narrativa do documentário. Costa, por exemplo, mescla trechos de sua vida pessoal com o desenrolar da política brasileira, mostrando como ambas foram afetadas, o que aproxima o documentário de uma espécie de autobiografia. Essa abordagem destaca uma voz feminina em um cenário predominantemente masculino.

A presença marcante de Petra Costa como diretora e narradora *off* confere uma dimensão subjetiva e feminina à narrativa, ampliando a discussão sobre as complexidades enfrentadas por mulheres na política. Sua voz não só guia o espectador através dos acontecimentos, mas também oferece *insights* pessoais e reflexões sobre as experiências vividas.

No documentário existe uma possibilidade enorme de variação quanto à utilização de determinados recursos. O documentarista pode (ou não): utilizar a figura do locutor (on/off), construir o filme apenas em cima de depoimentos, utilizar o recurso de reconstituição para contar a história, criar personagens para dar maior dramaticidade à narrativa, apresentar documentos históricos, etc. (Melo, 2002, p. 26).

Como destaca de Melo (2002), no documentário, há uma ampla gama de recursos que podem ser utilizados, e Petra Costa faz escolhas estratégicas. O filme não se limita a documentar os eventos do impeachment, mas destaca o papel fundamental das mulheres na resistência e na articulação política, revelando figuras como Maria da Conceição Tavares e Ellen Gracie Northfleet como vozes ativas e influentes.

Ao dar voz a essas mulheres, “Democracia em Vertigem”, vai além das representações tradicionais do poder político, onde a figura masculina predominante sempre teve mais destaque, e oferece um olhar mais plural e mais inclusivo sobre os eventos do impeachment. As mulheres não são retratadas apenas como observadoras ou vítimas passivas, mas como



agentes políticas que tomam parte ativa na construção da narrativa, influenciando, questionando e até contestando as estruturas de poder estabelecidas.

Em sua obra de 2002, Melo discute as diversas estratégias que um cineasta pode empregar para abordar eventos passados de maneira cinematográfica. Ela destaca que o cineasta tem a opção de utilizar imagens de arquivo, fazer uso da reconstituição (recurso legitimado pela escola de Grierson⁸), voltar ao local dos acontecimentos ocorridos no passado ou utilizar depoimentos das pessoas, numa tentativa de se aproximar do ocorrido. Essas técnicas proporcionam ao cineasta uma variedade de ferramentas para contar histórias de forma envolvente e autêntica, permitindo ao público uma experiência mais rica e imersiva na narrativa.

Essas estratégias, como exemplificado no documentário "Democracia em Vertigem", dirigido por Petra Costa, são formas de explorar e recriar eventos históricos por meio da linguagem cinematográfica.

"Democracia em Vertigem", portanto, vai além das fronteiras do simples documentário, proporcionando uma reflexão rica e multifacetada sobre a presença e o papel das mulheres na esfera política brasileira contemporânea. Ao abordar não apenas o processo político, mas também as experiências pessoais e as vozes ativas das mulheres, o filme se destaca como uma contribuição significativa para o entendimento das complexidades de gênero na política e para a compreensão mais ampla das potencialidades do documentário como uma forma artística e analítica.

Alvorada, entre o público e o privado

"Alvorada", lançado em 2021 e dirigido por Anna Muylaert e Lô Politi, emerge como uma obra cinematográfica singular, proporcionando uma visão atemporal e melancólica sobre a vida da ex-presidente Dilma Rousseff após seu impeachment, contrastando significativamente com a abordagem adotada em "Democracia em Vertigem".

⁸ A escola de Grierson, liderada por John Grierson, foi fundamental no desenvolvimento do cinema documental, destacando-se pela abordagem realista e engajada na representação da sociedade e na promoção de mudanças sociais.



Enquanto este último mergulha nas complexidades políticas que culminaram no afastamento de Dilma, “Alvorada”, adota uma postura mais observacional e direta, explorando o cotidiano da ex-presidente e sua equipe no Palácio da Alvorada enquanto enfrentam as consequências políticas e pessoais da destituição, buscando capturar um período de transição política. Segundo Nichols (2005), esse modo enfatiza o engajamento direto no cotidiano das coisas ou pessoas que representam o tema.

“Muitas cineastas seguem essa direção, construindo novas imagens da mulher e da feminilidade em contraposição aos discursos hegemônicos” (Kamita, p. 1395, 2017). Em “Alvorada”, essa abordagem se torna evidente ao explorar o cotidiano de Dilma no Palácio e ao destacar as mulheres em papéis essenciais nesse ambiente. O filme proporciona uma plataforma para examinar não apenas seu legado político, mas também sua identidade e agência como mulher em um contexto de liderança política.

Em consonância com a ideia de que muitos cineastas buscam criar novas imagens da mulher e da feminilidade, “Alvorada” desafia os discursos hegemônicos que frequentemente reduzem as mulheres no poder a figuras unidimensionais ou símbolos. A cinematografia do filme, com seu uso de planos-sequências longos e imersivos, permite que a protagonista seja mostrada em sua complexidade, destacando o processo dinâmico e contínuo da política. Ao usar a câmera que segue os personagens de forma fluida e sem cortes abruptos, o filme nos coloca no interior dessas negociações, mostrando que o cotidiano das mulheres no poder não é linear, mas envolve constantes confrontos. Esse movimento de câmera, junto com os planos gerais nas manifestações, cria um contraste visual entre a intimidade do espaço privado e a grandeza do espaço público, refletindo a desconexão entre a elite política e as ruas.

As instabilidades na câmera em momentos de crise reforçam a ideia de um espaço político em constante movimento e incerteza. Além disso, a escolha de uma sonoridade introspectiva e atmosférica, ao invés de uma trilha sonora épica ou heroica, ajuda a subverter a forma tradicional de representação das mulheres na política, enfatizando suas vulnerabilidades e dilemas internos. Dessa forma, o documentário, não apenas documenta a história política do Brasil, mas também oferece um novo horizonte sobre a presença e a resistência das mulheres na política, desafinando a visão convencional de que elas são apenas coadjuvantes ou figuras passivas dentro do sistema de poder.



A obra proporciona, desse modo, um olhar sobre as mulheres que desempenham papéis essenciais nesse ambiente, destacando não apenas suas responsabilidades formais, mas também suas contribuições individuais e poder de influência nos bastidores. Ao desafiar estereótipos de gênero, o documentário, como observado por Kamita, insere-se em um contexto mais amplo, no qual muitas cineastas buscam construir novas imagens da mulher da feminilidade, contrapondo-se aos discursos dominantes.

Por meio de uma cinematografia imersiva e da escolha de uma sonoridade introspectiva, o filme subverte as convenções narrativas ao destacar a vulnerabilidade e os dilemas internos das mulheres na política. A abordagem visual e sonora revela as nuances do cotidiano dessas mulheres, contrapondo-se à visão convencional de que elas são meras coadjuvantes ou símbolos. Nesse sentido, o documentário insere-se em um movimento mais amplo, como aponta Kamita, de cineastas que buscam reconstruir a feminilidade, desafiando os discursos hegemônicos e ampliando as possibilidades de representação no cinema.

A dicotomia entre ser sujeito e ser significante permanece como um fio condutor no enredo de “Alvorada”. A obra destaca não apenas as decisões políticas, mas também a dinâmica pessoal e profissional das mulheres que cercam a então presidente. As relações de poder e influência se desdobram sob os discursos políticos e as interações diárias, revelando as complexidades inerentes aos cargos de destaque.

Ao explorar as mulheres na equipe de Dilma, como Maria do Rosário, o filme vai além da mera documentação dos eventos políticos, oferecendo uma visão íntima e desafiadora. As mulheres são retratadas em papéis estratégicos e influentes durante o processo de impeachment, contribuindo para uma visão multifacetada da presença feminina na política brasileira contemporânea.

No âmbito visual, “Alvorada” se destaca pela cinematografia e enquadramento que realçam a grandiosidade do Palácio Alvorada. Essas escolhas representam o poder associado ao cenário político e influenciam a percepção que se tem sobre mulheres políticas retratadas. A linguagem visual colabora para construir uma narrativa que destaca a presença das mulheres em posições de destaque no cenário político, questionando as representações tradicionais.



No caso do documentário, sabemos que ele só pode ser construído a partir de outros lugares enunciativos, de outras vozes. Durante a produção do documentário, o documentarista recorre a diversas fontes para coletar as informações que lhe são necessárias. Essas fontes tanto podem ser consultas a arquivos (dos quais se extrairão informações para integrar o documentário) como simples conversas com pessoas envolvidas ou conhecedoras do assunto abordado. Neste último caso, o documentarista busca ouvir a opinião de várias pessoas sobre determinado acontecimento ou personalidade, seja para confirmar uma tese, seja para confrontar opiniões (Melo, 2002, p. 34).

O documentário *Alvorada* registra eventos históricos sem depender da presença de um narrador e dá voz e agência às mulheres na esfera política. Como aponta Melo (2002, p.33), a presença do narrador não é obrigatória em documentários, pois os depoimentos podem ser organizados de forma a se conectarem sem a necessidade de uma voz exterior unificadora. Isso não compromete a coerência do discurso, que se manifesta na seleção e no encadeamento dos depoimentos que compõem a narrativa.

O filme transcende a necessidade de uma voz unificadora, permitindo que os depoimentos se entrelacem de forma coesa. Essa abordagem contribui para a representação de uma visão multifacetada das complexidades durante o período de transição.

A edição de som e as entrevistas conduzidas por Anna Muylaert e Lô Politi desempenham um papel crucial, moldando a narrativa por meio da seleção de diálogos. Essa abordagem não só oferece uma representação detalhada das mulheres políticas, mas também contribui para a desconstrução de estereótipos.

Conclusão

Este estudo investiga as representações de gênero nos documentários “*Democracia em Vertigem*” e “*Alvorada*”, analisando os desafios enfrentados pelas mulheres na política brasileira. Para além da trajetória de Dilma Rousseff. Ao adotar uma abordagem crítica do documentário como uma visão singular do mundo, a pesquisa destaca a atuação de diversas mulheres nos bastidores e frentes políticas, evidenciando como as diretoras dessas produções desafiam estereótipos e normas de representação.



A abordagem crítica adotada ressalta o papel do documentário não apenas como registro de eventos, mas como ferramenta ativa na desconstrução de estruturas de poder patriarcais e na construção da memória histórica. Ao explorar as escolhas cinematográficas de Petra Costa, Anna Muylaert e Lô Politi, observa-se como essas obras questionam narrativas tradicionais, influenciando a construção da memória histórica.

Ao destacar a presença ativa de mulheres nos bastidores políticos, esses documentários ressignificam imagens, resistindo a generalizações e contribuindo para uma visão mais holística e humanizada das mulheres na política. A desconstrução das narrativas convencionais sobre as mulheres em posições de destaque – que frequentemente as reduzem a figuras secundárias, vulneráveis ou manipuláveis – oferece uma concepção não apenas voltada para os rótulos cinematográficos, mas também na desconstrução das raízes históricas.

Sendo assim, este estudo destaca a presença ativa das mulheres nos bastidores políticos, evidenciando o papel crucial do cinema como uma ferramenta de reflexão crítica sobre as dinâmicas sociais, culturais e políticas. Ao desvendar as complexidades das representações de gênero nos documentários analisados, busca-se contribuir para uma compreensão mais profunda das experiências e do papel das mulheres na esfera política na sociedade contemporânea.

Referências

ALMEIDA, Cássia. Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas: no setor público, elas são apenas 21,7%. **O Globo**. 16 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ANCINE, Agência Nacional do Cinema. **Participação feminina na produção audiovisual brasileira (2018)**. Rio de Janeiro: *ANCINE*, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos.pdf/participacao_feminina_na_producao_audiovisual_brasileira_2018_0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BADIOU, Alain. **Imagens e Palavras**: escritos sobre cinema e teatro. Buenos Aires: Manancial, 2005.

BECKER, C. *et al.* Manifestações e votos sobre Impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 13, n. 24, 2017.

CORSI, Francisco. **A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão**. Revista *Novos Rumos*, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016.



HOLANDA, Karla. Documentaristas brasileiras e as vozes feminina e masculina. **Significação:** revista de cultura audiovisual, v. 42, n. 44, p. 339-358, 2015.

KAMITA, Rosana Cássia. **Relações de gênero no cinema:** contestação e resistência. Revista Estudos Feministas, v. 25, p. 1393-1404, 2017.

KAPLAN, Elizabeth Ann,. **A mulher e o cinema:** os dois lados da câmera. Trad. Helen M. Potter Pessoa. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LIMA, Paola; PORTELA, Raissa. Mulheres na política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder. **Agência Senado.** 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14 n. 2, p. 67-102, 2020.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. **O documentário como gênero audiovisual.** Comunicação & Informação, v. 5, n. 1/2, p. 25-40, 2002.

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail (org). **A experiência do cinema.** Rio de Janeiro: Edições Graal. Embrasilme, 1983.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** São Paulo: Papyrus, 2005.

NORONHA, Danielle de. **Elas por trás das câmeras:** reflexões sobre as mulheres no audiovisual. Associação Brasileira de Cinematografia, 2017.

PENAFRIA, Manuela. **O filme documentário:** história, identidade, tecnologia. Lisboa: Editora Cosmos, 1999.

RIQUELME, Diogo Ivan Caroca. **O Cinema Documentário da América Latina dos Anos de 1960.** Uma Breve Reflexão dos Principais Movimentos Cinematográficos do Novo Cinema da América Latina. Cadernos PROLAM/USP, São Paulo, ano 10, v. 1, p. 93-102, 2011.

RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de Impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). **Revista Contracampo**, v. 37, n. 2, 2018.

TEDESCO, M. C. Mulheres atrás das câmeras: a presença feminina na direção de fotografia de longas-metragens ficcionais brasileiros. **Significação:** Revista De Cultura Audiovisual, v. 43, n. 46, p. 47-68, 2016.

ALVORADA. Direção de Anna Muylaert e Lô Politi. Brasil, 2021.

DEMOCRACIA em Vertigem. Direção de Petra Costa. Brasil: Netflix, 2019.



O “ser mulher” em programas telejornalísticos da Rede Clube¹

"Being a woman" in television news programs on Rede Clube

Victoria Saldanha Silva²
Thamyres Sousa de Oliveira³

Resumo: As representações construídas pelo telejornalismo acerca das mulheres são incisivas na reprodução e/ou subversão de padrões de gênero pré-estabelecidos. O artigo analisou as representações sociais em torno do “ser mulher” em programas telejornalísticos da emissora piauiense Rede Clube, veiculados em 8 de março de 2023. Utilizando a análise de conteúdo, os resultados revelam a mulher como um ser violentado, sensível, mas que também se apresenta outrora como forte e ativista.

Palavras-chave: telejornalismo; representações sociais; gênero; ser mulher.

Abstract: The representations of women in television journalism play a significant role in either reinforcing or subverting established gender norms. This article analyzes the social representations of "being a woman" in news programs broadcast by the Piauí-based network Rede Clube on March 8, 2023. Using content analysis, the results reveal women portrayed as victims of violence and as sensitive individuals, but also as strong and activist figures.

Keywords: television journalism; social representations; gender; being a woman.

¹ A pesquisa abrange um projeto de pesquisa maior, que se volta para 8 de março de 2022 e 2023. Parte da mesma foi apresentada no Grupo de Trabalho (Telejornalismo), evento integrante da programação do 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte (Intercom Norte), realizado de 22 a 24 de maio de 2024.

² Recém-graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). E-mail: victoria.ssaldanha@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: thamyressousa@pcs.uespi.br



Introdução

A construção das representações sociais da mulher no contexto do telejornalismo brasileiro é uma importante área de estudo para compreender as dinâmicas sociais, culturais e midiáticas que moldam as percepções sobre o feminino na sociedade contemporânea. Segundo Moscovici (1978), as representações sociais se constituem como um conjunto de conceitos, ideias e práticas que permeiam as interações sociais, refletindo e reforçando os valores, normas e estereótipos presentes em determinado grupo social.

No caso específico do telejornalismo, comunicação que assume um papel significativo na formação de opiniões, as representações acerca das mulheres são incisivas na reprodução e/ou subversão de padrões de gênero pré-estabelecidos. Nesse contexto, a análise dessas representações ganha relevância, especialmente diante da diversidade de abordagens presentes nos programas jornalísticos veiculados pelo país.

Vizeu (2009) destaca a importância de considerar não apenas o conteúdo explícito dos telejornais, mas também os discursos implícitos e as estratégias discursivas utilizadas na construção das narrativas midiáticas, evidenciando, assim, as complexidades das relações entre mídia, gênero e sociedade.

Tendo em vista o lugar de referência ocupado pelo telejornalismo (Vizeu, 2009), neste estudo, realizamos uma análise dos três programas jornalísticos da Rede Clube (Bom dia Piauí, Piauí TV 1 e Piauí TV 2), veiculados em 8 de março de 2023, com o intuito de investigar as representações sociais relacionadas ao “ser mulher”.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica conforme Martino (2018), uma vez que foi conduzida a partir de leituras sobre os temas telejornalismo e representações. Esta é também uma pesquisa documental, pois, conforme Fonseca (2002), trabalhamos com telejornais, materiais que ainda não receberam tratamento analítico.

Para isso, utilizamos como técnica de análise, a análise de conteúdo no contexto do telejornalismo, destacamos abordagens e técnicas conforme descritas por Bardin (2011) por meio de uma análise de conteúdo categorial. Na categoria “formatos”, buscamos entender que formas telejornalísticas foram utilizadas para construir os conteúdos telejornalísticos sobre o 8 de março de 2023. Já na categoria “enquadramento”, observamos como características técnicas



(enquadramento, cenário, quem fala) atuaram nas representações do “ser mulher” apresentadas pelos telejornais. Em seguida na categoria “ser mulher”, pretendemos entender como mulheres foram performatizadas nas produções e, por fim, na categoria “sugestão de melhorias” indicamos caminhos para melhorias e/ou pontos positivos das representações reforçadas.

Para atender ao objetivo da pesquisa, inicialmente, apresentamos o conceito de representações sociais focando na ótica de Serge Moscovici (1978) e associando-o ao telejornalismo e às abordagens que envolvem mulheres. Posteriormente, contextualizamos, brevemente, como a presença feminina foi/é percebida na sociedade brasileira e, em seguida, trouxemos o processo analítico.

1. Afinal, o que são representações sociais?

As representações sociais são sistemas coletivos, dinâmicos e heterogêneos, que abrangem tanto ações sociais quanto psicológicas. São complexas e até ambíguas, tendo dimensões sociais e simbólicas. Elas desempenham funções práticas, permitindo que, tanto indivíduos, como grupos deem sentido à sua realidade, compreendam-se e se comuniquem. Além disso, essas representações servem para justificar comportamentos, construir e modificar identidades e relações, bem como para habitar mundos culturais, perspectivas e criar uma realidade compartilhada.

O conceito de representações sociais foi introduzido pela primeira vez pelo psicólogo social Serge Moscovici (1978). O autor sugeriu que novas ideias se tornam representações sociais por meio da comparação e da integração do que não é familiar com representações sociais já conhecidas.

Na sua tese de doutorado, intitulada “*La psychanalyse, son image, son public*” (1961), Moscovici explora a dinâmica da construção social da psicanálise como um molde científico. Neste trabalho, ele destaca a influência de Émile Durkheim como um dos pioneiros na concepção de que as representações desempenham um papel fundamental na apreensão de conceitos dentro do âmbito do conhecimento coletivo, em contextos que variam de grupos pouco estruturados a altamente organizados. Essas representações, portanto, funcionam como orientações para a ação social (Moscovici, 1961).



Para Durkheim (1970), as representações coletivas ajudam a ordenar e a dar sentido ao mundo, mas também expressam, simbolizam e interpretam as relações sociais. As representações coletivas inibem e estimulam a ação social, sua autoridade vem do fato de estarem dentro de todos nós e, ainda assim, serem externas ao indivíduo. Durkheim explicou as grandes transformações de valores (como a propagação dos valores do Iluminismo na Revolução Francesa) fazendo referência ao poder dessa "reunião" (ou densidade dinâmica), em que o mundo religioso está enraizado na vida coletiva, deixando o profano para o indivíduo.

Moscovici (1978) transformou as representações coletivas de Durkheim em representações sociais, passando-as da sociologia para a psicologia social. Ele reforça a ideia de que o indivíduo não concebe os objetos sociais nem a partir de uma realidade objetiva, nem de forma individual e sim reage a esses objetos com base em uma realidade coletiva e socialmente construída. Em vez de uma representação rígida que vem, de acordo com Durkheim, de uma consciência coletiva e transgeracional que caracteriza a sociedade, Moscovici (1978) apresenta a ideia de uma representação contextualizada, construída por meio de interações interindividuais.

A televisão, que atinge amplas audiências, e outros meios de comunicação, direcionados a grupos sociais específicos, desempenha um papel essencial na moldagem da perspectiva da realidade. É por meio das imagens da televisão que algumas representações se tornam cotidianamente acessíveis à maioria: elas, entre outros elementos, que contribuem para mediar o acesso à cultura, nivelando, conforme interesses mercadológicos e pessoais, o que é pertinente ser compreendido pelo público.

O papel da mídia na formação de representações vai além do que é escrito, abrangendo também as imagens veiculadas na TV. Em diversos ambientes, como em casa, no trabalho, espaços públicos, e assim por diante, as interações verbais costumam ser superficiais, muitas delas originárias do que se é visto ou lido na mídia. Essas conversas podem ter diferentes níveis de profundidade, mas é através delas que as representações sociais surgem e são efetivamente construídas.

A televisão e os programas jornalísticos têm estabelecido firmemente seu lugar como um domínio simbólico no Brasil. Juntos, desempenham um papel crucial na manutenção das estruturas de poder, exercendo assim um controle social significativo sobre a pauta cultural e



política da sociedade (Darde e Leme, 2016). O jornalismo, como prática social, está imerso em relações de poder, incluindo aquelas relacionadas ao gênero, o que torna necessário pensar sobre como ele participa na construção dessas dinâmicas.

Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo (Silva, 2010, p. 63).

No campo do jornalismo, ainda persistem desigualdades relacionadas ao papel de gênero, que se refletem na escassa presença das mulheres, em especial as negras, em cargos de liderança e nas editorias mais influentes. Essa falta de representatividade contribui para a manutenção de uma cultura dominada por valores machistas dentro da profissão (Kebian; Sacramento, 2024. p. 2).

No contexto do telejornalismo, por exemplo, as mulheres têm histórico de sub-representação, frequentemente recebendo uma parcela mínima de tempo de tela, como relatam Pereira e Coutinho (2021) na pesquisa “A (ausência da) mulher como sujeito nos/dos telejornais: um deserto noticioso que contribui para a desinformação”. Durante muito tempo, eram raramente escolhidas para liderar equipes ou falar sobre temas considerados difíceis (economia, política...). Quando as jornalistas têm mais tempo de tela, geralmente é para abordar questões diretamente relacionadas ao gênero, como o Dia Internacional da Mulher ou tópicos associados ao comportamento, como moda, gastronomia e estilo de vida.⁴

A teoria das representações sociais de Moscovici (1978) analisa os comportamentos humanos de acordo com a maneira como o indivíduo interpreta e constrói seu ambiente social. As representações sociais podem ser consideradas sociais porque são compartilhadas por muitos indivíduos e criam uma realidade social que pode influenciar o comportamento individual.

⁴ Mulheres no jornalismo brasileiro. Disponível em: https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 28 mai.2025.



Nesta pesquisa, nos voltamos para representações em torno do gênero. Além de um conceito para entender a diferença entre sexo culturalmente construído, o gênero é uma abordagem vital para a pesquisa. É uma lente indispensável, originária do feminismo e da teoria política feminista, que se dedica a alcançar a igualdade para todas as pessoas (Araújo, 2005).

Tanto na ciência quanto na política, é comum associar o gênero exclusivamente às mulheres, o que muitas vezes leva a supor que abordar questões relacionadas às mulheres de maneira marginal, seja estatística ou retoricamente, é suficiente para considerar a visão de gênero. No entanto, adotar uma perspectiva de gênero implica observar de que maneira a construção social da diferença de gênero afeta os indivíduos em termos de suas identidades, experiências e relações de poder.

Os sistemas de gênero estão intimamente relacionados com as práticas sociais dos indivíduos e grupos que os compõem. Eles não existem de forma isolada, mas estão interligados com os significados que lhes dão suporte e desempenham um papel essencial na mudança desses sistemas. Nas sociedades patriarcais, predominantemente ocidentais e marcadas por processos coloniais, as estruturas sociais se organizam em torno de relações de poder baseadas no gênero. Nesses contextos, o gênero se torna uma das primeiras categorias pelas quais as crianças constroem sua identidade e compreendem seu lugar no mundo. Desse modo, ao abordarmos as mulheres na sociedade, este trabalho faz com que compreendamos, sobretudo, as práticas sociais que perpassam o “ser mulher” e são reproduzidas pelo telejornalismo.

2. Entre o olhar e o estereótipo: a representação social da mulher na sociedade e na mídia

A forma como as mulheres são representadas na sociedade e os papéis que desempenham se alteraram ao longo da história. Contudo, inquestionavelmente, persistem, em diversos contextos, desigualdades de gênero enraizadas em preconceitos sexistas com raízes históricas.

Desde a infância, as normas de gênero moldam os papéis sociais e as expectativas de comportamento para homens e mulheres. As concepções acerca da liderança muitas vezes se apoiam em estereótipos tradicionais associados ao comportamento masculino, e essas



preconcepções são, frequentemente, utilizadas para julgar o desempenho das mulheres nos mais diversos âmbitos.

Ao longo de grande parte da história das sociedades ocidentais e em várias culturas, as mulheres foram relegadas a posições secundárias. As funções que envolviam poder ou remuneração significativa eram geralmente proibidas às mulheres, e os recursos financeiros que possuíam normalmente ficavam sob controle de seus maridos após o casamento. Além disso, elas eram detentoras de menos direitos legais, como o acesso à educação básica ou à prática de esportes predominantemente masculinos.

As expectativas sociais em relação às mulheres também se mostravam diferenciadas. Para as mulheres brancas, seu papel primordial era o de esposa e mãe. Já as mulheres negras, historicamente marcadas pelo peso da escravização, foram forçadas a ocupar papéis de maior subordinação ainda. Essa subordinação não era restrita aos homens: também diante das mulheres brancas e seus filhos, elas eram colocadas em posições de serviço e obediência. Esperava-se que fossem submissas e afetuosas, e seu valor era dado mais por sua aparência do que por suas realizações.

Apesar disso, diversas mulheres protagonizaram feitos extraordinários ao longo da trajetória humana, como o caso de Maria da Penha que, por 20 anos, lutou na justiça para provar as tentativas de assassinato por parte de seu ex-companheiro, resultando na criação da lei de n.º 11.340/2006⁵ que carrega seu nome e define que a violência doméstica contra a mulher é crime.

A narrativa histórica ocidental, muitas vezes, se concentrou nos elementos de poder, como as guerras, monarcas, cenários políticos e econômicos, refletindo, assim, uma perspectiva predominantemente branca, elitista e masculina. Esta narrativa, de modo geral, foi perpetuada pela ótica dos homens brancos e privilegiados economicamente, dado que as mulheres, em sua maioria, enfrentaram restrições no exercício do poder, resultando na escassa documentação de seus feitos.

Até os anos 1970, a autoria e o foco das narrativas históricas eram majoritariamente masculinos (Soihet, 2001), pressupondo que as ações das mulheres se restringiam ao âmbito

⁵ A lei data de 7 de agosto de 2006 e cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 25 set de 2024.



doméstico. Sua caracterização como “desprovidas de interesse” era o que justificava a negligência em termos de registro e pesquisa.

Devido à essa concepção, a história das mulheres não era considerada como parte integral da “verdadeira história”. Os raros relatos femininos registrados, frequentemente falavam sobre figuras da realeza e aristocracia, enquanto as mulheres pertencentes às classes trabalhadoras, a grupos étnicos minoritários ou comunidades marginalizadas enfrentavam um apagamento ainda maior de suas histórias. Em sua pesquisa sobre a inclusão das mulheres na historiografia brasileira, Rago (1995, p. 81) evidencia que “todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção”.

Dentro da perspectiva cultural patriarcal, a percepção sobre as mulheres ainda acontece de maneira bastante restrita. No meio familiar, as atividades e responsabilidades domésticas, muitas vezes, são diferenciadas por gênero. Para as mulheres, a produção e a reprodução são duas atividades interligadas e as rende o título de “dona de casa”, grande parte do trabalho que elas realizam, embora produtivo, não é remunerado. Os homens, por sua vez, sempre desempenharam um papel menor no trabalho doméstico, mas seu trabalho remunerado fora de casa os valida como os reais líderes da família pela sociedade. Dessa forma, o pai, figura central do núcleo, detinha o título de provedor da família, atuando principalmente no espaço público.

A abordagem de desconstrução da estrutura patriarcal está definitivamente mais presente nas discussões atuais. Ao refletirmos sobre o caminho que nos trouxe até aqui, percebemos que a demora em reconhecer as conquistas das mulheres, no que diz respeito à liberdade de expressar abertamente suas necessidades, é, por si só, uma questão preocupante.

Em meio aos percalços, a busca das mulheres por igualdade social remonta a séculos, desde as mulheres acusadas de bruxaria na Idade Média até as manifestações das sufragistas em busca do direito ao voto. O feminismo é, fundamentalmente, uma resposta às opressões enfrentadas pelas mulheres e reconhece que as relações de gênero não são fixas ou determinadas pela natureza, mas sim moldadas por contextos sociais e culturais, e, portanto, passíveis de mudança (Jesus e Almeida, 2016).



O movimento abrange um conjunto de teorias e práticas que visam à emancipação e empoderamento das mulheres. A “primeira onda” do feminismo, que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, foi marcada por movimentos como o das sufragistas, que lutavam pelo direito das mulheres ao voto (Jardim, 2010). Este período foi essencial para desafiar os estereótipos de feminilidade da época, que limitavam as mulheres ao lar e as excluíam das esferas políticas. Hooks (2018) explica que a ideia popular de "libertação da mulher" ficou associada à busca por direitos e espaços tradicionalmente ocupados por homens, especialmente no mercado de trabalho. Essa visão, segundo a autora, era mais facilmente aceita pela sociedade, principalmente diante de crises econômicas e altos índices de desemprego, quando havia a necessidade de incluir as mulheres para fortalecer a economia do país.

No início do movimento, a sororidade era idealizada como uma união universal entre mulheres, mas, na prática, ignorava diferenças raciais e questões específicas da luta antirracista. A ausência de integração racial e a invisibilização das demandas das mulheres negras mostravam que a luta por igualdade de gênero, sozinha, não era suficiente para abarcar as múltiplas formas de opressão vividas por essas mulheres. Assim, as mulheres negras, mesmo ativas e engajadas no movimento desde o início, perceberam a necessidade de construir um espaço próprio para suas vozes e demandas — um feminismo que não apenas falasse de gênero, mas também de raça, classe e desigualdades estruturais (Hooks, 2018).

Para assegurar a memória e validar as conquistas das mulheres ao longo da História rumo à igualdade de gênero, foi instituído pela ONU em 1975, o Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março. Há divergências entre os pesquisadores sobre a real origem do dia 8 de março, inicialmente, quando líderes feministas nos Estados Unidos proclamaram a necessidade de igualdade de gênero, não esperavam descobrir se movimentos correspondentes estavam acontecendo entre mulheres de todo o mundo. Em vez disso, declararam-se libertas e, portanto, na posição de libertar as irmãs que tinham menos sorte, principalmente aquelas no “terceiro mundo” (Hooks, 2018. p.44).

No entanto, é incontestável que esse dia representa a força dos movimentos de mobilização feminina. No Brasil, “a luta das mulheres contra a ditadura de 1964 uniu, provisoriamente, as feministas e as que se autodenominavam membros do ‘movimento de mulheres’. A uni-las, contra os militares, havia uma data: o 8 de março” (Blay, 2001. p.6).



O surgimento do feminismo no Brasil acompanha o processo histórico do movimento feminista em alguns países da América Latina. A partir da primeira metade do século XIX, as mulheres também começaram a se organizar e a reivindicar direitos políticos, sociais e econômicos (Costa, 2005).

Foram os jornais os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de publicidade, aglutinação e resistência (Duarte, 2017). Através deles, as mulheres encontraram uma plataforma para divulgar e popularizar suas demandas e bandeiras. O primeiro periódico feminino brasileiro fundado e dirigido por uma mulher foi O Jornal das Senhoras, em 1852, no Rio de Janeiro. Ele apresentava matérias sobre moda, literatura e artes e tinha o objetivo de emancipar moralmente a mulher. Entretanto, ele só foi editado por três anos (Souza, 2012. p. 19). Os jornais e revistas produzidos por mulheres foram essenciais para dar voz às suas preocupações e para mobilizar outras mulheres em torno das questões de igualdade de gênero (Farias, 2015). Contudo, devemos compreender que, em meados do século XIX, o acesso aos jornais era bastante restrito para as mulheres negras. Entre as mulheres antes escravizadas, poucas sabiam ler e escrever, uma das exceções foi Esperança Garcia, que, no início do séc XVIII escreveu uma carta denunciando os abusos que sofria no interior do Piauí.

Nesse contexto, o jornalismo, como prática de comunicação e veículo de informação, desempenha um papel essencial na interpretação e na representação da realidade social (Vizeu, 2009). Esta colocação se torna ainda mais relevante quando se trata do jornalismo televisivo, uma vez que a televisão ainda é um dos principais meios de comunicação de massa em muitas sociedades contemporâneas⁶. O telejornalismo não se restringe apenas à transmissão de informações, mas também desempenha um papel fundamental como mediador entre os eventos sociais e o público, contribuindo para a formação de opinião e para a construção de narrativas sobre o mundo ao nosso redor.

Goffman (1985) argumenta que os indivíduos desempenham papéis sociais em interações cotidianas, moldando suas apresentações de si de acordo com as expectativas sociais

⁶ Televisão é meio mais popular para acessar notícias no Brasil, diz pesquisa. Disponível em: <https://www.acaert.com.br/noticia/54743/televisao-e-meio-mais-popular-para-acessar-noticias-no-brasil-diz-pesquisa>. Acesso em: 29 mai de 2025.



e as normas culturais predominantes. Essa perspectiva do comportamento humano pode ser associada à esfera midiática, especialmente ao telejornalismo, em que a representação trabalha como agente construtor da realidade social.

Ao discutir o conceito de “fachada”, Goffman (1985) refere-se à imagem que os indivíduos apresentam ao mundo exterior, muitas vezes divergente de suas verdadeiras identidades e sentimentos. No telejornalismo, as fachadas são construídas não apenas pelos jornalistas, mas também pelas fontes de informação e pelas figuras públicas que aparecem na tela. A apresentação de uma imagem pública polida e controlada muitas vezes prevalece sobre a expressão autêntica de pensamentos e emoções, contribuindo para uma representação superficial e padronizada da realidade.

Desse modo, em contraponto, ao "lugar de referência" proposto por Vizeu (2009), é importante reconhecer o telejornalismo como não neutro ou imparcial. Assim como qualquer forma de mídia, o telejornalismo é influenciado por interesses políticos, econômicos e ideológicos, que moldam as escolhas editoriais e as narrativas apresentadas ao público.

3. Quem as define? análise do 8 de março nos telejornais da Rede Clube

Nas etapas seguintes deste trabalho, conduzimos uma análise dos três programas jornalísticos da Rede Clube⁷ (Bom dia Piauí, Piauí TV 1 e Piauí TV 2), veiculados no dia 8 de março do ano de 2023, com o objetivo de analisar as representações sociais em torno do “ser mulher”. Para isto, exploramos os aspectos da metodologia de análise de conteúdo aplicada ao contexto do telejornalismo, destacando abordagens e técnicas. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo busca compreender o significado das mensagens por trás de seu conteúdo, investigando suas influências. O objetivo principal é identificar e descrever as características do material de forma estruturada, permitindo inferências sobre os processos de produção e recepção dessas mensagens.

Herscovitz (2000) classifica a análise de conteúdo como um método que permite aos pesquisadores examinar ordenadamente o conteúdo de textos, imagens, vídeos ou outras formas

⁷ A Rede Clube é uma emissora de televisão brasileira, afiliada à Rede Globo, localizada no estado do Piauí. Fundada em 1972, a emissora tem se destacado como um dos principais meios de comunicação do estado, com uma programação que inclui jornalismo, entretenimento e esportes.



de comunicação, buscando identificar padrões, temas e discursos subjacentes. Assim, organizamos as percepções iniciais dos telejornais de acordo com a temática do 8 de março, nos encaminhando para uma observação mais aprofundada sobre o “ser mulher” a partir das categorias elencadas (Formato, ser mulher, enquadramento) e detalhadas por meio do quadro 1. Em seguida, apresentamos melhorias que podem ser adotadas em outras produções telejornalísticas.

Quadro 1. Operadores de análise

Categoria	O que se busca na categoria
Formato	Categoria em que se busca entender que formas telejornalísticas foram utilizadas para construir os conteúdos telejornalísticos sobre o 8 de março de 2023 (reportagem, entrevista, ao vivo...)
O “Ser mulher”	Categoria em que buscamos entender como mulheres foram performatizadas nas produções
Enquadramento	Categoria na qual observamos como características técnicas (enquadramento, cenário, quem fala) atuaram nas representações do “ser mulher” apresentadas pelos telejornais.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Formato

Sobre a compreensão de reportagem, Traquina (2005) explica que este é um formato jornalístico que busca investigar, apurar e narrar acontecimentos de interesse público. Nesse sentido, ela serve como uma ferramenta para informar o público, oferecendo contexto, análise e diferentes perspectivas sobre os fatos apresentados.

Já formato de entrevista ocupa um lugar relevante de credibilidade e aproximação com o público, conforme apontado por Bucci (2000). A entrevista possibilita um espaço privilegiado para a discussão de questões importantes em tempo real, permitindo que os telespectadores tenham acesso direto às opiniões e perspectivas dos entrevistados. Reportagens e entrevistas foram formatos utilizados para enfatizar o ser mulher nos telejornais da Clube.

No 8 de março de 2023, o Bom Dia Piauí (BDPI) foi o carro-chefe da programação e teve maior número de conteúdos relacionados à data, divididos entre reportagem especial e entrevistas ao vivo (externas) e no estúdio. Além de utilizar as entrevistas ao vivo para



promover ações desenvolvidas pela emissora, com a campanha S.O.S Mulher⁸, o BDPI produziu uma reportagem especial sobre caminhos de resiliência para mulheres vítimas de violência e abuso, oferecendo informações valiosas e aproximando as mulheres de conhecimentos necessários. A abordagem se utilizou do um lugar de referência do telejornalismo, defendido por Vizeu (2009), para instruir a população sobre como identificar a violência e fortalecer a vítima.

No estúdio, a apresentadora Ângela Bispo recebeu uma representante da Comissão da Mulher Advogada da OAB para conversar sobre possibilidades jurídicas de proteção das mulheres, reforçando, através da defesa dos direitos, o caráter político do 8 de março. O telejornal ainda adaptou o quadro “Guia trabalhista” para a data, falando sobre os direitos das mulheres no mercado de trabalho. Discussão que contribui para que seja reforçada a representação de uma mulher que deve ser inserida no mercado de trabalho, ter seus direitos trabalhistas respeitados e ocupar espaços que o patriarcado delegou aos homens.

As duas edições do Piauí TV essencialmente replicaram a grade do telejornal da manhã, o PITV 1ª Edição, exibiu cinco entrevistas externas, uma em estúdio e uma reportagem, relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, além de reproduzir a reportagem especial apresentada mais cedo no BDPI. Na entrevista em estúdio, a proposta era de orientar mulheres sobre como se defender de crimes virtuais, temática atual e que reforça o quanto as mulheres são vítimas de uma sociedade violenta e misógina até mesmo no ciberespaço. O segmento teve duração de 5 minutos e 22 segundos, mas se limitou somente à listagem de alguns dos crimes, carecendo de informações e uma discussão mais aprofundada do tema, uma vez que foi apontada a situação de vulnerabilidade que as mulheres se encontram nas diversas redes em que estão inseridas.

O PITV 2ª Edição exibiu três reportagens associadas ao 8 de março, com duração entre 2 a 9 minutos, somente a reportagem de Josiane Sousa intitulada “Mulheres de diferentes gerações têm Esperança Garcia como referência” teve conteúdo inédito. Com 2 minutos e 25 minutos de duração, a matéria trouxe relatos de mulheres negras de diferentes idades que

⁸ Com o objetivo de conscientizar e combater a violência contra a mulher, a campanha teve como foco a violência doméstica e o empoderamento feminino, promovendo a reflexão sobre a realidade das mulheres em situações de abuso, além de proporcionar apoio e informações úteis sobre buscar ajuda.



encontraram na história de luta de Esperança Garcia uma inspiração para superar os desafios impostos pelo patriarcado.

O “ser mulher”

Nas matérias exibidas em toda a grade dos telejornais, grande parte dos perfis encontrados quanto ao “ser mulher” estavam relacionados à força feminina, em associação com a proposta da programação do ano de 2023, que teve como foco o combate à violência contra a mulher. Essa figura foi apresentada sob vários ângulos, desde mulheres que utilizam sua influência para combater a violência até aquelas que enfrentam e superam adversidades em espaços predominantemente masculinos.

Observamos também o perfil da mulher que procura informações para seu bem-estar e mudança de vida. Essa abordagem focou não apenas na dor e o sofrimento enfrentados, mas também na determinação dessas mulheres em superar desafios e buscar uma vida melhor. A programação incluiu histórias de mulheres que, após sofrer violência, tomaram a iniciativa de se informar sobre seus direitos e recursos disponíveis para reconstruir suas vidas.

O perfil da mulher que se mobiliza pelo bem-estar de todas apareceu como uma figura engajada em causas coletivas, mostrando um comprometimento com a melhoria das condições de vida e segurança para todas as mulheres. Outras representações importantes incluíram a mulher vítima de misoginia no ambiente de trabalho e acadêmico, mesmo as que ocupam posições de destaque nestes cenários, e apresentou os desafios enfrentados em áreas em que a discriminação ainda é uma realidade. A mulher ativista também foi destacada, explorando seu papel na luta por justiça social e igualdade de direitos.

Além disso, o “ser mulher” como mãe e profissional foi abordado, ilustrando a complexidade de equilibrar responsabilidades familiares e profissionais. Abordagem que se diferencia do olhar outrora romantizado de que as mulheres deveriam ver apenas o lado positivo da maternidade e encará-la como quase sempre um caminho obrigatório.

Enquadramento



Quanto ao enquadramento, Goffman (1996) sugere que este não apenas seleciona quais eventos são dignos de cobertura, mas também molda a maneira como esses acontecimentos são interpretados pelos espectadores. Nesse sentido, as escolhas editoriais, como a linguagem utilizada, ângulos de reportagem e seleção de fontes colaboram na construção da informação, enquanto influenciam a percepção pública.

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, a emissora lançou a campanha SOS Mulher, focada no combate à violência, e exibiu reportagens e vídeos institucionais em toda a grade telejornalística, entre os dias 6 a 10 de março, além de promover uma ação social de prestação de serviços gratuitos em praça pública, na capital Teresina. Na quarta-feira, 8 de março, todos os telejornais da programação da Rede Clube foram apresentados exclusivamente por mulheres.

Neste ano, o material jornalístico tratou de tópicos como direitos das mulheres, respeito e empoderamento feminino. Devido ao enfoque da campanha S.O.S Mulher, o tema mais predominante foi a violência contra a mulher. No Bom Dia Piauí, o acolhimento de mulheres vítimas de violência ou abusos teve destaque e foi debatido em diferentes perspectivas.

Na reportagem especial sobre o que fazer após sofrer violência, a repórter Anielle Brandão iniciou seu texto falando da responsabilidade social de ouvir, respeitar, acolher, empoderar as mulheres e punir seus agressores, removendo estas vítimas de um local de culpa e vergonha. Além de conceder espaço aos relatos de superação de mulheres das mais diferentes classes sociais, raças e idades, a reportagem trouxe conteúdo informativo sobre locais de denúncia e centros de acolhimento.

Apesar da iniciativa de ter os telejornais apresentados por mulheres, nem todas as reportagens e entrevistas foram realizadas por elas. Entendemos a necessidade de considerar as circunstâncias da rotina de produção dos telejornais, entretanto, a preferência por um repórter do sexo masculino também tem algo a dizer. Em alguns destes momentos, onde os homens tomaram a frente, observamos que a ideia de empoderamento pode ser removida de contexto na falta de atenção aos detalhes na produção do texto. Desse modo, reforçamos a necessidade de dentro das redações as perspectivas de gênero serem cada vez mais discutidas. Cursos de formação contínuos poderiam auxiliar neste processo. O olhar sistêmico deve estar presente da produção da pauta ao resultado final do formato escolhido.



Para exemplificar, na reportagem exibida pelo BDPI sobre mulheres de destaque nas mais diversas áreas, o texto sugere uma maior sensibilização por parte das mulheres na função de policiais ao atender ocorrências em que uma mulher é a vítima. Esta ideia de que mulheres são mais sensíveis e frágeis tem sido perpetuada por anos, em uma ótica sexista, que as torna incapazes de lidar com situações delicadas. No caso dos homens, a empatia para com situações cotidianas não os enfraquece, mas nem sempre é tratada como uma habilidade que os mesmos precisam ter.

A fala é confrontada por uma das personagens, que acrescenta que não se deixa tomar pelas emoções em situações como estas. Aqui, levantamos o questionamento quanto a pertinência deste tópico para a construção do material, já que o propósito é o de destacar a atuação excepcional das mulheres, e não as diminuir nas entrelinhas.

A falta de novo material nos outros dois telejornais (Piauí TV 1ª Edição e Piauí TV 2ª Edição) nos conta sobre o enquadramento escolhido pela emissora, que apesar de abrir um espaço maior para discussões pertinentes e políticas no Dia Internacional da Mulher, acabou limitando este espaço ao decidir repetir o conteúdo do primeiro telejornal.

Ao contrário da série S.O.S Mulher de 2022 que fez algumas marcações que consideravam gênero sobre a perspectiva da raça e da idade, não percebemos esta construção com profundidade na série de 2023 e entedemos que explorá-la é reforçar a diversidade na qual as mulheres podem ser enquadradas.

Sugestão de melhorias

A evolução da programação dos telejornais da Rede Clube reflete o comprometimento da emissora com questões sociais relevantes, a campanha SOS Mulher foi um avanço importante para a promoção dos direitos das mulheres e o combate à violência. Entretanto, a repetição do conteúdo do primeiro telejornal nos outros dois (Piauí TV 1ª Edição e Piauí TV 2ª Edição) limitou as possibilidades de discussões oferecidas aos espectadores.

Embora a presença feminina na apresentação dos telejornais seja um passo positivo na programação, a falta de participação de mulheres nas reportagens e entrevistas pode enfraquecer o impacto desejado. Garantir que mulheres conduzam e participem ativamente de todo o



processo de produção dos telejornais seria um passo que reforçaria a mensagem de empoderamento. Contudo, a estratégia poderia ser até melhor fortalecida se os telejornais conseguissem mostrar nuances dos bastidores como a quantidade de mulheres que colaboram na produção diária dos telejornais, a quantidade de mulheres em situação de chefia, ou seja, nos mostrassem como a própria empresa se articula com as mulheres. Não se restringindo apenas a uma data.

Também é importante garantir que a linguagem e o enquadramento das reportagens não perpetuem estereótipos ou visões sexistas. A reportagem que sugere que mulheres são mais sensíveis e, portanto, mais aptas a lidar com casos envolvendo vítimas femininas é um exemplo de como a narrativa pode reforçar estereótipos negativos. O foco deve estar em destacar a competência e o profissionalismo das mulheres em todas as áreas, sem reforçar uma ótica preconceituosa.

Considerações finais

No 8 de março de 2023, os telejornais da Rede Clube mantiveram, em maioria, os formatos utilizados no ano anterior⁹, - reportagens especiais e entrevistas ao vivo -, cumprindo com as propostas destas ferramentas. Estes formatos foram pensados para destacar diferentes aspectos da vivência feminina, desde histórias de conquistas individuais até desafios enfrentados por mulheres em diversas áreas.

Quanto ao “ser mulher”, a grade telejornalística analisada conseguiu trazer uma variedade de perfis definidores, na cobertura de 2023, a personagem da “mulher forte” foi a mais pautada, em diferentes abordagens. Entretanto, em comparação com a cobertura do ano anterior nesta categoria, em 2023 houve um retrocesso quanto à representação de mulheres transgênero, além de uma representação de maior proximidade de figuras femininas.

⁹ O trabalho O “ser mulher” em programas telejornalísticos da Rede Clube, apresentado durante o 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte e também de nossa autoria considera a as representações sociais em torno do “ser mulher” em programas telejornalísticos da Rede Clube, veiculados em 8 de março de 2022.



A programação de 2023 se destacou pelo conteúdo informativo e acolhedor, com reportagens como a especial sobre o que fazer após sofrer violência, que forneceu orientações práticas e informações vitais sobre recursos disponíveis para as vítimas.

A análise permitiu que identificássemos áreas de progresso e oportunidades para uma representação mais inclusiva, apontando possíveis caminhos para melhorias na categoria “sugestão de melhorias”, contribuindo para uma maior reflexão sobre o papel do telejornalismo na formação das percepções sociais.

Referências

- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, p. 41–52, 2005.
- BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 601–607, dez. 2001.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p.9–35, 1. sem. 2005.
- DARDE, Vicente William da Silva; LEME, Fernando Albino. **Telejornalismo, narrativas e representações**: um estudo sobre o aniversário da cidade de São Paulo no SPTV. *RuMoRes*, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 288–309, 2016.
- DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 95–105, 2017.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970 [1898].
- FARIAS, Leidiane Alves de. **Comunicação e feminismo**: experiências ciberfeministas no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes. 1985.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- JARDIM, Célia Regina Pinto. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010.
- JESUS, Cassiano Celestino de; ALMEIDA, Isis Furtado. O Movimento Feminista e as Redefinições da Mulher na Sociedade após a Segunda Guerra Mundial. **Boletim Historiar**, [S. l.], n. 14, 2016.
- KEBIAN, Giovana; SACRAMENTO, Igor. Silenciamento de mulheres jornalistas: gênero, violência e autointerdição. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 21, n. 1, p. 1–14, jan./jun. 2024.
- MAZOTTE, Natália. TOSTE, Verônica. (coords.). **Mulheres no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Abraji e Gênero e Número, 2017.



MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska. A (ausência da) mulher como sujeitos nos/ dos telejornais: um deserto noticioso que contribui para a desinformação. *In*: PEREIRA, Ariane *et al.* (org).

Qualificação da informação telejornalística: Propostas teórico-metodológicas de combate à desinformação. 1.ed. Florianópolis: Insular, 2022, v.14, p.145-166.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 61, p. 139–155, 2004.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura história em debate**. São Paulo: UNESP, 1995, p. 81–91.

ROCHA, Luis Fernando. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 34, n. 1, p. 46–65, jan. 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. **Feminismo no Brasil**: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre modos de produção das notícias. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOIHET, Rachel. A história das mulheres: cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7–30, 2001.

SOUZA, Lidiane Aparecida Silva de. **Imprensa feminina**: a mulher vista nas páginas das revistas. 2002. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002.

VIZEU, André. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 77-83, 2009.



A representação do negro no espaço público através da publicidade capixaba no Festival Colibri

Black representation in public space through espírito santo advertising at Festival Colibri

Vinicius Araujo de Freitas¹

Lívia Silva de Souza²

Resumo: A pesquisa analisa a representação da negritude no espaço público por meio da publicidade, com base em campanhas premiadas no Festival Colibri 2023. Utilizando a semiótica greimasiana (Greimas; Courtés, 1979), foram examinados os níveis discursivo, narrativo e fundamental. Os resultados indicam que a figura do negro é retirada do estereótipo e passa a ser referência, mas a representatividade ainda é limitada, com apenas seis das 41 peças apresentando negros.

Palavras-chave: Negro; Espaço Público; Publicidade Antirracista; Semiótica Greimasiana; Festival Colibri

Abstract: This research analyzes the representation of Black individuals in public spaces through advertising, based on campaigns awarded at the 2023 Festival Colibri. Using Greimasian semiotics (Greimas; Courtés, 1979), the study examined the discursive, narrative, and fundamental levels of meaning. The results indicate that Black figures are removed from stereotypical roles and portrayed as references; however, representativity remains limited, with only six out of 41 campaigns featuring Black individuals.

Keywords: Black representation; Public space; Antiracist advertising; Greimasian semiotics; Festival Colibri.

¹ Recém-graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Pesquisador do GP Comunicação e Consumo (Ufes). E-mail: viniciusaraujo66@gmail.com

² Orientadora do trabalho. Docente no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do GP Comunicação e Consumo (Ufes) e do GES3 (USP). E-mail: livia.souza.37@ufes.br



Introdução

A publicidade desempenha um papel central na construção de significados e identidades culturais. No Espírito Santo, a forma como o espaço público é representado nas campanhas publicitárias reflete dinâmicas sociais e econômicas específicas. Segundo Mayol (2013), o conceito de morar transcende o ambiente privado da casa, expandindo-se para o bairro e a cidade, onde os indivíduos interagem e constroem significados compartilhados. Complementando essa perspectiva, DaMatta (1997) propõe a distinção simbólica entre casa, associada à proteção e igualdade, e rua, marcada pela insegurança e individualismo — oposição que ajuda a compreender como o espaço público é vivenciado e representado na cultura brasileira, especialmente em contextos midiáticos.

Este estudo investiga como a figura do negro é representada nos rituais de consumo no espaço público, a partir da análise de campanhas premiadas no Festival Colibri 2023, evento organizado pelo Sindicato das Agências de Propaganda do Espírito Santo (Sinapro-ES), que reconhece as melhores produções da publicidade capixaba e atua como instância de legitimação (Ribeiro, 2016) no setor. Embora o foco inicial da pesquisa estivesse voltado apenas para a representação do espaço público, tornou-se evidente, ao longo do processo, a necessidade de abordar a presença e o papel do negro nesse contexto.

A relevância deste estudo reside na análise da representatividade negra na publicidade capixaba, especialmente diante dos avanços promovidos pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). No âmbito público, o Estatuto determina que o poder público fomente a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade racial nos meios de comunicação. No campo privado, embora o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) proponha a representação da diversidade brasileira de forma ética e respeitosa, historicamente essa prática tem se mostrado restrita e estereotipada. Como observam Leite e Batista (2019), o racismo na publicidade manifesta-se de maneira sutil e cordial, exigindo uma análise crítica não apenas da presença de pessoas negras, mas da profundidade de suas representações. Como espaço de disseminação de significados culturais (Canclini, 1995; McCracken, 2010), a publicidade tanto pode reforçar estereótipos quanto contribuir para sua desconstrução.



Diante desse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte questão central: de que forma o negro é representado em seus rituais de consumo no espaço público capixaba por meio da publicidade? Para isso, estabelece como objetivo geral analisar a representação da figura do negro nas campanhas premiadas no Festival Colibri 2023, utilizando a metodologia da semiótica greimasiana (Greimas; Courtés, 1979). Especificamente, busca-se: (1) compreender de que modo essas campanhas articulam práticas de consumo e representações do espaço público; e (2) analisar o papel do Festival Colibri como instância de legitimação das práticas publicitárias no Espírito Santo.

Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da Iniciação Científica, vinculada ao projeto "As Representações do Morar na Publicidade Capixaba", com foco na presença do negro nos rituais de consumo no espaço público. A análise foi conduzida a partir da metodologia da semiótica greimasiana (Greimas; Courtés, 1979), que permite compreender as camadas de significação presentes nas peças publicitárias por meio do percurso gerativo de sentido, abrangendo os níveis fundamental, narrativo e discursivo.

Inicialmente, o *corpus* da pesquisa incluiria campanhas de cinco edições do Festival Colibri. Contudo, devido à dificuldade de acesso a bases de dados consolidadas para os anos anteriores, optou-se por restringir a análise à edição de 2023, cujas campanhas indicadas ao shortlist e premiadas permaneceram disponíveis no site oficial do festival. Essa disponibilidade viabilizou a constituição de um *corpus* mais consistente para a pesquisa.

Com essa estrutura, o estudo pretende contribuir para as discussões sobre representatividade racial na publicidade local e seus impactos na construção de identidades e imaginários sociais.

Referencial teórico-metodológico

Esta pesquisa adota como conceito central o de representação, compreendida como construção social e cultural, e não mero espelhamento da realidade. Para Stuart Hall (2016), a cultura é formada por "significados compartilhados", organizados por meio da linguagem, que constitui um "sistema de representação" ao atribuir sentidos a objetos, práticas e conceitos.



No âmbito das representações sociais, Hall (2016, p. 13) destaca que a representação constitui identidades: "a representação surge como 'representação política' que, em seu ato de representar, constitui não somente a identidade, mas a própria qualidade existencial". Nesse contexto, a ausência ou a distorção da representação implica formas de exclusão. A diferença racial, segundo o autor, costuma ser construída de maneira binária e polarizada, especialmente na mídia, o que alimenta estereótipos e simplificações.

A publicidade, enquanto vetor de circulação simbólica, exerce papel crucial nesse processo. Fernandes (2022, p. 6) ressalta que "a publicidade é uma forma de comunicação carregada de repertório simbólico capaz de refletir os interesses sociais, ao passo que busca também sensibilizar consumidores para os produtos anunciados". Assim, tanto pode reforçar estereótipos quanto contribuir para sua desconstrução. Nesse sentido, Fernandes (2023) aponta a importância das "representações contraintuitivas", estratégias que desafiam estereótipos e promovem transformações culturais ao incentivar a revisão de crenças e preconceitos.

O consumo, articulado à identidade e à cidadania, também é central nessa dinâmica. Para Néstor García Canclini (1995), o consumo tornou-se prática cultural pela qual indivíduos expressam pertencimentos sociais e definem suas inserções na sociedade. Grant McCracken (2010) complementa, apontando que os bens de consumo são instrumentos-chave na reprodução e transformação cultural, sendo a publicidade o sistema que organiza e transfere seus significados simbólicos.

Em relação ao espaço público, este estudo baseia-se nas contribuições de Pierre Mayol (2013) e Roberto DaMatta (1997). Para Mayol (2013), o bairro funciona como extensão da casa, configurando um espaço de convivência contínua, moldado pela proximidade e pela repetição das interações. Já DaMatta (1997) diferencia a casa — associada à proteção e igualdade — da rua, marcada pela individualização, disputa e insegurança, ressaltando a tensão entre os domínios privado e público na cultura brasileira. Com base nessas definições, esta pesquisa compreende o espaço público como lugar de interação coletiva, troca cultural e negociação de identidades, adotando um critério ampliado que inclui tanto espaços externos quanto espaços simbólicos³ de acesso coletivo.

³ Para esta pesquisa, considera-se espaço público não apenas os ambientes externos e abertos (como ruas e praças), mas também contextos simbólicos de acesso coletivo e convivência, como centros culturais, museus ou instituições



Quanto à identificação da representação negra, utilizou-se o critério da heteroidentificação, conforme Fernandes (2022), respeitando características fenotípicas (cor da pele, cabelo, traços faciais) e marcadores culturais da negritude, reconhecendo a complexidade social associada às leituras identitárias.

A metodologia empregada fundamenta-se na semiótica greimasiana (Greimas; Courtés, 1979), que propõe o percurso gerativo de sentido⁴ estruturado em três níveis. O nível fundamental organiza as oposições semânticas ideológicas, como exclusão e pertencimento. O nível narrativo descreve os percursos dos sujeitos em busca de objetos de valor, passando pelas etapas de competência (capacidade de agir), performance (realização da ação) e sanção (avaliação do desempenho). O nível discursivo concretiza esses sentidos na linguagem verbal, visual ou sonora, articulando categorias como tempo, espaço, atores e valores simbólicos. Essa articulação permite uma análise crítica das estratégias de representação do negro no espaço público construídas nas campanhas publicitárias analisadas.

Resultados e discussão

A análise das campanhas premiadas no Festival Colibri 2023 revelou que, das 41 selecionadas, apenas seis apresentavam pessoas negras em ambientes de espaço público, evidenciando a sub-representação da população negra na publicidade capixaba, mesmo entre as peças consideradas referência no mercado local.

Para a análise aprofundada, foram escolhidas duas campanhas específicas: "Receitas da Floresta" (Vale) e "Referências" (Centro de Referências da Juventude). A primeira consiste em um outdoor que explora a relação entre sustentabilidade e identidade negra por meio da figura de uma chef renomada; a segunda, em um vídeo de 1 minuto que apresenta jovens negros como referências positivas em espaços periféricos urbanos. A seleção de apenas duas peças entre as seis identificadas foi necessária devido à complexidade da análise semiótica greimasiana

públicas, nos quais ocorrem interações sociais, negociações de identidade e submissão a normas sociais compartilhadas. Essa definição ampliada está fundamentada nas contribuições de Mayol (2013) e DaMatta (1997).

⁴ Percurso que descreve o caminho realizado pelo sujeito para alcançar um objeto de valor no enunciado.



(Greimas; Courtés, 1979), que demanda o exame minucioso dos níveis fundamental, narrativo e discursivo. O recorte visou garantir a viabilidade do estudo no cronograma da iniciação científica, preservando a qualidade e o rigor analítico.

O mapeamento das peças utilizou como referência o conceito de espaço público discutido na metodologia, entendido como um lugar de interação coletiva, negociação de identidades e sujeição a normas sociais compartilhadas (Mayol, 2013; DaMatta, 1997). A partir desse conceito, foram estabelecidas três categorias analíticas: representação direta, quando o espaço público aparece visivelmente nas campanhas (ruas, praças, ambientes externos); indireta, quando evocada por espaços de acesso coletivo como museus e centros culturais; e ausente, quando não há representação do espaço público.

A escolha dessas categorias permitiu operacionalizar um conceito complexo, viabilizando a identificação de diferentes níveis de apropriação do espaço público nas peças publicitárias. Além disso, possibilitou uma comparação mais precisa sobre como as campanhas dialogam com noções de coletividade, cidadania e pertencimento. Com base nesses critérios, as peças repetidas foram eliminadas, organizando-se as demais no quadro 1 para a análise.

Quadro 1. Campanhas premiadas do Festival Colibri 2023 selecionadas para análise

Campanha	Agência de publicidade	Representação do espaço público	Nível representativo	Representação Racial
A modelo hackeada	Prósper	Sim	Indireto	Não
Unimed tá te querendo	MP	Não	Não	Não
A melhor rede de cuidados	MP	Não	Não	Não
Seja um vencedor	Chuva	Sim	Direto	Sim
50 anos	Target	Não	Não	Sim
Sem foco	MP	Não	Não	Não
Mechan banco de sangue na reserva	MP	Não	Não	Não
Silencioso	MP	Não	Não	Não
Black Plus	Target	Não	Não	Não



Tempere o seu aí	Fire	Não	Não	Não
Dois lados	MP	Não	Não	Não
23 quartos	Danza	Não	Não	Não
Quando você faz, tudo se transforma	Ampla	Não	Não	Não
Anúncio marcas	MP	Não	Não	Não
Containers	Danza	Sim	Indireto	Não
Destaque e destaque-se	Chuva	Não	Não	Não
Movimentos involuntários	Chuva	Não	Não	Não
BandNews 6 anos	MP	Não	Não	Não
Passo o ponto	MP	Sim	Indireto	Não
Não entre	Fire	Sim	Indireto	Não
Lave-me	TIPZ	Sim	Direto	Não
Braçadeira de Vacinação	MP	Não	Não	Sim
Ala da Cora - carnaval de Vitória	Prósper	Sim	Direto	Sim
Lei Maria da Penha	Ampla	Não	Não	Não
Catena Aurea	Target	Não	Não	Sim
Ativa Brasil	Target	Sim	Indireto	Sim
Carol Giuberti	Target	Não	Não	Não
Bolacha de chopp - Plena Pneus	Transform	Não	Não	Não
Registro de nascimento	SET	Não	Não	Não
Barões da obrinha	Chuva	Não	Não	Não
Goleiro Tomate	MP	Não	Não	Sim
Open to donate	MP	Não	Não	Sim



Mãe e filho	Fire	Não	Não	Sim
Toks da Cesan	Fire	Não	Não	Sim
Vídeo sem fazer barulho	MP	Sim	Direto	Não
O primeiro Natal de Baunilha e Amora	SET	Não	Não	Não
Rostos agasalhos	Fire	Não	Não	Não
Preciso de espaço	SET	Sim	Direto	Sim
Banco de sangue na reserva	MP	Não	Não	Não
Receitas da floresta	Fire	Sim	Direto	Sim
Referências	MP	Sim	Direto	Sim

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do site do Festival Colibri (2023).

Além desse mapeamento, é essencial apresentar o quadro que sintetiza os recortes e as porcentagens das peças analisadas, evidenciando a presença de figuras humanas, a representação do negro, do espaço público e, especificamente, do negro no espaço público. A seguir, apresenta-se o quadro com esses dados.

Quadro 2. Distribuição e porcentagem das peças publicitárias por recorte de análise

	Quantidade	Porcentagem em relação à totalidade das peças analisadas
Total de peças selecionadas para compor o corpus final das análises	41 peças	100%
Quantidade de peças com figuras humanas	25 peças	60,9%
Quantidade de peças com a representação do negro	13 peças	31,7%
Quantidade de peças com a representação do espaço público	15 peças	36,5%
Quantidade de peças com a	6 peças	14,6%



representação do negro no espaço público		
--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 1 demonstra que, das 41 peças analisadas, apenas uma pequena parcela apresenta a representação do negro, sendo ainda menor o número de campanhas que o situam em espaços públicos. Esse panorama reforça a sub-representação da população negra na publicidade capixaba. Já o quadro 2 complementa essa análise ao fornecer dados quantitativos que organizam o *corpus* e evidenciam os principais recortes raciais. Para a construção do quadro 2, utilizaram-se procedimentos quantitativos auxiliares, como a contagem de peças e o cálculo de porcentagens relativas aos critérios definidos. Ressalta-se, contudo, que a abordagem principal deste estudo permanece qualitativa, fundamentada na análise semiótica dos discursos publicitários. A quantificação dos dados serviu apenas para facilitar a visualização e a delimitação do *corpus* a ser analisado. A seguir, apresenta-se a análise das peças selecionadas com base na metodologia da semiótica greimasiana (Greimas; Courtés, 1979).

Análise das Campanhas Selecionadas

Na campanha "**Receitas da Floresta**", da Vale, a análise semiótica greimasiana (Greimas; Courtés, 1979) revela uma representação que rompe com estereótipos tradicionais. No nível discursivo, a composição visual centraliza a chef negra Kátia Barbosa em posição de autoridade, com expressão confiante e uniforme azul, reforçando sua imagem de profissionalismo e competência. O fundo verde, que remete à floresta e à natureza, vincula simbolicamente a personagem aos valores de sustentabilidade associados à marca.

Essa construção não apenas desloca a representação negra para uma posição de destaque, mas também insere essa figura em um espaço público simbólico — o outdoor, por si só, já é um meio de ocupação visual da cidade, um suporte de comunicação que atua diretamente na disputa simbólica por visibilidade no espaço urbano. Como aponta DaMatta (1997), a rua é o lugar da exposição e da individualização; nesse sentido, a presença de uma mulher negra ocupando esse espaço discursivo com autoridade e valorização profissional rompe com a lógica



da subalternidade frequentemente atribuída a corpos negros na publicidade (Leite; Batista, 2019). A campanha, portanto, promove uma reconfiguração da presença negra no espaço público, ao não apenas incluí-la, mas elevá-la ao status de referência positiva, conhecimento técnico e poder simbólico. A seguir, apresenta-se a imagem do outdoor analisado (Figura 1), que serve como base visual para a aplicação da metodologia semiótica proposta.

Figura 1. Outdoor da campanha "Receitas da Floresta" – imagem da campanha publicitária "Receitas da Floresta", destacando a chef Kátia Barbosa e os elementos visuais da peça



Fonte: Fire Comunicação. Disponível em: www.agenciafire.com.br/vale-receita-florestal.html. Acesso em: 10 mar. 2024.

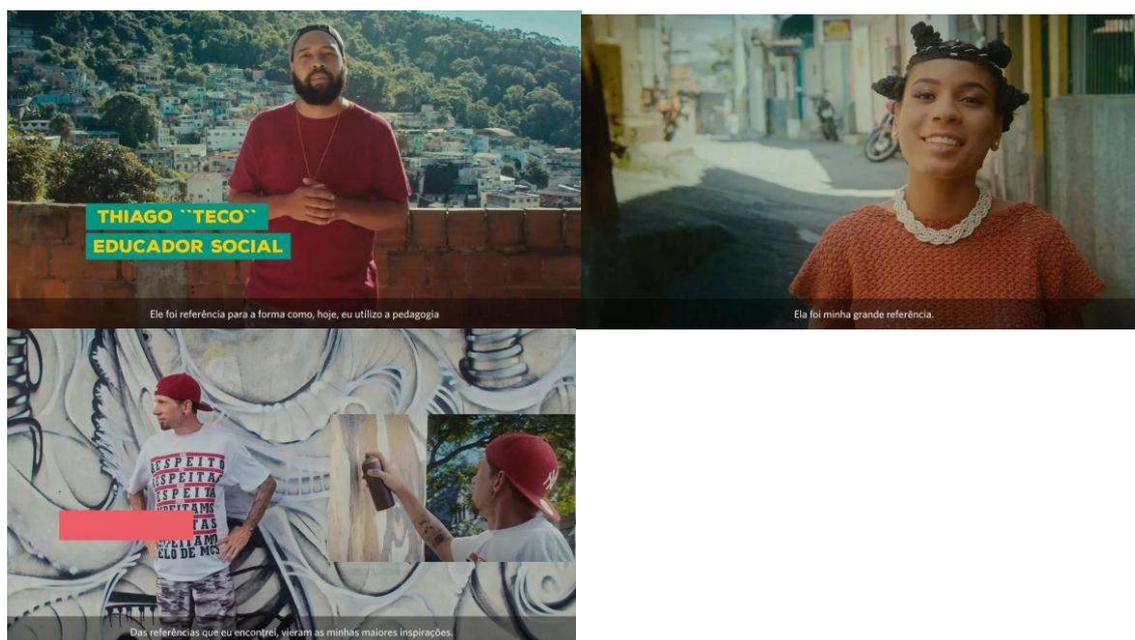
No nível fundamental, a oposição semântica entre exploração (disfórica) e sustentabilidade (eufórica) estrutura o discurso e revela uma tentativa de reposicionamento simbólico da marca. No nível narrativo, a chef é apresentada como sujeito da ação, atravessando etapas de transformação e sanção, indicadas pela apresentação do prato finalizado e por sua expressão de satisfação, o que sinaliza o êxito da performance.

Na campanha "**Referências**", do **Centro de Referência da Juventude (CRJ)**, a análise destacou três personagens — Teco (educador social), Fagundes (grafiteiro) e Quitéria (trancista e empreendedora). No nível discursivo, o vídeo apresenta cenas situadas em espaços urbanos periféricos, como favelas, praças, escadarias e muros grafitados, compondo uma representação realista dos territórios populares de convivência e resistência cultural. Esses espaços não funcionam apenas como cenário, mas como enunciadores simbólicos da ação, sendo ativados pelas práticas dos personagens, que os ressignificam como lugares de visibilidade, afeto e produção de saber. Nessa perspectiva, o espaço público é entendido, à luz de Mayol (2013) e DaMatta (1997), como lugar de trocas sociais, onde os indivíduos negociam suas identidades e se expõem às normas compartilhadas. A ocupação dessas paisagens urbanas



reforça o espaço público como território de disputa simbólica e afirmação de identidades negras, rompendo com os regimes de representação racializados historicamente impostos à população periférica, conforme discutido por Hall (2016).

Figura 2. *Frames* do vídeo "Referências" – cenas da campanha publicitária "Referências", exibindo os personagens (Tico, Fagundes e Quitéria) em ambientes de espaços públicos



Fonte: Centro de Referências da Juventude. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=wsmNYGKRiI8. Acesso em: 10 mar. 2024.

No nível narrativo, cada personagem possui um percurso de transformação. Teco, o educador social, é mostrado inspirando crianças, enquanto Fagundes pinta grafites que simbolizam sua conexão com a arte e a cidade. Quitéria, como trancista e empreendedora, é centralizada em um retângulo, refletindo seu papel de referência e profissionalismo.

Temos, portanto, no nível fundamental, a oposição Marginalidade (disfórico) x Referência / Centralidade (eufórico), que perpassa as histórias de vida dos três personagens e comunica a importância de espaços públicos como é o caso do CRJ.

Considerações finais



Este estudo analisou como a publicidade capixaba tem representado a figura do negro nos rituais de consumo no espaço público, a partir de campanhas premiadas no Festival Colibri 2023. Com base na metodologia da semiótica greimasiana (Greimas; Courtés, 1979), buscou-se compreender as camadas de significação atribuídas às personagens negras, considerando as dimensões simbólicas do espaço público e os regimes de representação racializados que permeiam a cultura midiática, conforme discutido por Hall (2016).

Os resultados evidenciam a presença de representações contraintuitivas, em que o negro é deslocado de papéis estereotipados e posicionado como referência de saber, ancestralidade e protagonismo. No entanto, essas representações ainda são exceções dentro do *corpus* analisado. O número reduzido de peças que inserem personagens negros em contextos de espaço público revela uma sub-representação significativa, o que reforça a persistência de desigualdades simbólicas.

A publicidade, ao moldar discursos sociais, desempenha papel central na legitimação de práticas culturais e visões de mundo. A articulação entre consumo e espaço público, como apontam Canclini (1995) e Mayol (2013), revela que essas práticas não apenas refletem, mas também produzem formas de pertencimento e cidadania. Nesse contexto, o apagamento ou a superficialidade da presença negra nos espaços públicos da publicidade evidencia desafios que ainda precisam ser enfrentados.

A delimitação do *corpus* às campanhas de 2023 constituiu uma escolha metodológica estratégica, viabilizando uma análise aprofundada das práticas publicitárias locais, em consonância com o escopo de uma pesquisa de iniciação científica.

Este trabalho contribui para os debates sobre representatividade racial na publicidade e para a compreensão da construção simbólica dos espaços urbanos na mídia. Pesquisas futuras poderão ampliar o recorte temporal, incorporar outras premiações publicitárias e aprofundar a análise de como os espaços públicos são tensionados, disputados e ressignificados pelas representações do negro na comunicação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Seção 1.



Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CERTEAU, Michel de *et al.* O bairro. *In*: CERTEAU, Michel de *et al.* **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 37-45.

CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA (CONAR). **Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária**. São Paulo: CONAR, 2022. Disponível em: <https://www.conar.org.br/codigo/index.html>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FERNANDES, Pablo Moreno. Raça, gênero, classe e outras interseccionalidades na comunicação de marcas: uma proposta de análise interseccional semiótica. **Famecos**: Mídia, Cultura e Tecnologia, Porto Alegre, v. 30, p. 1-22, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/43673/27991>. Acesso em: 29 abr 2025.

FERNANDES, Pablo Moreno. Racismo e invisibilização: representatividade negra em anúncios de revista. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 25, p. 1-32, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/2384/2081>. Acesso em: 29 abr 2025.

FESTIVAL COLIBRI. **Festival Colibri**, 2023. Disponível em: <https://www.festivalcolibri.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização Arthur Ituassu. São Paulo: Apicuri, 2016.

LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo. **Publicidade antirracista: reflexões, caminhos e desafios**. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes, 2019. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/431. Acesso em: 9 set. 2024.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/37130353/ROBERTO_DAMATTA_A_CASA_E_A_RUA. Acesso em: 29 abr 2025.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura e consumo**: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

RIBEIRO, Eric Anacleto. Publicidade no Brasil: o advento da criatividade e de suas instâncias de consagração e legitimação cultural. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2017-1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.



Covid-19 no Brasil:
Um estudo sobre a polarização política e a empatia em tempos de crise

Covid-19 in Brazil:
A study on political polarization and empathy in times of crisis

Ana Kelli Fonseca¹

Resumo: Buscamos explorar a maneira como a pandemia da Covid-19 expôs e agravou as fragilidades sociais e institucionais no Brasil, destacando a polarização política e a instrumentalização da empatia. O objetivo é compreender como, em muitos casos, a empatia pode exacerbar as divisões sociais e perpetuar o distanciamento entre diferentes grupos, evidenciando como essa dinâmica se tornou ainda mais problemática durante a crise sanitária.

Palavras-chave: Polarização Política; Pandemia; Empatia; Desumanização; Guerras Culturais.

Abstract: We aim to explore how the Covid-19 pandemic exposed and worsened social and institutional weaknesses in Brazil, highlighting political polarization and the instrumentalization of empathy. The objective is to understand how, in many cases, empathy can exacerbate social divisions and perpetuate the distancing between different groups, emphasizing how this dynamic became even more problematic during the health crisis.

Keywords: Political Polarization; Pandemic; Empathy; Dehumanization; Cultural Wars.

¹ Recém-graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestranda em Comunicação Social pela UFRJ. E-mail: anakellifons@gmail.com



Introdução

Em seu livro "Ensaio sobre a Cegueira", José Saramago (1995) não acreditava que epidemias pudessem transformar uma sociedade, mas sim nos ajudar a enxergar a verdade (Krastev, 2020). Sua obra nos coloca em um futuro distópico, onde a cegueira funciona como uma metáfora para nos mostrar como uma crise pode afetar as relações humanas, destacando o egoísmo, a falta de empatia e a ineficiência governamental. A pandemia da covid-19 conseguiu revelar muitas dessas questões, uma vez que mostrou como uma emergência de saúde pública pode expor e agravar fragilidades sociais e institucionais que já existiam.

Para entendermos a crise causada pela covid-19, é essencial voltarmos aos anos 1990 no Brasil, período que ficou marcado pelo crescimento do neoliberalismo, principalmente, no governo de Fernando Collor de Mello. A administração do ex-presidente brasileiro propôs diversas medidas, como a criação de uma nova moeda, a privatização de estatais, a abertura do mercado nacional e a implementação de novas leis trabalhistas. Esse modelo baseava-se na ideia de que o indivíduo era o único responsável por seus problemas, o que possibilitou a promoção da meritocracia, da competitividade e da noção de "empreendedor de si mesmo". Como resultado, pudemos perceber uma diminuição da solidariedade e um aumento das desigualdades sociais.

No livro, a personagem "mulher do médico" é a única que continua enxergando e acompanha seu esposo até o manicômio onde o governo isola os doentes. Lá, ela testemunha o impacto da crise nas pessoas: egoísmo, autoritarismo, violência e ganância em meio ao caos gerado pela falta de informação. Durante a pandemia, observamos comportamentos semelhantes, que ilustraram a premissa de Saramago.

Em 2020, percebemos o quanto estamos presos a um modelo que promove um egoísmo que beira a autodestruição. Naturalizamos tanto o sistema neoliberal que nem conseguimos reconhecer seu caráter destrutivo. Na obra de Saramago (1995), o vírus se espalha por todos, democraticamente, mas aqui no Brasil, as desigualdades sociais evidenciaram quem foram os mais afetados. A impossibilidade de isolamento devido à falta de saneamento básico, moradias adequadas, necessidade de trabalhar e a ineficiência do governo em lidar com o problema de



forma responsável, fez com que as classes trabalhadoras negras e pobres fossem as mais prejudicadas, como aponta a pesquisadora Ana Paula Evangelista à Rádio Poli².

Devido à naturalização do neoliberalismo e às declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro, muitos que aderiram à lógica do “empreendedor de si mesmo” defenderam a volta à normalidade principalmente por preocupações com a renda. Motoristas de Uber, entregadores e pequenos comerciantes foram severamente impactados, porque o auxílio emergencial só foi aprovado em abril de 2020, no valor de seiscentos reais por mês. Em contrapartida, grandes comerciantes, que também apoiavam a ideia de retornar à normalidade, não queriam perder lucros devido à falta de atividade. Embora pudessem permanecer em isolamento, esperavam que seus empregados, geralmente de classes sociais mais baixas, voltassem ao trabalho para que eles pudessem manter seus ganhos. Esse cenário alimentou o debate polarizado entre “fica em casa” e “volta à normalidade”.

No dia 20 de junho de 2020, o Brasil atingiu a marca de 50 mil mortes causadas pela covid-19. Nesta data, o Jornal Nacional, telejornal de maior audiência no Brasil, apresentou um editorial, utilizando fotos das vítimas e discursos que ressaltavam a empatia e a necessidade de união nacional. William Bonner, âncora e editor chefe do telejornal, durante a exibição do programa, foi enfático ao afirmar que a História atribui tanto glória quanto desonra, referindo-se àqueles que, em vez de contribuir para a contenção do vírus, estavam dificultando os esforços para combatê-lo. Este editorial se tornou tema de discussão no programa televisivo Altas Horas, onde a jornalista Renata Vasconcellos enfatizou a importância da empatia:

“É importante que as divergências existam, sem divergências você não constrói uma nação, mas eu me refiro à empatia, de se colocar no lugar de quem sofre, de quem perdeu um parente. E nós temos isso. A gente tem, o brasileiro tem essa capacidade de se unir na crise e se reconhecer no outro. Então, eu acredito na capacidade do brasileiro de reunir essa empatia”.

Na obra de Saramago (1995), o grupo também se divide em dois: o primeiro segue a base da solidariedade, liderado pela mulher do médico, enquanto o segundo se baseia no egoísmo, com homens que se apropriam da comida enviada pelo governo e a oferecem em troca

²Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>>. Acesso em: 25 jul. 2024.



de dinheiro ou relações sexuais coercitivas. Assim como na pandemia, podemos perceber a falta do que na contemporaneidade é entendido como empatia, abordada pela Renata Vasconcellos, e o abuso de poder por parte daqueles que usurparam o que naquele momento era mais importante: a comida.

1. Metodologia

A pesquisa busca responder à seguinte questão: até que ponto a empatia individual poderia ser a solução para os desafios enfrentados pelo nosso país durante a pandemia da covid-19? A partir disso, refletiremos sobre essa pergunta por meio de um ensaio teórico sobre o tema em três momentos. Inicialmente, iremos refletir sobre a polarização política e como o fenômeno da simpatia pode amplificá-lo, a partir dos autores David Hume (2009) e Adam Smith (1999). Depois, seguindo a ideia de “empatia cognitiva” defendida pela autora Anna Donise (2020), apresentaremos o contexto no qual o país estava imerso durante a pandemia e como determinada forma de empatia pode ter sido usada como estratégia do governo Bolsonaro. Em seguida, discutiremos sobre os distanciamentos invisíveis vigentes em nossa sociedade e a desumanização do outro causada pela polarização, por intermédio do autor Roman Krznaric (2015).

A metodologia escolhida é bibliográfica, analítica e interpretativa, com o foco na análise e na articulação teórica entre diferentes autores que serão mobilizados ao longo do texto. O trabalho tem como objetivo refletir sobre os limites e as possibilidades da empatia individual como solução aos desafios enfrentados pelo Brasil durante a pandemia da covid-19.

2. As guerras culturais e a polarização política

O conceito de Guerras Culturais surge nos Estados Unidos e refere-se às intensas disputas morais, abrangendo temas como raça, gênero, religião, aborto, a posição da mulher na sociedade, sexualidade, exposições artísticas, entre outros. Este termo, reintroduzido pelo sociólogo conservador James Hunter (1991), descreve a divisão profunda da sociedade causada



por interpretações morais opostas. Assim, essas batalhas culturais geram um elevado nível de polarização, dificultando o debate político (Melo; Vaz, 2021).

Com a formação desses conflitos, ocorre uma mudança na perspectiva política: candidatos começam a incitar a produção de disputas morais como uma estratégia eleitoral. Dessa forma, eles conseguem forçar seus oponentes a adotar opiniões mais radicalizadas, criando uma discussão que envolve toda a nação, onde um lado precisa ser escolhido, caracterizando a polarização política. Antes, o discurso moderado e centrado era visto como necessário para ganhar eleições; agora, as disputas tornaram-se a estratégia predominante.

Segundo os autores Paulo Vaz e Cristina Teixeira de Melo (2021), quando as disputas morais são vistas apenas a partir de duas perspectivas, sem levar em consideração suas nuances e complexidades, fica evidente que a importância não está em tentar resolver ou compreender o assunto, mas sim em obter a vitória sobre a opinião contrária.

A tensão entre grupos que defendem diferentes opiniões, projetos de governo e interesses individuais é inerente ao sistema democrático. No Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, houve mobilizações das centrais sindicais e estudantis, a fim de incentivar parte da população ao engajamento político. Quando o presidente Lula assumiu o poder pela primeira vez em 2002, muitas das demandas desses grupos foram atendidas, o que resultou em um apaziguamento dessas mobilizações. No entanto, com a “revolta dos 20 centavos³” que ocorreu em 2013, a dicotomia entre a direita e à esquerda ressurgiu no país (Filho; Modesto, 2021).

Foi a partir desse ressurgimento que a população começou a se mobilizar em torno de reivindicações distintas. Exemplo disso são as campanhas eleitorais presidenciais de 2014 e 2018 que foram marcadas por discursos polarizados, tanto no âmbito dos candidatos quanto no da população. As redes sociais tiveram um papel primordial ao amplificar esses debates, o que intensificou ainda mais as tensões políticas já existentes (Gloria Filho; Modesto, 2021).

Em 2018, o Brasil viveu um ano de eleições presidenciais intensamente marcado por disputas, especialmente no meio digital. Nesse ambiente, desinformações, ataques a jornalistas e teorias conspiratórias foram disseminados de maneira constante, dividindo ainda mais a população entre esquerda e direita. A extrema-direita, liderada por Jair Messias Bolsonaro,

³ Um movimento de protesto desencadeado pelo aumento da passagem de ônibus que se expandiu para abarcar a insatisfação com os gastos da Copa do Mundo de 2014 e as alegações de corrupção na política e no governo de Dilma Rousseff.



fomentou uma dinâmica de medo, na qual ele era apresentado como o "salvador da pátria", reforçando essa imagem até em seu próprio nome.

Bolsonaro utilizou uma estratégia baseada na criação de ameaças que ele poderia supostamente resolver, como no caso da desinformação do "kit gay", em que alegou que a eleição de Fernando Haddad colocaria as crianças em risco. Essa abordagem polarizadora se manteve ao longo de todo o seu governo, com o objetivo de radicalizar ainda mais seus seguidores, mantendo-os leais a ele. Longe de buscar consenso, sua tática era intensificar os conflitos, solidificando o apoio daqueles que o viam como o único capaz de enfrentar a suposta ameaça representada pela esquerda. Essa dinâmica de polarização não só reduz a complexidade dos debates, mas também intensifica o conflito entre diferentes perspectivas, criando um ambiente onde o entendimento se torna escasso. A divisão da sociedade em campos opostos, muitas vezes irreconciliáveis, contribui para a desumanização do "outro" e dificulta a construção de um diálogo produtivo e compreensivo.

A construção desse diálogo, por sua vez, não raro recai sobre a empatia. Seria ela uma resposta possível para a polarização? No senso comum, a empatia é frequentemente entendida como a capacidade de se colocar no lugar do outro. Para compreender o termo, no entanto, é essencial revisitar seu antecessor, a "simpatia", trabalhada por filósofos, como David Hume (2009) no século XVIII.

Para Hume (2009), a simpatia é uma força involuntária que nos direciona a determinadas ações, sendo quase uma transmissão automática dos sentimentos de uma pessoa para outra. Ele argumenta que a Constituição da Natureza Humana é adaptada para despertar a compaixão e, que quanto mais próximos estamos de alguém, seja espacial ou socialmente, mais facilmente captamos a ideia de seus sentimentos.

Hume (2009, p. 351) ainda sugere que a simpatia é a "propensão que temos para simpatizar com os outros e receber por comunicação, suas inclinações e seus sentimentos". No escopo dessa definição, o fanatismo pode ser entendido como tendo sua origem na simpatia, levando à formação de bolha, através do movimento das multidões. Assim, podemos perceber a simpatia como um princípio que intensifica as paixões; por exemplo, sinto ódio do outro mais por estar envolto pela comunicação do grupo ao qual pertencço do que pelo meu próprio



temperamento. Ou seja, ao estar inserido em um grupo que só propaga difamações sobre o outro, passo a sentir ódio em conjunto com o meu grupo.

Esse fenômeno ocorre quando o ódio e a hostilidade são amplificados pela comunicação dentro do grupo, mais do que pelas disposições individuais. A Teoria da Identidade Social⁴ (Tajfel; Turner, 1979) corrobora essa visão, ao afirmar que a identificação com um grupo específico pode gerar sentimentos positivos em relação ao próprio grupo e sentimentos negativos em relação aos grupos adversários, o que reforça a polarização política e social (Gloria Filho; Modesto, 2021).

Apesar de a princípio, portanto, a empatia poder ser defendida como uma solução para a polarização, retornar ao conceito de simpatia, que lhe antecede, nos permite cogitar que esse fenômeno contribui para o cenário de distanciamento dos indivíduos vivido hoje no país. No contexto da pandemia da covid-19, a polarização, embora não tenha surgido com a crise, teve um papel crucial nos eventos que marcaram o Brasil. Hume (2009) sugere que a simpatia é facilitada por fatores como a semelhança entre indivíduos, similaridades peculiares e a proximidade espacial e social. A simpatia, conforme entendida por ele, nos ajuda a compreender tanto a polarização quanto a crise sanitária, pois esses fatores encorajaram ainda mais os indivíduos a se refugiarem em seus próprios grupos, mesmo que a proximidade espacial ocorresse principalmente via redes sociais.

A polarização crescente revela que a simpatia, longe de ser uma solução mágica, pode ser manipulada para reforçar agendas políticas, aprofundando ainda mais as divisões sociais. Portanto, a reflexão sobre a simpatia nos desafia a reconhecer que, em vez de unir, essas dinâmicas podem, em muitos casos, acirrar a polarização e perpetuar o distanciamento entre diferentes grupos sociais.

3. A pandemia no Brasil, as estratégias do governo Bolsonaro e a empatia identificativa

⁴ Formulada pelos psicólogos sociais Henri Tajfel e John Turner, a Teoria da Identidade Social examina os aspectos psicológicos que formam a coesão de um grupo e o que faz com que ele seja reconhecido como tal por outros. Esses grupos não se limitam a pequenas unidades, mas abrangem escalas maiores, como a identificação entre indivíduos e uma nação, raça ou religião.



Declarada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia da covid-19 foi responsável pela morte de mais de 700 mil pessoas até então no Brasil⁵. No dia 20 de abril, o ex-presidente deu respostas polêmicas acerca do vírus: “Ô, cara, quem fala de... Eu não sou coveiro, tá certo?” - respondeu ao ser questionado sobre a quantidade de mortes por um jornalista. Oito dias depois, o número de óbitos por infecção do coronavírus no Brasil ultrapassou a China. Em entrevista na portaria do Palácio da Alvorada, sua resposta foi: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”. Além das falas em entrevistas e comitivas de imprensa, Jair Bolsonaro também salientava seu descrédito pelo vírus nas redes sociais. Lá, ele reforçava ainda mais a ideia de desemprego e de falta de renda, devido ao *lockdown*.

No dia 2 de abril de 2020, Bolsonaro, até então presidente, publicou um vídeo em suas redes sociais no qual um homem apontava a falta de abastecimento da Ceasa de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, e culpava os governadores, alegando que eles buscavam “ganhar nome e projeção política à custa do sofrimento da população”. O sofrimento mencionado estava relacionado à possível escassez de alimentos. No mesmo dia, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, desmentiu as alegações do homem. Pouco depois, o vídeo foi apagado das redes sociais presidenciais⁶.

Aqui, podemos observar que o ex-presidente brasileiro emprega a mesma estratégia de Donald Trump nos Estados Unidos ao utilizar a empatia como forma de compreender o outro. Segundo a filósofa Anna Donise (2020), a empatia pode ser dividida em duas partes: empatia identificativa, quando temos a habilidade de reconhecer o que outra pessoa está pensando ou sentindo, e capacidade simpática, quando respondemos aos sentimentos e pensamentos do outro com uma emoção apropriada. Para ela, "todos nós somos empáticos, mas nem todos nós somos bons. Na verdade, a empatia também é necessária para torturadores, sádicos e aqueles que opõem o 'nós' aos 'outros'" (Donise, 2020, p. 2, tradução nossa⁷).

⁵Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/01/ceasa-garante-abastecimento-na-regiao-metropolitana-de-bh.ghtm>. Acesso em: 27 jul. 2024.

⁷ No original: L'empatia, infatti, è necessaria anche ai torturatori, ai sadici, a chi – e il mondo contemporaneo, con i suoi muri e le sue derive securitarie ne fornisce innumerevoli esempi – contrappone il "noi" agli altri. Noi non siamo buoni perché siamo empatici ma possiamo diventare migliori conoscendo l'empatia, la sua forza, le sue strategie, i suoi segreti.



Nessa nova definição do termo apresentada aqui, tanto Trump quanto Bolsonaro demonstram a primeira parte, conhecida como empatia identificativa. Eles conseguem imaginar o que o outro está sentindo e, a partir disso, planejam suas estratégias. Por exemplo, durante a pandemia, a principal preocupação de Jair Bolsonaro estava relacionada aos grandes empresários, mas ele também compreendia os pensamentos e sentimentos dos pequenos empreendedores. Ele destacava seus medos, como a falta de renda e alimentação, e assim estimulava e mobilizava o apoio para a volta à normalidade. Dessa forma, ele conseguiu atingir seu objetivo de obter o apoio popular para seus ideais. A utilização da empatia como uma ferramenta política pode criar uma falsa sensação de solidariedade que, no fim ao invés de promover um entendimento genuíno, passa a ser usada para moldar a opinião pública de maneiras que servem a agendas particulares.

A desinformação também foi um marco na crise sanitária de 2020 no Brasil. A divulgação em massa de medicamentos sem comprovação científica de eficácia foi promovida pelo ex-presidente e seus seguidores. Hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina e nitazoxanida foram as quatro medicações que compuseram o “Kit Covid”, amplamente defendido e promovido pela direita. Essa divulgação irresponsável pode ser considerada desumana, pois propunha uma solução rápida e barata para que as classes mais pobres pudessem voltar ao trabalho, negligenciando a saúde e a segurança da população.

“O governo brasileiro apostou em crenças infundadas e na inércia deliberada, que levadas ao extremo, produziram formas de terror. Tudo isso validado e reverberado por sua base fiel de apoiadores. O fanatismo em torno do “é só uma gripezinha”, “a cloroquina cura” ou “a vacina não deve ser obrigatória” levou milhares de vidas à destruição. Quando a morte é banalizada e a piada substitui o senso de dever e responsabilidade “não sou coveiro”, “país de maricas” ou “sou Messias, mas não faço milagres”, a destruição do sujeito se converte em algo aceitável e não lamentável (Butler, 2017)”. (Dibai; D’almonde, 2022, p. 158).

Podemos considerar também o apelo emocional e social relacionado à insistência bolsonarista pela volta à normalidade. Embora a ideia de “morrer pela economia” possa parecer inviável, quando apresentada como um sacrifício pelo bem da nação ou da família, ela se alinha aos fundamentos tradicionais do Estado e da sociedade. A guerra exemplifica isso claramente:



uma minoria, geralmente composta por homens, luta pelo bem coletivo. O sentimento de pertencimento e a percepção de uma ameaça à existência coletiva são cruciais (TOOZE, 2021). Para a direita, o verdadeiro risco não era o vírus em si, mas a falta de renda devido ao *lockdown*, que poderia gerar fome e escassez de alimentos. Por essa lógica, estariam dispostos a arriscar suas vidas.

3.1. Os distanciamentos invisíveis e a desumanização

A crise da covid-19 nos fez lidar com um distanciamento social imposto, medida essencial para conter a disseminação do vírus. Além de seu impacto físico, esse distanciamento também trouxe à tona os distanciamentos invisíveis que já existiam em nossa sociedade. O filósofo australiano contemporâneo Roman Krznaric (2015) defende a empatia segundo o senso comum acerca do termo. Para ele, ela pode ser a solução para diversos tipos de problemas, como violência política e étnica, pobreza e fome, entre outros. Além disso, o autor também enfatiza que a distância social, temporal e geográfica são obstáculos para o desenvolvimento dessa emoção. A distância espacial funciona como uma barreira para a empatia, pois é mais difícil nos importarmos com pessoas cujas vidas são distantes e desconhecidas para nós (Krznaric, 2015). A distância social, por sua vez, indica que a empatia não depende apenas da proximidade física, mas também da conexão social e emocional. Mesmo que alguém more perto de nós, pode ser difícil sentir empatia se essa pessoa estiver socialmente distante (Krznaric, 2015). A distância temporal, por último, refere-se à nossa dificuldade em nos preocupar com gerações futuras. Embora tenhamos costume de nos preocupar com nossos filhos e netos, essa preocupação diminui em relação aos bisnetos e quase se extingue ao pensarmos em pessoas que viverão daqui a 100 anos (Krznaric, 2015).

A partir do pensamento de Krznaric (2015), podemos perceber um desafio fundamental enfrentado durante a pandemia. Conforme o vírus se espalhava globalmente, as medidas de distanciamento e as quarentenas intensificaram o isolamento físico e emocional e evidenciaram as barreiras da empatia. Mesmo quando se fazia presente, a empatia mostrava-se como frequentemente limitada e seletiva, uma vez que tendia a se manifestar mais evidentemente em relação àqueles com quem compartilhamos afinidades ideológicas ou identitárias.



Enquanto aqueles que estavam alinhados com a direita política defendiam o retorno à normalidade, com base e pressupondo uma empatia relacionada às preocupações sobre a economia, os que se alinhavam com a esquerda salientaram a gravidade do vírus e a necessidade de medidas rigorosas para a proteção coletiva. Essa polarização foi capaz de gerar a desumanização, que pode ser entendida como a deslegitimação de um grupo, que serve para “justificar agressões, tratamento desumano e violência bem como explicar a superioridade de um grupo frente a outro” (Gloria Filho; Mario, 2022, p. 16). Mas, para compreendermos o que significa desumanização, precisamos considerar o que é negado ao outro: a humanidade.

O que significa então ser humano? Características unicamente humanas (UH) são definidas como aquelas que nos diferem de animais, são exclusivas do humano, como cognição avançada, autocontrole, civilidade e refinamento. Elas são frequentemente associadas a uma ideia mais racional e intelectual do que significa ser humano. Já as características de natureza humana (HN) são universais e intrínsecas aos humanos, compartilhado por todos, independente da sua cultura ou contexto social, alguns exemplos são: capacidade e profundidade emocional, conectividade social e empatia. Elas têm relação com os aspectos emocionais e afetivos humanos, o que reflete em nossa capacidade de sentir, relacionar-se e conectar-se com os outros (HASLAM, 2006). A desumanização ocorre quando as pessoas deixam de reconhecer a humanidade dos outros, tratando-os como se fossem menos dignos de consideração e/ou preocupação. Isto foi ainda mais acentuado no momento de crise, em que a preocupação com lucros em detrimento da vida ocasionou a propagação intencional de informações falsas pela pessoa que naquele momento deveria ser nossa figura de responsabilidade e proteção.

É importante destacar que, para Hume (2009), a simpatia também é condicionada pela percepção de humanidade. Se eu simpatizo com alguém, é porque considero essa pessoa como humana; se não simpatizo, é porque a vejo como não humana. Esse conceito revela uma questão racial significativa: nas relações de simpatia propostas por ele, elas eram predominantemente direcionadas a indivíduos brancos, excluindo ou desconsiderando os negros. Muitas vezes, a figura do negro era percebida como inferior, não apenas em relação aos brancos, mas até em comparação com outras espécies. Assim, o negro frequentemente não era contemplado pelos sentimentos de simpatia, refletindo e perpetuando uma visão racialmente excludente.



Adam Smith (1999) em “Teorias dos Sentimentos Morais”, afirma que para que haja a simpatia perfeita, a pessoa deve demonstrar de forma correta o que sente e o espectador deve saber o contexto para a causa daquele sentimento. Ele, assim como Hume (2009), defende uma simpatia entre iguais. Segundo ele, é impossível sentir a simpatia perfeita pelos pobres, pela pobreza e pelos miseráveis. Nosso julgamento é mais severo por uma simples falha do pobre do que pelas loucuras e vícios dos ricos, pois eles são objetos da nossa admiração (SMITH, 1999). Ou seja, a simpatia falha onde ela é mais necessária. Dado que as pessoas mais afetadas pela covid-19 eram, em sua maioria, pobres e negras, fica evidente que a visão de simpatia proposta por Hume (2009) e Smith (1999), que desumanizava e excluía os pobres e, racialmente, os negros, ainda persiste em nosso país.

Portanto, a empatia individual demonstrou-se insuficiente para enfrentar os desafios complexos e estruturais trazidos pela pandemia. Além de seu caráter seletivo, que frequentemente favorece determinadas classes sociais e ignora questões raciais, a empatia não pode ser considerada uma solução para os problemas sociais em nossa sociedade. Embora o termo seja amplamente associado a algo positivo na contemporaneidade, é crucial refletirmos sobre suas nuances. Afinal, a empatia também pode ser utilizada como uma estratégia para moldar a opinião pública em favor de agendas políticas, agravando cenários como o de 2020.

Considerações finais

Ao revisitar a questão da empatia pelo viés da pandemia da covid-19 e da polarização, é possível reconhecer que ela, apesar de ter sido amplamente valorizada como uma virtude que promove a compreensão e a solidariedade, também pode ter implicações ambíguas e, às vezes, problemáticas. A análise do seu papel no momento da crise sanitária pode revelar que, em vez de ser uma solução mágica para os desafios enfrentados, ela pode, em determinados contextos, agravar as divisões sociais e políticas.

A empatia, conforme discutida por Roman Krznaric (2015), é frequentemente limitada pela distância social e emocional. A dificuldade em se conectar com o sofrimento de grupos distantes ou aqueles que não compartilham afinidades ideológicas revelou as suas barreiras durante a pandemia. Em um contexto polarizado, ela tende a ser seletiva, muitas vezes restrita



aos grupos com os quais temos maior afinidade, enquanto os sentimentos de outros grupos podem ser ignorados ou minimizados.

Ademais, ela também pode ser instrumentalizada para fins políticos, como foi identificado pelas estratégias empregadas por líderes como Jair Bolsonaro. O uso da empatia identificativa para mobilizar apoio político, enquanto ao mesmo tempo se negligencia a realidade das condições adversas enfrentadas por muitos, exemplifica como a empatia pode ser manipulada para fortalecer agendas particulares e perpetuar divisões.

Já o conceito de simpatia, explorado por David Hume (2009), oferece uma perspectiva adicional, destacando como a proximidade e a comunicação dentro de um grupo podem amplificar emoções e reforçar divisões. A simpatia, ao intensificar as emoções compartilhadas dentro de um grupo, pode contribuir para o fanatismo, exacerbando ainda mais as tensões entre diferentes grupos sociais. Essa amplificação de emoções através da simpatia pode, portanto, explicar parte da dinâmica de polarização que vimos durante a pandemia.

Em suma, a análise revela que, longe de ser uma panaceia, a empatia pode tanto ajudar quanto complicar a resolução de conflitos e crises. Assim, é crucial adotar uma abordagem crítica em relação à ela, reconhecendo tanto suas limitações quanto suas potencialidades de manipulação. Além disso, estudos futuros podem ser feitos, a fim de analisar mais aprofundadamente o papel da mídia na construção ou fragmentação da empatia e na intensificação da polarização durante a pandemia.⁸

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DIBAI, P.; D'ALMONTE, E. A militância bolsonarista em redes online: polarização afetiva e os impactos à comunicação democrática. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 142–168, 2022. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27892. Acesso em: 1 ago. 2024.

DONISE, Anna. **Critica della ragione empatica**: fenomenologia dell'altruismo e della crudeltà. Bologna: Il Mulino, 2020.

EVANGELISTA, Ana Paula. Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem

⁸ Para o aprofundamento desse debate, é possível recorrer aos trabalhos de autores como Freire Filho, Manuel Castells e Dominique Wolton, uma vez que suas obras contribuem para a compreensão do impacto da comunicação em contextos de crise.



- vacinas no Brasil. Entrevista concedida à Rádio Poli. **Podcast da EPSJV/Fiocruz**, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade – emoções, gênero e poder. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 61–81, jan./abr. 2017.
- FREIRE FILHO, João; ANJOS, Júlia dos. Comunicando o incomunicável? Mulheres com endometriose, assimetrias e limites da empatia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 522–537, 2024. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/4208>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- GLORIA FILHO, Mário da Cruz. **Polarização política afetiva, empatia, desumanização explícita e ideologia política**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45010/1/2022_M%3%a1riodaCruzG1%3%b3riaFilho.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.
- GLORIA FILHO, Mário da Cruz; NUNES MODESTO, J. G. Polarização política afetiva e bem-estar subjetivo no contexto político brasileiro. **Psico**, [S. l.], v. 54, n. 1, p. e39825, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.39825>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/39825>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- HASLAM, Nick. Dehumanization: an integrative review. **Personality and Social Psychology Review**, v. 10, n. 3, p. 252–264, 2006. Disponível em: https://www.overcominghateportal.org/uploads/5/4/1/5/5415260/dehumanization-_an_integrative_review.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.
- HUME, David. **O tratado da natureza humana**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KRASTEV, Ivan. **Is it tomorrow yet?**. [S. l.]: Penguin, 2020.
- KRZNARIC, Roman. **O poder da empatia**: como colocar-se no lugar do outro pode transformar o mundo. São Paulo: Cultrix, 2015.
- MELO, Cristina Teixeira Vieira de; VAZ, Paulo. Guerras culturais: conceito e trajetória. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 6-40, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrrj.br/eco_pos/article/view/27791. Acesso em: 24 jul. 2024.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TOOZE, Adam. **Portas fechadas**: como a Covid abalou a economia mundial. São Paulo: Todavia, 2021.
- VASCONCELLOS, Renata. Participação no programa *Altas Horas*. Entrevista concedida a Serginho Groisman. São Paulo: TV Globo, 18 jul. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8692305/?s=0s>. Acesso em: 6 maio 2025.
- WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. Lisboa: Editorial Presença, 2000.



Explorações Teóricas e Empíricas das Noções de Públicos, Esfera Pública e Contrapúblicos no Contexto Digital

Theoretical and Empirical Explorations of the Notions of Publics, Public Sphere, and Counterpublics in the Digital Context

Larissa Alboreda Gandolla¹
Dayana K. Melo da Silva²

Resumo: Este artigo examina, no contexto das tecnologias digitais e em rede, as noções de público, esfera pública e contrapúblicos, respectivamente elaboradas por Gabriel Tarde, Jürgen Habermas e Nancy Fraser. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e qualitativo aliada à etnografia digital, que mapeou grupos caracterizados como contrapúblicos, observou-se que a internet revela-se um espaço de novos arranjos sociais.

Palavras-chave: Públicos; Esfera pública; Opinião pública; Contrapúblicos; Tecnologias digitais e em rede.

Abstract: This article examines the notions of publics, public sphere, and counterpublics — as developed by Gabriel Tarde, Jürgen Habermas, and Nancy Fraser, respectively — within the context of digital and networked technologies. Through an exploratory and qualitative literature review combined with digital ethnography that mapped groups identified as counterpublics, the study highlights how the internet has become a space for new social configurations.

Keywords: Publics; Public sphere; Public opinion; Counterpublics; Digital and networked technologies.

¹ Estudante do curso de Relações Públicas da Universidade de São Paulo. E-mail: larissa.alboreda@usp.br

² Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Comunicações e Artes da ECA/USP. E-mail: dayanamelo@usp.br



Introdução

A criação da prensa possibilitou o aumento da produção literária e o desenvolvimento da imprensa no século XVI. A partir de então, textos escritos puderam ser acessados em diferentes localidades e a leitura foi popularizada para além do clero e da realeza. Indivíduos distantes entre si, antes isolados nos seus povoados pela barreira espacial, passaram a consumir as mesmas leituras e ter consciência que outros também o faziam simultaneamente. Assim, como indica o sociólogo francês Gabriel Tarde (1992), formavam-se agrupamentos de coesão virtual, ou melhor, os públicos modernos, os quais eram compostos por sujeitos que, mesmo distantes, compartilhavam de uma mesma vontade, fé ou objetivo.

Esse contexto social e tecnológico compôs o cenário ideal para o desenvolvimento da esfera pública burguesa descrita pelo sociólogo alemão Jürgen Habermas (2014). O surgimento dos públicos modernos significou que os temas das discussões entre diferentes grupos foram, em certa medida, homogeneizados, forjando-se assuntos ditos “de interesse público”. Além disso, as tecnologias de comunicação de então, os jornais, livros, etc., passaram a alimentar movimentações sociopolíticas e incentivar a mobilização dos públicos modernos, os quais buscavam se reunir para discutir as tais questões de “preocupação pública” e “interesse comum”, dando início ao desenvolvimento da esfera pública burguesa.

Porém, no artigo intitulado *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*³, publicado em 1990, a filósofa e feminista estadunidense Nancy Fraser destaca que a esfera pública habermasiana constitui uma estrutura hegemônica, limitada a certos públicos burgueses. Sendo assim, seus ideais de “interesse comum” e “preocupação pública” estavam forjados na exclusão da diversificação dos públicos. E, apesar disso, contestando a idealização da esfera pública por Habermas, ela observa o desenvolvimento dos contrapúblicos: públicos subalternizados, opositores à hegemonia.

Contudo, tanto as noções de público e de esfera pública quanto a ideia de contrapúblicos foram formuladas com base na análise de um cenário em que as tecnologias de comunicação eram bastante restritas se comparadas à atualidade. Desde então, já se previu que “uma

³ Repensando a Esfera Pública: Uma Contribuição à Crítica da Democracia Realmente Existente



revolução tecnológica concentrada nas tecnologias de informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado” (Castells, 1999, p. 91) de modo que as conjunturas político-sociais vêm sendo profundamente alteradas. A internet e todas as tecnologias digitais e em rede transformaram a antiga lógica unilateral dos meios de comunicação em massa, promovendo, com extrema velocidade, o diálogo entre indivíduos de localidades extremamente distantes ao redor do mundo. Por isso, é certo que a noção de esfera pública sofre alterações e os públicos e contrapúblicos têm suas configurações alteradas.

Pensando, então, nas transformações dos processos comunicacionais promovidos pelas tecnologias digitais e em rede, é que se constrói este presente artigo. A fim de explorar os desdobramentos das noções de públicos, esfera pública e, principalmente, contrapúblicos no contexto atual, foi realizada uma pesquisa etnográfica digital que mapeou a atuação em redes sociais e plataformas de entretenimento de três grupos brasileiros subalternizados caracterizados como contrapúblicos. Nesse sentido, as próximas seções retomam alguns dos principais aspectos das proposições de Fraser referentes à esfera pública habermasiana, articuladas às observações e os resultados da pesquisa.

1. Procedimentos metodológicos e dimensões teóricas

Este artigo parte de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório sobre as noções de público, esfera pública e contrapúblicos, que foram contextualizadas tomando como base a obra *A Opinião e as Massas* (Tarde, 1992), o prefácio de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (Habermas, 2014) e o artigo *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy* (Fraser, 1990). A partir de tais leituras e da articulação das principais ideias estabelecidas por elas, conduziu-se uma pesquisa etnográfica digital, num período de três meses, entre fevereiro e maio de 2023, com o objetivo de observar contrapúblicos no contexto das atuais tecnologias digitais e em rede. Pretendeu-se estudar os desdobramentos das respectivas noções tardiana e habermasiana de público e esfera pública e, sobretudo, a ideia de contrapúblicos, de Fraser, no cenário comunicacional da atualidade brasileira.



Para a realização da etnografia digital, adotou-se o papel de pesquisadora *lurker*, ou “silenciosa” (Polivanov, 2014), a fim de evitar interferências nos fenômenos observados. Então, foram utilizados perfis digitais nas redes sociais *Instagram*, *Twitter* (atual *X*) e *Facebook* exclusivamente criados para fins científicos e, portanto, sem informações pessoais ou fotos da pesquisadora. As plataformas citadas foram escolhidas tendo-se em vista que são amplamente usadas no Brasil.

Ainda levando em conta o objetivo da pesquisa, relacionado ao estudo de contrapúblicos nas tecnologias digitais e em rede, optou-se por mapear a atuação de páginas e perfis digitais de grupos, em vez de indivíduos, cujos trabalhos e dinâmicas fossem estreitamente vinculados às tecnologias digitais e em rede. Além disso, considerando que o poder político-social do Brasil segue uma lógica branca, burguesa, patriarcal e pouco jovem, buscaram-se grupos cujos perfis divergissem de tais aspectos, uma vez que contrapúblicos são aqueles opostos à hegemonia. O tipo de conteúdo que esses grupos produziam e a dinâmica em que funcionavam nas redes sociais e plataformas de entretenimento também era uma preocupação, visto que a noção de contrapúblicos faz referência a agrupamentos opositores à hegemonia não só por seus marcadores sociais, mas por sua coesão e atuação.

Nesse viés, o processo de seleção dos grupos partiu de pesquisas simples no *Google*, *Instagram* e *Facebook* por palavras-chave e *hashtags* como “feminismo”, “negritude”, “indígena”. Sem resultados satisfatórios, perfis de militantes das causas feminista, indígena e negra, já conhecidos pela pesquisadora, foram acompanhados nas redes sociais a fim de buscar por públicos e grupos com os quais estivessem conectados. Por fim, chegou-se aos seguintes perfis e páginas digitais: *Funkeiros Cults*, um grupo de jovens periféricos funkeiros (adeptos da cultura musical do funk original de zonas suburbanas e marginalizadas); *As Mina na História*, um grupo de mulheres feministas; *Choquei Parente*, um grupo de jovens indígenas.

Ao passo que a etnografia digital foi realizada, a pesquisadora pôde articular suas observações acerca das noções de público, esfera pública e contrapúblicos, exploradas previamente na pesquisa bibliográfica que envolveu a leitura das obras de seus respectivos autores. Nesse processo, havia a preocupação de que as pautas defendidas pelos grupos observados não se sobressaíssem a ponto de tomarem mais importância do que o mapeamento da atuação dos contrapúblicos nas tecnologias digitais e em rede. Entretanto, é fato que o



posicionamento político-social de cada coletivo influenciou na sua seleção e no jeito com que foram considerados e articulados neste artigo. Vale lembrar que a autora é uma jovem mulher branca de classe média, cujos ideais pessoais se opõem à lógica hegemônica brasileira, branca, burguesa, patriarcal e pouco jovem. Entretanto, é verdade também que ela compartilha de marcadores sociais privilegiados pelos discursos hegemônicos. E tudo isso, ainda que involuntariamente, atravessa sua perspectiva científica.

2. O desenvolvimento dos públicos, contrapúblicos e da esfera pública burguesa

Os públicos modernos, analisados por Gabriel Tarde na obra *A Opinião e as Massas*, originalmente publicada em 1901, eram agrupamentos de coesão virtual que surgiram em função das tecnologias de comunicação como os jornais, livros e cartas. Por causa desses novos meios, pessoas distantes entre si agora sabiam compartilhar de um mesmo objetivo ou fé umas com as outras, influenciadas pelas suas leituras. Nesse contexto, indivíduos poderiam fazer parte de mais de um público ao mesmo tempo, conferindo certa diversificação a esses novos agrupamentos.

Por outro lado, Tarde também descreveu, na mesma obra, as multidões. Elas eram agrupamentos físicos que, ao contrário dos públicos, tinham sua extensão limitada pelo alcance da visão e da voz de uma liderança única. Além disso, tinham como fator de coesão similitudes étnico-culturais, configurando grupos menos diversificados se comparados aos públicos. Assim, o sociólogo notou que as multidões eram mais agressivas e destrutivas do que os públicos. Apesar das diferenças, Tarde observou também que públicos poderiam tornar-se multidões, uma vez que se reunissem fisicamente.

A esfera pública burguesa, por sua vez, é constituída por reuniões de indivíduos para discussão de assuntos de “interesse comum” e “preocupação pública”. Jürgen Habermas, na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, originalmente publicada em 1962, notou que, a partir do século XVIII e início do século XIX, cidadãos e burgueses alemães, cujos hábitos de leitura eram direcionados “para o fluxo de novas publicações” começavam a se reunir e desenvolver uma esfera pública. Já na França, a Revolução Francesa, junto com outros



movimentos que a precederam, propulsionou a “politização de uma esfera pública inicialmente de cunho literário e voltado para a crítica de arte” (Habermas, 2014, p. 39).

Então, públicos modernos formavam a esfera pública ao se reunirem fisicamente para discutir seus assuntos de “interesse comum”. Desse modo, por causa de sua natureza presencial, possivelmente a esfera pública burguesa adquiria certos aspectos semelhantes às multidões, entre as quais as similitudes como fator de coesão e fortalecimento do grupo. Talvez por isso, tornavam-se excludentes. Por outro lado, é certo que existiam outras formas de exclusão entre os próprios públicos modernos, já que nem toda a população europeia tinha acesso à leitura garantido, em função de sua classe social por exemplo. Apesar de todas as maneiras de exclusão, grupos subalternizados nesses processos constituíam o que Fraser (1990, p. 67) chamou de contrapúblicos, os quais atuavam de modo importante e decisivo na esfera pública burguesa, inclusive ao criarem suas próprias esferas públicas a seus modos.

Os contrapúblicos, por vezes, surgiam da tensão entre a esfera pública burguesa e parcelas da população marginalizadas pela hegemonia. Mas, em outras ocasiões, o contrário acontecia: na França a esfera pública republicana surgiu em oposição à cultura de salão, majoritariamente feminina, que compunha um contrapúblico. Casos como esse não foram considerados na obra de Habermas, que via nos conflitos entre os públicos burgueses e os contrapúblicos somente um pano de fundo para o desenvolvimento da esfera pública burguesa. Mais do que isso, o sociólogo alemão percebia a emergência das diversificações dos públicos como a decadência da esfera pública burguesa (apud. Fraser, 1990, p. 66). E, disso, lê-se a premissa habermasiana de que a esfera pública ideal é única e que a multiplicidade de públicos a distancia da democracia.

Fraser (1990, p. 70) refuta a idealização habermasiana ao observar que espaços interpúblicos podem fundamentar progressos positivos. Porém, uma esfera pública empírica e idealmente diversificada implica em outras questões. Por exemplo, da diversificação cultural interpúblicos, como se definem o que são as “questões públicas”, de “interesse comum”, sobre as quais a esfera pública há de discutir e deliberar, como indica a teoria habermasiana? Fraser contesta (1990, p. 71) o entendimento de que o interesse “público” ou “comum” refira-se de fato àquilo que preocupe a todos, porque dificilmente há unanimidade quanto a preocupações ou prioridades. O que é público ou privado não tem limites naturais *a priori* e só pode ser



definido por meio da contestação discursiva e a deliberação. Democraticamente, a maioria acaba por decidir e reprimir a minoria que discorda, assumindo-se, assim, uma identidade pública que potencialmente silencia certos indivíduos. E, além disso, nesse processo, alguns temas acabam sendo designados a cenários discursivos especializados, a fim de protegê-los da discussão em bases mais amplas e, então, silenciar algumas demandas. Nessa dinâmica, os públicos hegemônicos são potencialmente mais fortes e, portanto, os grupos subordinados tendem a ser prejudicados. Assim sendo, é problemática a premissa da esfera pública burguesa habermasiana que prevê seu discurso interno sempre a tratar do “interesse comum” e da “preocupação pública” e a evitar questões da vida privada.

Também por isso, Fraser (1990, p. 72) discorda, portanto, da idealização habermasiana de uma esfera pública única. Isto é, nesse cenário grupos subordinados não há espaços para processos comunicativos sem a supervisão dos grupos dominantes e nem possibilidade de deliberações que respeitem suas necessidades, objetivos e estratégias. E é nesse sentido que o desenvolvimento de contrapúblicos, sim, representava uma aproximação da democracia, pois criava espaços para discussão e deliberação de seus próprios assuntos de interesse, além de exercer influência na esfera pública burguesa e na dita opinião pública.

3. Públicos, contrapúblicos e esfera pública no contexto das tecnologias digitais e em rede

A esfera pública burguesa descrita por Habermas, num primeiro momento, constituía uma força de cobrança por informações quanto às funções do Estado. Pretendia-se, então, que esse último fosse julgado pela opinião pública, a qual se desdobrava e se legitimava na esfera pública. Mas, a seguinte “politicização da vida social”, a ascensão de uma imprensa opinativa e a luta contra a censura e pela liberdade de opinião caracterizam a mudança de função da rede expandida da comunicação pública” (Habermas, 2014, p. 39-40) que passou a transmitir ao Estado o interesse geral da esfera pública. E, com o tempo, a esfera pública, que tinha espaço sobretudo nas associações liberais, passou a ser legitimada em instituições parlamentares de um governo representativo.

Desde os períodos que contextualizaram as noções de públicos, esfera pública e contrapúblicos, novas tecnologias de comunicação transformaram profundamente o cenário



político-social. Eventos como a queda do muro de Berlim em 1989, por exemplo, só tiveram tamanho impacto geopolítico internacional porque suas multidões foram potencializadas ao serem “transformadas em uma presença ubíqua por meio da TV” (Habermas, 2014, p. 86). Assim, a ideia de agrupamento físico, que diferenciava as multidões dos públicos modernos (Tarde, 1992), começava a desempenhar outro sentido e maior alcance por meio de imagens televisionadas.

Depois disso, a ascensão e popularização da internet, principalmente a partir do fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000, passou a gerar novas possibilidades político-sociais ao abrirem lugar para a comunicação multidirecional. Os *media*, antes, comunicavam em direção única e de formas restritas, de modo que os interlocutores tinham um papel bastante passivo. Os dispositivos comunicacionais eram considerados, sobretudo, por seu papel comunicativo instrumental. Mas, na internet, indivíduos passaram a receber e consumir informações e conteúdos difundidos por terceiros, além de poderem produzir e divulgar seus próprios conteúdos e opiniões pessoais em diálogo direto e em tempo real com pessoas de qualquer outro país ou continente.

Revelou-se, assim, uma nova e diferente estrutura para articulação das esferas públicas; um novo tipo de “espaço”, agora digital, onde os conceitos de público e multidão se fundem e se alteram. Indivíduos agora não precisam mais se encontrar fisicamente para discutirem questões de “interesse comum”; o diálogo ao vivo pode acontecer nas próprias plataformas digitais. A esfera pública burguesa parece não ter mais espaço principalmente nas associações liberais, mas sim na internet, através da qual as próprias instituições parlamentares que a legitimam também se desenvolvem de certo modo e se beneficiam. Esferas públicas de agrupamentos opositores à hegemonia tais como os contrapúblicos também se manifestam no ambiente digital e, inclusive, têm sua atividade em certa medida potencializada.

Assim, movida, principalmente, pelo interesse na observação dos desdobramentos da noção de contrapúblicos de Nancy Fraser, os seguintes grupos caracterizados como tal foram mapeados nas redes sociais e plataformas de entretenimento. Lê-se um resumo de cada um dos três grupos com informações coletadas até maio de 2023 (Quadro 1):

Quadro 1. Corpus da observação empírica



Coletivos	Atividades e redes sociais digitais observadas
<i>Funkeiros Cults</i>	Fundado como um grupo no <i>Facebook</i> em 2020 por Daryel Teixeira, jovem morador de uma favela em Manaus (AM), divulga e cria imagens relacionando a estética e estilo “funkeiro” à literatura, à filosofia e ao conhecimento científico em geral. Seu conteúdo normalmente é propagado nas redes sociais digitais por meio de <i>memes</i> . Também atua como espaço para compartilhamento de produções artísticas, conteúdo educativo e reflexões diversas de autoria do próprio coletivo, assim como de terceiros, os quais normalmente vivem a realidade periférica. O coletivo já fez aparições em TV aberta, promoveu eventos em favelas de Manaus e, mais recentemente, lançou modelos de camiseta com estampa original. Administra um perfil no <i>Instagram</i> e no <i>Twitter</i> (atual <i>X</i>), um canal no <i>Youtube</i> , além de uma página e dois grupos no <i>Facebook</i> , dos quais um é destinado ao compartilhamento de obras literárias e acadêmicas em PDF. Ao todo, reúne cerca de 441 mil seguidores. (Ver: https://instagram.com/funkeiroscults ; https://twitter.com/funkeiroscults ; https://youtube.com/@funkeiroscultstv8778 ; https://www.facebook.com/funkeiroscults).
<i>As Mina na História</i>	Ativo desde 2015, produz e compartilha postagens sobre o protagonismo de mulheres na História, destacando personalidades femininas de todo o mundo e seus feitos. Suas publicações envolvem fotos, vídeos longos e curtos de teor documental, entrevistas biográficas, etc. Também esteve presente e promoveu encontros e rodas de conversa presenciais, entre 2015 e 2018, sobre protagonismo feminino. Está presente no <i>Instagram</i> , no <i>Facebook</i> , no <i>Twitter</i> (atual <i>X</i>), no <i>Youtube</i> e possui um site próprio. Além disso, sua página do <i>Facebook</i> propõe um clube do livro, disposto num grupo na mesma rede social, o qual conduz todo mês uma leitura que resgate à memória de uma mulher. Ao todo, reúne cerca de 691 mil e 408 seguidores. (Ver: https://instagram.com/asminanahistoria ; https://twitter.com/minasnahistoria ; https://www.youtube.com/asminanahistoria ; https://www.facebook.com/asminasnahistoria).
<i>Choquei Parente⁴</i>	Composto por jovens de diferentes etnias indígenas do Brasil, atua desde 2022 nas redes sociais como central de notícias dos povos indígenas. Nas suas postagens, propõe questionamentos e discussões sobre assuntos de interesse indígena. Sua atividade contempla questões políticas, de entretenimento e “fofoca” entre a própria comunidade indígena, concentrando-se sempre no protagonismo dos povos nativos. Em 2022, promoveu o prêmio “Melhores do Ano” no seu perfil no <i>Instagram</i> , realizando as votações nos <i>stories</i> e divulgando o perfil dos vencedores em posts no <i>feed</i> . Mantém publicações e compartilhamentos regularmente no <i>Instagram</i> e <i>Twitter</i> (atual <i>X</i>), juntando, no total, cerca de 12 mil e 800 seguidores. (Ver https://instagram.com/choqueiparente ; https://twitter.com/choqueiparente).

Fonte: elaborado pelas autoras.

O *Funkeiros Cults*, nasce de modo um tanto orgânico em resposta divertida à hegemonia brasileira, que marginaliza o funk, cultura musical original de zonas suburbanas e marginalizadas. O grupo surgiu no *Facebook*, onde seu fundador, Daryel Teixeira, passou a compartilhar imagens de si mesmo no modelo da imagem abaixo (Figura 1).

⁴ O perfil do grupo no *Instagram*, principal rede utilizada, foi desativado no fim de 2023 por motivo desconhecido. O perfil no *X* (antigo *Twitter*) continua ativo, apesar de sua última publicação datar de alguns meses antes da produção deste artigo.



Figura 1. *Funkeiros Cults*



Fonte: <https://instagram.com/funkeiroscults>

Na imagem vê-se a figura de um jovem cuja vestimenta remete à estética do funk, acompanhada de um texto que combina gírias e expressões coloquiais com conceitos filosóficos. Com humor, os símbolos visuais do funk associados às referências literárias propõem uma ressignificação da figura do funkeiro, comumente estigmatizada pelos grupos dominantes. Além disso, ao estimular a desmistificação e acessibilidade ao conhecimento erudito, dominado e usado como ferramenta de domínio pela elite social, o grupo promove possibilidades de diálogo e embate à hegemonia.

Ao promover e validar suas próprias linguagens, símbolos e interesses, o grupo ultrapassa a ideia limitante de igualdade discursiva, idealizada por Habermas numa esfera pública única como fator de manutenção da democracia. Crer que a premissa de igualdade no campo da discussão seja suficiente para uma deliberação justa é proveitoso para os grupos hegemônicos porque maquia desigualdades e injustiças sociais e supõe que a esfera pública seja isenta de graus culturais quando, na verdade, nas sociedades estratificadas, grupos sociais diferentes têm valores e códigos diversificados que acabam por criar pressões informais e marginalizar as questões daqueles que estão subordinados (Fraser, 1990, p.63-64).



No mesmo viés, o grupo *Choquei Parente* faz publicações que variam entre seriedade política, humor, sarcasmo e entretenimento. Assim, com uma abordagem bastante atrativa e adaptada às redes sociais digitais, levanta questões e propõe discussões de interesse do seu público (majoritariamente indígena, vide o nome - Parente - que é um termo usado por indígenas em referência a indígenas). A seção de comentários das suas publicações torna-se, quase sempre, arena de debate entre seus seguidores sobre questões que os afetam diretamente como membros de povos originários.

A exemplo, o post de *Instagram* reproduzido abaixo (Figura 2) divulga um concurso de beleza que teria lugar no ATL 2023 (Acampamento Terra Livre). Nota-se que, além de divulgar o ATL, um encontro anual de povos nativos que propõe a discussão de questões relacionadas a demandas indígenas culturais, territoriais, etc., a imagem sugere padrões de beleza que subvertem à ordem hegemônica branca. Isto é, trata-se da valorização de linguagens visuais e características físicas próprias de povos indígenas. Nos comentários, há quem apoie a iniciativa e se mostre interessado em participar e há quem a conteste, ainda combatendo configurações hegemônicas, questionando se os critérios competitivos se baseariam em noções de magreza ou mesmo afirmando que o próprio conceito de concurso de beleza fundamenta-se na branquitude.

Figura 2. *Choquei Parente*

🚩 ATENÇÃO: Preparem os looks indígenas que esse ano teremos a escolha da garota e garoto indígena ATL 2023, com premiação. 😊



Fonte: <https://instagram.com/choqueiparente>



Por vezes, nessa nova arena de debate, é possível observar também certa agressividade, o que era característica mais comum entre as multidões sob perspectiva de Tarde. Mas a distância entre os membros de públicos digitais e mesmo seus oponentes é tão atenuada pelas tecnologias digitais e em rede que os públicos digitais são como multidões em certos momentos. Além disso, nas redes sociais é possível obter informações pessoais (às vezes falsas) dos indivíduos de um mesmo público ou mesmo de um público diferente e, então, emergem relações cujo fator de coesão se relaciona com similitudes étnico-culturais, assim como nas multidões. Nesse sentido, entre os comentários da página de *Instagram* do grupo *Choquei Parente*, eventualmente vê-se certa hostilidade entre indígenas e não-indígenas em relação a opiniões políticas contrárias umas às outras ou, simplesmente, vindas de não-indígenas provocativos de maneira xenofóbica.

Já o post de *As Mina na História*, reproduzido em seguida (Figura 3), promove reconhecimento à poetisa e ativista Audre Lorde. A partir da imagem e sua legenda, divulga-se o protagonismo dela, mulher negra e lésbica. Apesar de desenvolver aspectos de representatividade, o trabalho do grupo em questão ultrapassa noções generalistas de protagonismo feminino, ao passo que, dedica-se a compartilhar a biografia específica de cada personalidade selecionada, assim como retratos fotográficos e trechos de suas obras ou falas a elas atribuídas. Desse modo, constrói-se um combate feminista e busca-se, ao mesmo tempo, respeitar as histórias pessoais e suas peculiaridades e diferenciações.



Figura 3. *As Mina na História*



Fonte: <https://instagram.com/asminanahistoria>

É fato que nas redes sociais digitais, esses grupos não têm toda a liberdade que Fraser idealiza aos contrapúblicos para que eles possam desenvolver seus processos comunicativos e suas deliberações próprias. As tecnologias digitais e em rede continuam sob o poder da hegemonia e funcionam de acordo com sua lógica de domínio (Zuboff, 2021). A internet dispõe de dispositivos quase invisíveis, como os moderadores e algoritmos, que controlam e conduzem a difusão de conteúdo online. Tais dinâmicas funcionam em função dos interesses das empresas privadas que possuem as redes sociais digitais e, certamente, preservam a já citada lógica hegemônica. Portanto, a atividade dos contrapúblicos nesses meios é limitada.

Logo, tendo-se em vista o “desenraizamento acompanhado da impotência diante de uma complexidade sistêmica não transparente” (Habermas, 2014, p. 87), percebe-se que a ideia



de publicidade, que se desenvolveu na esfera pública burguesa, foi potencialmente corrompida e a economia e o aparato do Estado, integrados, passaram a influir definitivamente na esfera e na opinião pública.

Entretanto, ao possibilitar uma comunicação multilateral, a internet conferiu aos agrupamentos sociais mais amplitude, promoveu mais interseções entre grupos e potencialmente expandiu o que eram as esferas públicas, antes restritas também em função de limites espaciais. Desse modo, as expressões e exposições dos grupos minorizados também ganham maior alcance e a internet torna-se uma arena de debate entre diferentes grupos. Considerando que, como defende Nancy Fraser (1990, p. 68), o exercício dos públicos subalternizados tem potencial emancipatório e que os próprios conflitos interpúblicos propiciariam discussões mais construtivas, o potencial de difusão da internet torna a atividade dos grupos assim caracterizados ainda mais positiva.

Além disso, o fato dos grupos analisados se apropriarem das tecnologias digitais e em rede, nesse caso, das redes sociais digitais nas quais estão inseridos, e de seus mecanismos, pode se caracterizar como um movimento de combate à hegemonia e a seus interesses excludentes. Da mesma maneira, o desenvolvimento de, por exemplo, páginas deles e para eles, onde acontecem discussões deles e para eles, como realiza o *Choquei Parente*, conflitua com a esfera pública habermasiana. Tais grupos, desse modo, que representam contrapúblicos na perspectiva de Fraser, vêm ganhando espaço e notoriedade entre um público direto e indireto, de modo que as discussões interpúblicos tornam-se possíveis e a opinião pública é potencialmente afetada.

Há, então, um evidente combate às dinâmicas que silenciam os subalternizados e minorizados diante das majorias e da hegemonia como previa Fraser em relação à esfera pública habermasiana. Mais do que isso, nota-se que os grupos mapeados enfrentam diretamente tal tendência, ao comporem frentes de resistência à hegemonia por meio de suas expressões observadas. Além disso, atividades como as do grupo *As Mina na História*, que reconhecem as particularidades e pessoalidades de cada uma das personalidades femininas divulgadas, representam um combate à tendência de silenciamento dos próprios indivíduos diante das majorias democráticas e seus interesses julgados “públicos”, sobre a qual escreve Fraser (1990, p. 70-74).



Observa-se, ainda, que o caráter de entretenimento que os três grupos mapeados por vezes assumem é de extrema relevância. Grupos que se opõem à hegemonia não precisam fazê-lo com austeridade o tempo todo e o próprio divertimento é resistência em muitos aspectos. Mas, para além disso, em se tratando de redes sociais digitais, o entretenimento serve também de estratégia de alcance e engajamento. Nesse sentido, os grupos analisados consolidam-se ao utilizarem de memes, piadas, provocações bem-humoradas e conteúdos diversos que entretêm seus membros.

Considerações finais

Este trabalho estudou as noções de públicos, contrapúblicos e esfera pública, explorando-as teórica e empiricamente no contexto das tecnologias digitais e em rede. Os três conceitos revelam-se estreitamente relacionados entre si, além de diretamente influenciados por fenômenos e tecnologias de comunicação. Nesse sentido, em 2023, a noção de públicos modernos, desenvolvida por Gabriel Tarde, apesar de relevante, demonstra-se transformada pelas novas dinâmicas comunicacionais promovidas pela internet, que mais do que nunca, aproxima virtualmente indivíduos distantes entre si. Assim, também a noção de esfera pública, de Habermas, assume nova configuração no contexto atual, onde parte significativa dos encontros e discussões acontecem em ambientes digitais. Os contrapúblicos, adaptando-se às novas realidades digitais, ora positivas, ora prejudiciais, desdobram-se de modo a manterem suas forças de oposição à hegemonia.

Para a realização deste trabalho, três grupos digitais de públicos subalternizados, foram mapeados e analisados por meio de uma etnografia digital. A pesquisa, apesar de desafiadora, revelou-se muito potente, mesmo mais de um ano depois de sua realização, na época de produção deste artigo. Os grupos analisados caracterizam-se como contrapúblicos atuais que, apesar de, em alguns aspectos, assumirem nova configuração no ambiente digital, relacionam-se diretamente com o conceito de Nancy Fraser, exercendo papéis importantes e dinâmicos no desdobramento das esferas públicas e na construção da opinião pública.

Ressalta-se, ainda que a atuação dos antigos assim como dos atuais contrapúblicos composto por mulheres, assim como aqueles constituídos por outras classes subalternizadas ou



que diziam respeito a questões que uniam indivíduos de diferentes classes e gêneros, foram e são fundamentais para que a contestação da esfera pública burguesa atual possa ser feita, assim como para a evolução da teoria crítica da democracia.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, Durham, v. 25/26, p. 56-80, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Unesp, 2014.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**. v. 1, n. 3, p. 61-71, 2014.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.



**Vulnerabilidades e resistências dos públicos em conflitos socioambientais:
um caso de implantação de empreendimento hidrelétrico**

**Vulnerabilities and resistance of publics in socio-environmental conflicts:
a case of hydroelectric project implementation**

Ana Clara Nunes Cardoso¹
Fernanda Nascimento Ribeiro²
Giovanna Ramalho Ribeiro³
Daniel Reis Silva⁴
Márcio Simeone Henriques⁵

Resumo: Analisa em profundidade caso estudado em pesquisa com o objetivo geral de compreender as dinâmicas comunicacionais em processos de conflito socioambiental. Focaliza o licenciamento e a implantação da Usina Hidrelétrica Aimorés, em Minas Gerais, a partir de sua repercussão pública. Observou-se como a comunicação na mobilização dos públicos pode se contrapor às vulnerabilidades dos atingidos ao criar potencialidades de resistência e enfrentamento.

Palavras-chave: Públicos; Vulnerabilidades; Mobilização Social; Conflitos Socioambientais.

Abstract: The article provides an in-depth analysis of a case study under the main objective of understanding communication dynamics in socio-environmental conflict processes. It focuses on the implementation of the Aimorés Hydroelectric Plant, in Brazil, based on its public repercussion. The study observed how communication in mobilization processes can counteract the vulnerabilities of affected communities by creating possibilities for resistance.

Keywords: Publics; Vulnerabilities; Social Mobilization; Socio-environmental Conflict.

¹ Recém-graduada em Relações Públicas e estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Científica (FAPEMIG). E-mail: ananc0209@gmail.com

² Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Científica (FAPEMIG). E-mail: fernandanribeiro@gmail.com

³ Graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Científica Voluntária – ICV/UFMG. E-mail: giovannaramalho2001@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: daniel.rs@hotmail.com.br

⁵ Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: simeone@ufmg.br



Introdução

Temáticas ambientais têm sido intensamente debatidas na sociedade, sobretudo devido às preocupações relacionadas aos desequilíbrios decorrentes da exploração humana. Estes impactos podem trazer consequências negativas ao meio ambiente e aos indivíduos nele inseridos, uma vez que recursos naturais fundamentais para a manutenção da vida são comprometidos e vão se tornando escassos. Por conseguinte, há disputas por territórios onde tais recursos podem ser acessados e utilizados em prol de uma finalidade específica. Dentre elas, a título de exemplo, a construção e instalação de um empreendimento hidrelétrico.

Este trabalho é baseado em pesquisa realizada entre 2021 e 2024 que teve por objetivo compreender as dinâmicas comunicacionais nos processos de conflito socioambiental, com base nos processos de monitoramento e vigilância da sociedade civil sobre estas situações e na repercussão pública destes casos⁶. Trata-se de estudo de aprofundamento teórico e investigação empírica, de cunho qualitativo e interpretativo, por meio de estudos retrospectivos de casos com ocorrências entre 2011 e 2020. A pesquisa teve duas fases: exploratória e analítica. Na primeira, realizou-se um levantamento de 30 situações⁷ de conflito ambiental no “Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”⁸, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A partir disso, explorações individuais sobre cada situação foram realizadas na internet, a fim de descobrir aspectos relativos ao processo de mobilização e formação dos públicos e à sua aparição no espaço público. Já na segunda, um novo recorte foi feito para definir dez casos dentre os inicialmente explorados e analisá-los de forma específica. Com base na metodologia de estudo de casos (Gil, 2009), buscou-se aprofundar em particularidades de cada situação, identificando os públicos e atores sociais presentes e os acontecimentos relevantes para cada um, com o intuito de compreender a dinâmica dos públicos e as formas de vigilância e denúncia por atores da sociedade civil. Importante advertir que a pesquisa não se dá de forma a investigar os conflitos em si e desvendar os seus meandros, mas de compreendê-los na forma em que são

⁶ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

⁷ Posteriormente este escopo foi ampliado para 40 casos.

⁸ Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 29 jun 2023.



publicamente registrados e apresentados, a partir do que pode ser captado e coletado, ou seja, na dinâmica pública que exibem e tecem nos seus desdobramentos.

O artigo empreende uma análise de caso, visando ampliar a compreensão sobre as dinâmicas comunicacionais em processos de conflitos socioambientais. Para tanto, aborda o conflito a partir do licenciamento para a implementação da Usina Hidrelétrica (UHE) Aimorés, em Minas Gerais. A busca por registros públicos do caso se deu por coleta exaustiva em dois motores de busca na internet⁹, de forma anônima e com várias chaves diferentes, feita por todos os integrantes da pesquisa. O material coletado serviu para a construção de uma cronologia do caso, para a identificação dos atores envolvidos e para perceber o nível de repercussão pública do conflito, tendo por base a circulação de conteúdos sobre ele. Foram considerados na análise estes aspectos da dimensão pública que o conflito tomou, filtrando os diversos registros e recortando e classificando, para esta finalidade, os que figuram em *sites* jornalísticos (mídia) e os que aparecem em *sites* diversos (de órgãos públicos, de entidades e movimentos da sociedade civil etc.), não apenas no âmbito local, mas em qualquer nível de abrangência.

Embora quaisquer grupos populacionais possam ser vulneráveis quanto aos danos à natureza e possam ser social e economicamente fragilizados, as vulnerabilidades observadas neste conflito também podem ser de ordem comunicacional. Entender tais vulnerabilidades dos públicos nessas situações é de extrema importância, pois conflitos desta natureza se desenrolam, muitas vezes, de forma semelhante. Elas se manifestam nas relações territoriais estabelecidas, reconfigurando todo um conjunto de experiências coletivas nas localidades onde ocorrem os conflitos. Pretende-se evidenciar, a partir deste caso, como a comunicação nos processos de mobilização social dos públicos pode fazer frente às vulnerabilidades, ou seja, criar potencialidades nas situações de resistência e de enfrentamento. Por isso, este trabalho apresenta brevemente alguns dos fundamentos teóricos da pesquisa acerca da formação de públicos nos processos de conflito e a mobilização social que estas situações suscitam, apresentando, na sequência, um breve panorama do caso. A análise empírica, então, o enquadra nos processos característicos de licenciamento ambiental de novos empreendimentos, que, pelo seu cunho participativo, favorecem as condições de publicidade dos públicos afetados. A partir

⁹ Google e Duck Duck Go.



dos dados sobre a repercussão pública do conflito, são, enfim, apresentados os principais elementos de análise que permitem trazer evidências da passagem das vulnerabilidades às potencialidades no enfrentamento que os públicos realizam, no trato com as organizações envolvidas e com as instituições.

1. Formação de públicos nos conflitos socioambientais

Conflitos socioambientais são compreendidos como disputas entre pessoas com interesses antagônicos, que lutam em prol de seus próprios objetivos, por meio de confrontos discursivos ou até mesmo violentos (Souza, Milanez, 2016). A esfera socioambiental caracterizada no presente artigo abrange não apenas uma questão distributiva dos meios de produção e reprodução da vida, mas também a construção de um espaço público, configurando relações comunicacionais. A denominação de conflito é decorrente da perspectiva de que uma controvérsia entre os públicos (ou entre públicos e organizações/instituições) pode existir com agravantes quando se tem uma condição de incompatibilidade entre as opções apresentadas, conferindo à disputa um caráter agonístico (Henriques, 2025, no prelo).

Do ponto de vista coletivo, em tais situações emergem grupos que publicamente se posicionam em relação às controvérsias e enfrentam as organizações e as instituições, ou seja, públicos que se formam e se mobilizam a partir de sua percepção de afetação pelo problema. Para que esse processo ocorra, é preciso que o problema tenha concretude - possa ser enunciado, comunicado aos outros indivíduos - e, então, saia do âmbito individual e vá para o âmbito coletivo, de modo que os problemas possam ser percebidos em comum e ações em prol da defesa de interesses compartilhados possam ser traçadas. Não é suficiente que um problema afete apenas um conjunto restrito de pessoas com interesses similares; é imprescindível que a causa seja considerada de interesse público, ou seja, que o conjunto da sociedade possa percebê-la como algo problemático e passível de discussão pública e de formulação de políticas, caracterizando, assim, um processo de coletivização (Toro, Werneck, 2004; Cefai, 2009; Cefai, 2017).

Em um conflito socioambiental, é preciso que a população afetada não só manifeste publicamente sua insatisfação perante algum problema ou controvérsia, mas também transmita



isso abertamente a outros indivíduos, a fim de que eles, de alguma forma, possam se sensibilizar e se mobilizar. Muitos públicos podem existir em um conflito e é comum que a vinculação de cada um deles seja distinta, tornando-os menos ou mais organizados, menos ou mais visíveis, menos ou mais articulados, e menos ou mais influentes (Henriques, 2017). Para que haja interesse público, as questões precisam ser expostas em condições de publicidade e obter amplitude e relevância perante os públicos. Em tais situações, determinados sujeitos acabam surgindo na cena pública com maior poder de agência do que outros e, por tal motivo, podem ser considerados atores sociais, capazes de falar em nome dos públicos e contribuir para o aumento de visibilidade na causa (Touraine, 1997; Gohn, 2013). O aparecimento dos públicos em cena, neste sentido, é fator fundamental para postular e dar forma à situação como sendo um conflito.

Nessas ocorrências, os públicos diretamente envolvidos são marcados, de partida, por diversas vulnerabilidades. A primeira e mais importante refere-se à sua própria condição de afetação, por danos ou prejuízos, diretos ou indiretos, pois sofrem com a atuação das organizações e no confronto de interesses num território. Mas também são suscetíveis em relação às suas capacidades de se expressar e posicionar publicamente, de dar visibilidade ampla à situação e constituir um vínculo coletivo, o que resulta em vulnerabilidades comunicacionais danosas à articulação, expressão e agência em condições de publicidade, o que nos interessa mais de perto.

2. Panorama do conflito na implantação da usina

O caso examinado abrange populações de quatro municípios do Vale do Rio Doce: Resplendor, Aimorés, Itueta (em Minas Gerais) e Baixo Guandu (no Espírito Santo). Todos esses municípios e suas populações têm de lidar, até hoje, com impactos negativos diretos e indiretos relativos ao empreendimento da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista (UHE Aimorés). Construída por um consórcio entre a empresa Vale S.A. e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), foi anunciada em 1996, com o início do pedido de licenciamento ambiental e entrou em operação comercial em 2005. As cidades envolvidas contam com populações e representações diversas, como a comunidade indígena Krenak, moradores de Itueta (com um



grande número de trabalhadores rurais) e grupos de pescadores e ribeirinhos. Apesar da grande diversidade populacional, uma característica semelhante à maioria dos sujeitos atingidos é uma vulnerabilidade social anterior à construção do empreendimento - associada às condições de existência e poder de agência de populações tradicionais e rurais.

Pelo que se apresenta publicamente no caso, há indícios da falta de assistência efetiva dos órgãos do Estado e do Judiciário para assegurar os direitos dessas populações durante a discussão e construção da usina e de sua barragem. Assim, após a implantação, essas populações seguiram lutando por possibilidades adequadas de reparação e indenização, além de conviverem com as consequências negativas do empreendimento e com a atuação das empresas responsáveis. Por este motivo, a situação, iniciada anos antes do recorte da pesquisa, foi captada no levantamento realizado, já que questões muito significativas apareceram em anos mais recentes e acabaram registradas tanto no Mapa de Conflitos da Fiocruz¹⁰ quanto no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais¹¹. Trata-se, portanto, de um conflito de longo curso¹².

Uma das principais populações atingidas pela construção da UHE foi a de Itueta, na região Leste de Minas Gerais. Após alteração no projeto de construção inicial da empresa, determinou-se um aumento proporcional do território da usina e, conseqüentemente, a inundação de toda a cidade. Assim, a população foi deslocada para Nova Itueta, com infraestrutura construída pelo consórcio, em 2004; no ano seguinte, a antiga cidade foi inundada. Isso alterou negativamente a sociabilidade e as condições de vida dos sujeitos, com o processo de reterritorialização¹³. Observa-se a precariedade infraestrutural da cidade, com problemas de saneamento, diminuição do tamanho dos lotes dos moradores (em relação aos que eles possuíam anteriormente), e a fragilidade das construções quanto a enchentes e tempestades. Uma reportagem do jornal mineiro O Tempo, de 2008, relata que os moradores e o prefeito

¹⁰ Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-aimores>. Acesso em: 23 jul 2023.

¹¹ Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>. Acesso em 23 jul 2023.

¹² Ver na figura 1, mais adiante, a extensão do conflito e a sua repercussão tardia, no recorte temporal da pesquisa (2011 a 2020).

¹³ Outra população também foi removida de seu território para construção da usina: parte dos moradores de Resplendor foram deslocados compulsoriamente para um novo bairro no município, Antônio de Matos. Além de problemas de infraestrutura semelhantes aos de Nova Itueta, as famílias de Resplendor também denunciaram atraso na entrega das escrituras das casas no reassentamento.



protestavam, denunciando o comprometimento da rede de esgoto municipal, causada pela incapacidade da represa construída pelo Consórcio de conter as chuvas à época¹⁴. Além disso, a cidade foi dividida em Norte e Sul, com precárias condições de circulação entre as partes e danos à vida econômica dos habitantes¹⁵.

A comunidade indígena Krenak possui participação peculiar, pois trava luta histórica pela demarcação e proteção de seu território. Na construção da UHE Aimorés, os autos da Ação Civil Pública¹⁶ movida pelo Ministério Público Federal em 2019 apontam que os responsáveis pelo Consórcio não asseguraram aos Krenak o direito à informação e participação nas decisões relativas ao empreendimento. Não foi fornecido ao IBAMA nenhum estudo sobre os impactos da construção no território da comunidade, ainda que fosse uma das condicionantes do órgão para concessão de Licença de Operação, visto que a represa se encontra a apenas 11km da terra indígena. Ainda de acordo com a ACP, não houve comunicação sobre a construção da UHE aos indígenas, e a presença deles em audiências públicas que tratavam do empreendimento foi marcada por intimidações. Posteriormente, o MPF moveu uma ação exigindo reparação indenizatória ao Consórcio em nome dos Krenak, com sentença favorável à comunidade. Ainda assim, ela não é considerada suficiente para atender grande parte das demandas dessa população, prejudicada pelas alterações no Watu¹⁷.

3. Condições de publicidade e repercussão pública do conflito

Destaca-se a pouca visibilidade midiática do conflito durante o seu início, no fim do século XX e começo do século atual. Poucas são as reportagens na imprensa que tratam do assunto. É válido ressaltar o contexto em que se deu a construção da usina, o período das crises energéticas enfrentadas pela região Sudeste, como os apagões sucessivos em 2001¹⁸. Nota-se

¹⁴ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/com- apenas-3-anos-itueta-tem-inundacao-1.299006>. Acesso em: 23 jul 2025.

¹⁵ Ministério Público Federal. Ação Civil Pública nº 7873-68.2015.4.01.3813. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg>. Acesso em: 28 jul 2013.

¹⁶ Ministério Público Federal. Ação Civil Pública Cível n. 1016756-84.2019.4.01.3800. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/pe/peticao-mpf-arguicao-suspeicao-tenta.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

¹⁷ “Watu” ou “Watú” é o nome dado pelos indígenas Krenak ao Rio Doce.

¹⁸ Refere-se à crise energética ocorrida durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso e parte do alinhamento da opinião pública à políticas desenvolvimentistas.



ainda a caracterização trivial das usinas hidrelétricas como fontes de “energia limpa”, além de serem a maior contribuinte da matriz energética no país. A UHE Aimorés, portanto, se inseriu neste cenário como a usina de maior porte em Minas Gerais à época de sua construção.

3.1. Do processo de licenciamento ambiental às repercussões tardias

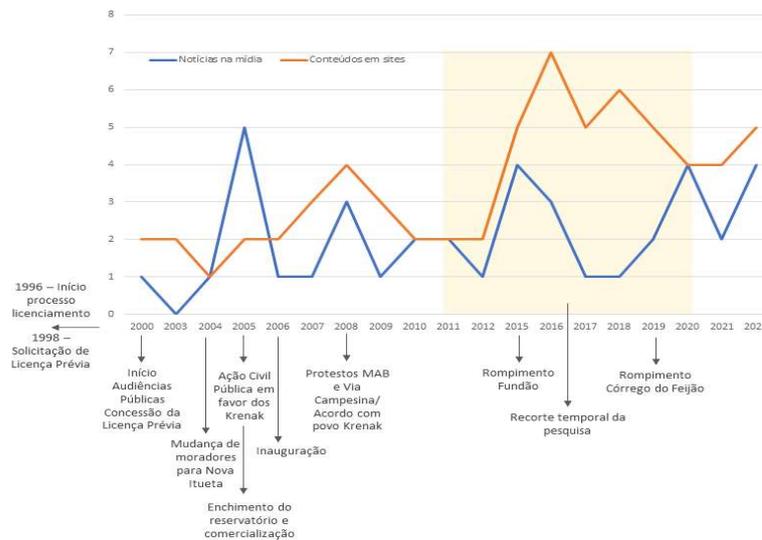
Um processo de licenciamento ambiental é momento propício para a formação de públicos e para seu aparecimento na cena pública. Segundo a legislação brasileira, o processo se dá por meio de uma avaliação detalhada do empreendimento (Estudo de Impacto Ambiental - EIA), mas também prevê a elaboração de um relatório simplificado (Relatório de Impacto Ambiental - RIMA), que coloca em termos mais simples e didáticos os impactos de maneira que quaisquer públicos possam compreender (Brasil, 1986). Conforme regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (Brasil, 1987), o licenciamento ambiental envolve, de modo geral, licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO), mas só podem ser concedidas a partir de um processo transparente e com participação da sociedade civil que garanta o controle social. Assim, dado o caráter participativo e que prevê, através de audiências públicas, a escuta da população diretamente envolvida e da sociedade civil em geral, oferece oportunidades para o aparecimento de aspectos controversos expostos a debate e para a explicitação de um conflito que expresse interesses incompatíveis. É bastante favorável, portanto, para que se dê a ver algum tipo de enfrentamento.

O caráter público do licenciamento também favorece a midiaticização, à medida que desperta o interesse da imprensa, a quem qualquer dos atores pode recorrer para dar visibilidade ao conflito e aos seus posicionamentos. Casos deste tipo possuem certos padrões observáveis que envolvem judicialização e midiaticização, dois aspectos importantes considerados na coleta de dados da pesquisa, em geral. Neste caso examinado, o início do processo de licenciamento remonta a 1996. Embora tenhamos inicialmente captado que este conflito teve repercussão importante no momento abrangido pelo recorte temporal da pesquisa (2011 a 2020), foi necessário ter em conta todo o material coletado referente a períodos anteriores e posteriores. No que tange à repercussão pública, embora não haja registros relevantes disponíveis no período inicial, vê-se que ela toma forma a partir do ano 2000, justamente com o início da realização de audiências públicas para a concessão de Licença Prévia. A figura 1 traz uma



apuração da repercussão pública do conflito, com base no material coletado, indicando alguns acontecimentos importantes de sua evolução temporal.

Figura 1. Evolução da repercussão pública do conflito e marcos importantes



Fonte: elaboração dos autores

O primeiro ponto mais expressivo aconteceria em 2005, ano em que coincidem duas ocorrências cruciais no caso: uma ação civil pública em prol do povo indígena Krenak e a consumação do empreendimento com o enchimento do reservatório e começo da comercialização de energia. O que chamou a atenção, neste caso, foi uma repercussão tardia, com desdobramentos no conflito que transcenderam e muito o processo de licenciamento e implantação. Um segundo ponto ocorreu no ano de 2008. Os fatos significativos de repercussão são então a realização de protestos e denúncias, com intervenções mais expressivas de movimentos sociais organizados, como a Via Campesina e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). O primeiro realizou protesto com ocupação e bloqueio da Ferrovia Vitória a Minas, operada pela mineradora Vale, e o segundo vinha, desde 2007, endereçando denúncias aos governos Estadual e Federal junto às instâncias de Direitos Humanos e reforçou sua atuação neste sentido, apoiando também as ações diretas de protesto, como a paralisação da ferrovia. Na década seguinte, deu-se o reacendimento dessa repercussão pública por meio de novo



acontecimento que desencadeou a mobilização desses atores em novo contexto, o que será explanado à frente.

3.2. Entre vulnerabilidades e potencialidades: articulações tardias e fator incidente

A análise dos registros públicos sobre o conflito indica alguns fatores responsáveis pela vulnerabilidade da população ituetense, em particular. A exemplo, a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal de 2015¹⁹ aponta para uma possível desagregação dos moradores (enquanto público) frente ao empreendimento. Essa desmobilização é, segundo apontado, decorrente da falta de isonomia nas indenizações e reparações propostas à população, que negociava individualmente com os responsáveis do consórcio. Ainda, outras notícias encontradas apontam para a presença de situações coercitivas e intimidatórias por parte de funcionários do Consórcio e do IBAMA aos atingidos. Aqui são vistos fatores que se traduzem em vulnerabilidades comunicacionais, no sentido de que desfavorecem condições de interações coletivas e comunitárias, provocando uma desmobilização dos públicos. Ademais, observa-se que o reassentamento em Nova Itueteta também é apontado como ampliador das condições de vulnerabilidade dos sujeitos. A construção da cidade se deu a partir de um limitado poder participativo da população, e a precariedade da infraestrutura impediu o acesso pleno dos sujeitos à saúde, ao saneamento básico e à livre circulação. Além disso, houve danos simbólicos, na medida em que a população, sem vínculo com o novo território, perdeu partes significativas da sua história e de sua identidade. Por fim, a separação da cidade em duas causou, em última instância, uma alteração da sociabilidade e prejuízos à vida econômica dos sujeitos.

Situação específica viveu a comunidade indígena Krenak. Ela também teve sua participação e acesso à informação nas decisões relativas à construção da UHE negados. Em 2001, especialistas avaliaram o Território Indígena Krenak sem que fosse informada à comunidade a intenção de construção da usina. Durante o processo de construção, a comunidade enfrentou a negativa sistêmica do Consórcio em tentativas de comunicação e conciliação, além da falta de informações quanto aos impactos do empreendimento. Essa negativa pode ser analisada como uma tentativa de invisibilização da comunidade indígena

¹⁹ Ministério Público Federal. ACP nº 7873-68.2015.4.01.3813, citada anteriormente.



pelas empresas responsáveis, ao buscar minar capacidades de mobilização e existência desta como público contrário ao empreendimento. Ainda nesse sentido, pode-se inferir também que as autarquias do Estado (como IBAMA, MPF e FUNAI) não foram capazes de atender plenamente às demandas dos Krenak durante a construção da Usina, na medida em que a articulação destas visava, prioritariamente, compensações indenizatórias à comunidade - muitas delas, inclusive, em moldes que iam contra os interesses da população, como o repasse aos indígenas de gado de criação como recurso reparatório.

Tanto os moradores de Itueta e Resplendor (acuados e pressionados pelo Consórcio) quanto a comunidade Krenak (negligenciada pelo mesmo) foram postos em condições de prejuízos materiais e simbólicos e, no caso da comunidade indígena, como já tratamos, também como ameaça à sua cosmologia e visão de mundo. Nesse sentido, as vulnerabilidades socioambientais de ambos foram ampliadas e se associam às comunicacionais em um processo recursivo e mutuamente reforçador. As vulnerabilidades comunicacionais, como entendidas aqui, são resultado, principalmente, do contexto em que o empreendimento se instalou e das dificuldades em contestá-lo no âmbito da opinião pública (inclusive, dada a crise energética, à época). Por outro lado, uma potencialidade encontrada foi a inserção do MAB como importante ator no conflito, enquanto responsável, em certa medida, pela organização coletiva das associações de atingidos em Itueta, além de ser um importante porta-voz das denúncias da população ao Estado - articulando, inclusive, uma visita da Comissão de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2007, às comunidades. Observa-se como a organização, inserida no contexto de vigilância civil, foi a responsável por conferir visibilidade e credibilidade aos atingidos no conflito, além de auxiliá-los em suas estratégias de mobilização. Por exemplo, a articulação do MAB com os protestos realizados pelos públicos em trechos da ferrovia Vitória a Minas, controlada pela Vale²⁰, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo, bem como a divulgação das ações em seu site²¹.

²⁰ Liberado trecho da Estrada de Ferro Vitória a Minas ocupado por Krenaks. Disponível em: <https://glo.bo/12RiyIS>. Acesso em: 16 ago 2023.

²¹ Disponível em: <https://www.mab.org.br/2014/03/19/atingidos-aimor-s-se-re-nem-com-vale-e-governo-federal/>. Acesso em: 2 ago 2023



Contudo, há um aspecto tardio que chama a atenção neste caso e opera como um fator incidente que traz o conflito novamente ao primeiro plano. Trata-se do impacto ambiental à região causado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015. O acontecimento afetou direta e indiretamente a população, tendo em vista que a lama chegou até a região, contaminando o Rio Doce. Para além da insegurança hídrica de longo prazo nos municípios, causou enorme prejuízo à biodiversidade da região. Isso deixou em alerta a população que habita próximo à usina, uma vez que o consórcio que a construiu tem uma das empresas componentes em comum com as responsáveis pela administração da barragem rompida. Ao lado do aumento da vulnerabilidade dessas populações, houve, simultaneamente, oportunidade de aumento na visibilidade e midiaticização dos problemas já vivenciados na região.

Assim, os cidadãos começaram a exigir cada vez mais e cobrar a fiscalização da hidrelétrica e a verificação dos alertas de emergências. Isso exemplifica como um conflito pode se relacionar com outro, mesmo indiretamente, e pode servir também como gerador de uma maior atenção para a população da região, potencializando envolvimento maior dos públicos. Na medida em que ambas as problemáticas socioambientais se mesclam (por um agravamento de vulnerabilidades já existentes), os públicos tiveram oportunidade de mostrar todas as ameaças enfrentadas por eles na mídia, utilizando-a como canal de denúncia. Como exemplo, pode-se observar a republicação traduzida de uma matéria da Agência Pública no canal internacional de notícias AlJazeera²², de grande projeção mundial. Ali se vê a perspectiva dos Krenak sobre a contaminação do Rio Doce após o rompimento da barragem, com explicitação de suas reivindicações por reparações ao rio e à população, pela afirmação de seu território e por acesso a um ecossistema equilibrado.

Enfim, a análise evidencia que a reverberação pública foi restrita durante o processo de licenciamento e implantação, e que o conflito se estendeu após a operação da Usina, impulsionado pela crescente articulação entre os atores locais e o MAB. Há também o destaque da crescente expressão dos indígenas Krenak, inicialmente postos à parte do processo, e pela

²² Life for Brazil's Krenak after Fundao dam collapse. Disponível em: <https://aje.io/yxxgb>. Acesso em: 30 ago 2023.



incidência do desastre de Mariana, que, além de colocar em evidência os riscos de barragens, causou danos diretos e imediatos à Bacia do Rio Doce.

Considerações finais

O caso da UHE Aimorés envolve diferentes públicos e é fortemente delimitado pelos impactos posteriores à instalação da hidrelétrica, com consequências a longo prazo. Por isso, o conflito perdura até os dias atuais. Observam-se dificuldades de tratar publicamente dessas questões depois que o empreendimento é implantado e, com o funcionamento, a situação se consolida, uma vez que tende a ser "normalizada", apesar de deixar cicatrizes. No entanto, sempre pode haver oportunidade para que o conflito retorne à cena pública. É nítido um novo ciclo que se abre a partir dessas cicatrizes, pela incidência de um acontecimento, a tragédia do rompimento da barragem de Fundão. Isso se deu por dois motivos: por analogia, ou seja, uma esperada preocupação com a segurança de barragens, e pela incidência de novos danos ambientais e sociais diretos causados na região, com afetação de toda a bacia do Rio Doce pelos rejeitos. Foi possível observar, assim, como conflitos de naturezas semelhantes, mesmo em temporalidades diferentes, se relacionam uns com os outros, tendo em vista que os públicos têm a chance de formar ou reconfigurar uma rede de apoio mobilizada. Nota-se no estudo a formação de alianças entre vários atores locais: associações de moradores, comunidades de pescadores e ribeirinhos e os indígenas Krenak. Essas alianças são de suma importância para a resistência dos públicos, através do alinhamento de estratégias, mobilização dos públicos, compartilhamento de vivências e experiências. Mas evidencia-se que o aumento na visibilidade e na repercussão pública esteve em razão direta a uma participação mais organizada e intensa de atores de fora da localidade já preparados e voltados para essas questões, como grupos ambientalistas e, em particular, a assistência de grupos já consolidados, como o MAB. A mobilização assim configurada na relação entre os âmbitos do território (local) e de fora dele, com a consequente postulação de demandas às autoridades, trouxe consigo as autoridades, como o Ministério Público Federal e potencializaram uma repercussão midiática ao caso, mas também garantiram credibilidade às denúncias realizadas. É notável que o envolvimento dos indígenas no conflito impulsionou a repercussão, inclusive em nível internacional.



Os públicos atingidos têm de enfrentar dificuldades para assegurar seu direito à expressão no decorrer do conflito - especialmente em seu início - tanto pelo seu caráter temporal e regional, diferente de conflitos com populações urbanas, quanto pela vulnerabilidade econômica e social de partida das populações envolvidas. Por outro lado, as potencialidades se dão à medida que os grupos atingidos aprendem a utilizar os recursos disponíveis, ainda que de forma mínima ou precária, como tática de enfrentamento, articulando interesses e obtendo atenção e reconhecimento de outros públicos, fazendo alianças e expandindo as denúncias para além do seu âmbito comunitário local. Há que se notar, em suma, o modo como acontecimentos socioambientais podem incidir e afetar a composição uns dos outros, e também como os públicos, emergindo como atores em cada conflito, aproveitam as oportunidades e criam, por meio da comunicação, formas de resistência e superação das vulnerabilidades.

Referências

- BRASIL. **Resolução CONAMA n° 001, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 1986.
- BRASIL. **Resolução CONAMA n.º 009, de 03 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 1987.
- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas** - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.
- CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, p. 187-213, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HENRIQUES, Márcio S. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: MARQUES, Ângela C. S. et al. (orgs.). **Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas**. v. 2. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 119-129.
- HENRIQUES, Márcio S. Dinâmica dos públicos como atores sociais em conflitos socioambientais. In: SILVA, Daniel R., SAMPAIO, Adriano de O., SARAIVA, Luiziane S. **Comunicação, emergências remotas e organizações**. São Paulo/São Luís: Abrapcorp/EDUFMA, 2025. [no prelo]



SOUZA, Leandro Ricarte Castro de; MILANEZ, Bruno. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Perspectiva Geográfica**, v. 11, n. 14, p. 2-12, 2016.

TORO, José B.; WERNECK, Nísia M. Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru/SP: Edusc, 1997.